



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E BENS
CULTURAIS**

Mestrado em Memória Social e Bens Culturais

JOÃO PEDRO OLIVEIRA BIRCKEGT

**MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: As Demonstrações Contábeis
como fonte para investigações de Memória Social e do
Patrimônio Industrial**

CANOAS, 2026

JOÃO PEDRO OLIVEIRA BIRCKEGT

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: As Demonstrações Contábeis como fonte para investigações de Memória Social e do Patrimônio Industrial

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle – Unilasalle como requisito para a obtenção do título de Mestre em Memória Social e Bens Culturais. Linha de Pesquisa Memória e Gestão Cultural.

Orientação: Prof. Dr. Moisés Waismann

CANOAS, 2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B627m Birckegt, João Pedro Oliveira.
Memória e patrimônio [manuscrito] : As Demonstrações Contábeis como fonte para investigações de Memória Social e do Patrimônio Industrial / João Pedro Oliveira Birckegt – 2026.
124 f.; 30 cm.

Dissertação (mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – Universidade La Salle, Canoas, 2026.

“Orientação: Prof. Dr. Moisés Waismann”.

1. Memória social. 2. Contabilidade. 3. Patrimônio empresarial. 4. Demonstrações contábeis. I. Waismann, Moisés. II. Título.

CDU: 316.7:657

Bibliotecária responsável: Michele Padilha Dall Agnol de Oliveira - CRB 10/2350

JOÃO PEDRO OLIVEIRA BIRCKEGT

**“MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMO FONTE
PARA INVESTIGAÇÕES DE MEMÓRIA SOCIAL E DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL”**

Dissertação **aprovada** para obtenção do título de
Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Memória
Social e Bens Culturais da Universidade La Salle.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Paulo Dhein Griebeler
Faculdades Integradas de Taquara

Prof. Dr. Renaldo Vieira de Souza
Universidade La Salle, Canoas/RS

Profª. Drª. Rute Henrique da Silva Ferreira
Universidade La Salle, Canoas/RS

Prof. Dr. Moisés Waismann
Orientador e Presidente da Banca - Universidade La Salle, Canoas/RS

Área de concentração: Memória Social e Bens Culturais
Curso: Mestrado em Memória Social e Bens Culturais

Canoas, 14 de maio de 2026.

Dedico este trabalho à minha mãe, Jane, e à minha namorada, Danieli, base fundamental da minha trajetória, pelo apoio, incentivo e confiança depositados ao longo dessa caminhada.

Ao prof. Moisés que além de orientador, é amigo e conselheiro nos momentos difíceis. E a todos que, direta ou indiretamente, participaram deste processo.

RESUMO

Esta dissertação investiga a relação entre as demonstrações contábeis e o campo da memória social, propondo uma leitura da contabilidade para além de sua dimensão técnico-operacional, compreendendo-a como uma linguagem socialmente construída e historicamente situada. Parte-se do pressuposto de que os registros contábeis não apenas evidenciam a situação patrimonial e financeira das organizações, mas também produzem e preservam significados sociais, constituindo-se como suportes materiais da memória coletiva. O estudo fundamenta-se nas contribuições teóricas de autores do campo das Ciências Contábeis, da Memória Social, do Patrimônio Industrial e da Linguística.

Nesse contexto, as demonstrações contábeis são compreendidas como documentos que ultrapassam sua função instrumental e passam a integrar o patrimônio industrial, ao registrarem práticas organizacionais, decisões estratégicas e transformações econômicas ao longo do tempo. Tais registros são analisados como vestígios da memória do trabalho e das instituições, permitindo a reconstrução de trajetórias organizacionais e a compreensão das dinâmicas sociais e econômicas que as atravessam. A pesquisa dialoga ainda com a perspectiva sociológica da contabilidade como linguagem, evidenciando seu papel na mediação das relações econômicas e na produção de sentidos compartilhados no interior das organizações e da sociedade.

Do ponto de vista metodológico, adota-se a análise horizontal das demonstrações contábeis, com foco no balanço patrimonial, na demonstração do resultado do exercício e na demonstração do valor adicionado, ao longo de um recorte temporal de vinte anos. Essa abordagem permite identificar padrões de variação, movimentos de crescimento e retração, estratégias de investimento e reorganizações financeiras, contribuindo para a formulação de questões investigativas no campo da memória social. A análise dos dados evidencia que as informações contábeis, quando interpretadas para além de sua função técnica, revelam processos históricos, relações de poder, decisões gerenciais e contextos institucionais específicos.

Os resultados indicam que as demonstrações contábeis podem ser compreendidas como fontes documentais relevantes para estudos interdisciplinares, especialmente quando articuladas com o conceito de patrimônio industrial. Ao registrar e sistematizar

informações ao longo do tempo, esses documentos contribuem para a preservação de aspectos significativos da memória institucional, permitindo identificar continuidades, rupturas e transformações nas trajetórias institucionais. Além disso, evidenciam-se limitações relacionadas à acessibilidade e à compreensão da linguagem contábil, que ainda se apresenta como um campo restrito a especialistas. Conclui-se que a contabilidade, ao ser interpretada como linguagem e documento, amplia seu alcance analítico e epistemológico, constituindo-se como um instrumento relevante para a produção de conhecimento no campo da memória social. Ao integrar dimensões técnicas, sociais e históricas, as demonstrações contábeis afirmam-se como elementos constitutivos das narrativas sobre o passado das organizações, contribuindo para a preservação do patrimônio industrial e para a compreensão das dinâmicas que estruturam a vida econômica e social.

Palavras-chave: memória social. contabilidade. demonstrações contábeis. patrimônio industrial. linguagem.

ABSTRACT

This dissertation investigates the relationship between financial statements and the field of social memory, proposing an interpretation of accounting beyond its technical-operational dimension, understanding it as a socially constructed and historically situated language. It is based on the assumption that accounting records not only disclose the financial and patrimonial position of organizations but also produce and preserve social meanings, constituting material supports of collective memory. The study is grounded in theoretical contributions from the fields of Accounting, Social Memory, Industrial Heritage, and Linguistics.

In this context, Financial Reporting are understood as documents that go beyond their instrumental function and become part of industrial heritage, as they record organizational practices, strategic decisions, and economic transformations over time. These records are analyzed as traces of the memory of labor and institutions, enabling the reconstruction of organizational trajectories and the understanding of the social and economic dynamics that shape them. The research also engages with the sociological perspective of accounting as language, highlighting its role in mediating economic relations and producing shared meanings within organizations and society. From a methodological standpoint, the study adopts horizontal analysis of Financial Reporting, focusing on the balance sheet, income statement, and value added statement, over a twenty-year time frame. This approach allows the identification of patterns of variation, movements of growth and decline, investment strategies, and financial reorganizations, contributing to the formulation of investigative questions in the field of social memory. The data analysis demonstrates that accounting information, when interpreted beyond its technical function, reveals historical processes, power relations, managerial decisions, and specific institutional contexts. The results indicate that financial statements can be understood as relevant documentary sources for interdisciplinary studies, especially when articulated with the concept of industrial heritage. By recording and systematizing information over time,

these documents contribute to the preservation of significant aspects of institutional memory, allowing the identification of continuities, ruptures, and transformations in organizational trajectories. Furthermore, limitations related to the accessibility and understanding of accounting language are highlighted, as it still remains a field largely restricted to specialists.

It is concluded that accounting, when interpreted as both language and document, expands its analytical and epistemological scope, constituting a relevant tool for knowledge production in the field of social memory. By integrating technical, social, and historical dimensions, financial statements assert themselves as constitutive elements of narratives about the past of organizations, contributing to the preservation of industrial heritage and to the understanding of the dynamics that structure economic and social life.

Keywords: social memory. accounting. Financial Reporting. industrial heritage. language.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O Modelo de Comunicação de Riley & Riley.....	38
Figura 2- Esquematização do processo de informação contábil, sob a ótica da Teoria dos Grupos Emudecidos.....	40
Figura 3 - Estrutura do balanço patrimonial.....	43
Figura 4 - Estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício pelo método de função.....	45
Figura 5 - Evolução do Ativo total em períodos quinquenais (2005-2024).....	53
Figura 6 - Evolução do Ativo circulante em períodos quinquenais (2005-2024).....	54
Figura 7 - Evolução do Ativo não circulante em períodos quinquenais (2005-2024).....	55
Figura 8 - Evolução do Ativo Realizável a Longo Prazo em períodos quinquenais (2005-2024).....	56
Figura 9 - Evolução dos Investimentos em períodos quinquenais (2005-2024).....	57
Figura 10 - Evolução do Imobilizado em períodos quinquenais (2005-2024).....	58
Figura 11 - Evolução do Intangível em períodos quinquenais (2005-2024).....	59
Figura 12 - Evolução do Passivo Total em períodos quinquenais (2005-2024).....	62
Figura 13 - Evolução do Passivo Circulante em períodos quinquenais (2005-2024).....	63
Figura 14 - Evolução do Passivo Não Circulante em períodos quinquenais (2005-2024).....	64
Figura 15 - Evolução do Patrimônio Líquido em períodos quinquenais (2005-2024).....	65
Figura 16 - Evolução da Receita de Venda em períodos quinquenais (2005-2024).....	69
Figura 17 - Evolução do Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos em períodos quinquenais (2005-2024).....	70

Figura 18 - Evolução do Resultado Bruto em períodos quinquenais (2005-2024).....	71
Figura 19 - Evolução das Despesas/Receitas Operacionais em períodos quinquenais (2005-2024).....	72
Figura 20 - Evolução do Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos em períodos quinquenais (2005-2024).....	73
Figura 21 - Evolução do Resultado Financeiro em períodos quinquenais (2005-2024).....	74
Figura 22 - Evolução do Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro em períodos quinquenais (2005-2024).....	75
Figura 23 - Evolução do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro em períodos quinquenais (2005-2024).....	76
Figura 24 - Evolução do Lucro/Prejuízo Consolidado do Período em períodos quinquenais (2005-2024).....	77
Figura 25 - Evolução das Receitas em períodos quinquenais (2005-2024).....	80
Figura 26 - Evolução dos insumos adquiridos de terceiros em períodos quinquenais (2005-2024).....	81
Figura 27 - Evolução do Valor Adicionado Bruto em períodos quinquenais (2005-2024).....	82
Figura 28 - Evolução das Retenções em períodos quinquenais (2005-2024).....	83
Figura 29 - Evolução do Valor Adicionado Líquido em períodos quinquenais (2005-2024).....	84
Figura 30 - Evolução do Valor Adicionado em Transferência em períodos quinquenais (2005-2024).....	85
Figura 31 - Evolução do Valor Adicionado a Distribuir em períodos quinquenais (2005-2024).....	86
Figura 32 - Evolução do Valor Distribuído com Pessoal em períodos quinquenais (2005-2024).....	87
Figura 33 - Evolução do Valor Distribuído com Impostos, Taxas e Contribuições em períodos quinquenais (2005-2024).....	88
Figura 34 - Evolução do Valor Distribuído com Remuneração de Capital de Terceiros em períodos quinquenais (2005-2024).....	89

Figura 35 - Evolução do Valor Distribuído com Remuneração de Capital Próprio em períodos quinquenais (2005-2024).....	90
Figura 36 - Evolução do Ativo total em períodos quinquenais (2005-2024).....	91
Figura 37 - Evolução do Imobilizado em períodos quinquenais (2005-2024).....	92
Figura 38 - Evolução do Passivo Circulante em períodos quinquenais (2005-2024).....	93
Figura 39 - Evolução do Passivo Não Circulante em períodos quinquenais (2005-2024).....	95
Figura 40 - Evolução da Receita de venda em períodos quinquenais (2005-2024).....	96
Figura 41 - Evolução do Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos em períodos quinquenais (2005-2024).....	97
Figura 42 - Evolução do Lucro/Prejuízo Consolidado do Período em períodos quinquenais (2005-2024).....	98
Figura 43 - Evolução do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro em períodos quinquenais (2005-2024).....	99
Figura 44 - Evolução do Valor Distribuído com Pessoal em períodos quinquenais (2005-2024).....	100
Figura 45 - Evolução do Valor Distribuído com Impostos, Taxas e Contribuições em períodos quinquenais (2005-2024).....	101
Figura 46 - Evolução do Valor Distribuído com Remuneração de Capital de Terceiros em períodos quinquenais (2005-2024).....	102
Figura 47 - Evolução do Valor Distribuído com Remuneração de Capital Próprio em períodos quinquenais (2005-2024).....	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura do Modelo I da Demonstração de Valor Adicionado (DVA) de acordo com o CPC 09.....	46
---	-----------

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ativo da Empresa x em períodos quinquenais (2005-2024) em R\$1.000,00.....	48
Tabela 2 - Passivo da Empresa x em períodos quinquenais (2005-2024) em R\$1.000,00.....	49
Tabela 3 - Demonstração de Resultado do Exercício da Empresa x em períodos quinquenais (2005-2024) em R\$1.000,00.....	49
Tabela 4 - Demonstração de Valor Adicionado da Empresa x em períodos quinquenais (2010-2024) em R\$1.000,00.....	50
Tabela 5 - Análise horizontal do Ativo da Empresa x em períodos quinquenais (2015-2024) em R\$1.000,00.....	52
Tabela 6 - Análise horizontal do Passivo da Empresa x em períodos quinquenais (2015-2024) em R\$1.000,00.....	61
Tabela 7 - Análise horizontal da Demonstração de Resultado de Exercício da Empresa x em períodos quinquenais (2015-2024) em R\$1.000,00.....	67
Tabela 8 - Análise horizontal da Demonstração de Valor Adicionado da Empresa x em períodos quinquenais (2015-2024) em R\$1.000,00.....	78
Tabela 9 - Resultado Financeiro nos períodos quinquenais (2005-2024).....	98

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Memorial	11
1.2 Contexto.....	13
1.2.1 Problema de Pesquisa.....	15
1.2.2 Objetivos.....	15
1.2.3 Justificativa	16
2 BASES CONCEITUAIS	17
2.1 Memória Social	18
2.1.1 O aspecto coletivo da memória social	18
2.1.2 O aspecto institucional da memória social.....	20
2.1.3 O Documento como patrimônio	29
2.1.3.1 A evolução da escrituração contábil	31
2.1.3.2 A relação entre os documentos contábeis e o Patrimônio Industrial.....	37
2.2 A Contabilidade Como Linguagem: Uma Abordagem Sociológica	43
2.2.1 Bases da Sociologia Reflexiva.....	44
2.2.2 Ensaio sobre contabilidade e linguagem	46
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	51
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	58
4.1 Análise Horizontal Do Ativo.....	61
4.1.1 Evolução Do Índice De Variação Percentual Das Contas Do Ativo	63
4.2 Análise Horizontal Do Passivo	69
4.2.1 Evolução Do Índice De Variação Percentual Das Contas Do Passivo ..	72
4.3 Análise Horizontal Da Demonstração de Resultado de Exercício.....	76
4.3.1 Evolução Do Índice De Variação Percentual Das Contas Da Demonstração De Resultado De Exercício	79
4.4 Análise Horizontal Da Demonstração De Valor Adicionado.....	87
4.4.1 Evolução Do Índice De Variação Percentual Das Contas Da Demonstração De Valor Adicionado.....	90
5 RESULTADOS.....	100
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS.....	116

1 INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa é um estudo de memória coletiva sobre a relação entre os temas linguagem e Demonstrações Contábeis, mais precisamente, o entendimento das Demonstrações Contábeis como a linguagem das organizações e instituições, e como essa comunicação são um Patrimônio Industrial e também contribuem para a construção da Memória Social.

1.1 Memorial

Minha trajetória de vida e acadêmica se confundem um pouco, acredito que pelo fato de que desde os 3 anos de idade, faço parte de uma instituição de ensino, minha mãe, hoje aposentada, era professora do Colégio Espírito Santo, primeira escola na qual estudei, tenho ciência que por esses motivos, tive uma relação sempre muito tranquila com os estudos e, sinceramente, pelo caminho que trilhei ao longo dos anos, estar em um mestrado é o que mais faz sentido com a minha jornada.

Durante o ensino fundamental, troquei várias vezes de escola, por não me sentir confortável e não vislumbrar continuidade, após sair do Espírito Santo, passei por outras duas escolas, uma comunitária e outra pública, mas foi no Colégio ULBRA São João, um colégio que tem uma universidade por trás, foi o local que terminei o ensino fundamental e comecei o ensino médio.

No primeiro ano do ensino médio, 2016, tive a minha primeira experiência com a área de pesquisa, quando o professor de física me perguntou se eu gostaria de fazer junto com um amigo meu de outra turma, um artigo para ExpoUlbra, o artigo era sobre Entropia, foi a minha primeira feira de ciências fora da escola, e já foi em uma universidade.

Em 2019 entrei no Curso de Ciências Contábeis, na Universidade La Salle, já com esse apreço pela pesquisa. No meu segundo semestre conheci uma pessoa que tinha uma bolsa de iniciação científica, e percebi que poderia também fazer pesquisa mesmo no campo da gestão, que é muito mais voltado para o mercado de trabalho.

Porém com a pandemia deixei essa vontade de lado. Com a volta às aulas presenciais entrei no edital do Núcleo de Apoio Fiscal (NAF) da universidade, uma parceria entre La Salle e Receita Federal para ajudar os contribuintes de baixa renda

que, muitas vezes, tem dificuldades de pagar para um escritório de contabilidade fazer a sua declaração, ou que nem sabiam que deveriam declarar e tem o seu Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) trancado pela Receita.

Observando com mais duas colegas percebemos que o Núcleo, deixava de usar toda a capacidade técnica disponível pelos docentes e discentes, então ficamos com a vontade de desenvolver um artigo para apresentar na Semana Acadêmica de Pesquisa, Inovação e Extensão (SAPIENS).

No meu penúltimo semestre, em 2023, tive aula com uma docente na disciplina de Criatividade que também é do Programa de Memória Social e Bens Culturais, a professora Ingridi Bortolaso, onde surgiu o assunto do aumento das bolsas de iniciação científica e ela explicou um pouco mais para a turma sobre a área da pesquisa, após escutar sobre, lembrei da boa experiência que tive com a área da pesquisa e também da minha vontade de ser professor por causa da minha mãe que é professora, então, optei por largar o estágio e começar na área de pesquisa. Quando falei da minha vontade de seguir carreira acadêmica para a Professora Patrícia, coordenadora do curso de ciências contábeis, ela me indicou o professor Moisés Waismann, como meu possível orientador do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Após a primeira reunião, falei com o professor sobre o TCC e ele aceitou ser o meu orientador. Nessa conversa expliquei para ele as minhas percepções sobre o campo da contabilidade internacional, mais especificamente, sobre a necessidade da área contábil de medir monetariamente itens não monetários, e que na minha visão, fazia mais sentido medir itens monetários com uma espécie de “moeda” que não sofresse efeitos inflacionários e cambiais, então chegamos na alternativa de criar um indicador que atuaria como essa “moeda” que não está no mercado, e assim surgiu o meu tema de TCC.

Logo depois da conversa com o professor Moisés a universidade abriu o edital para bolsista com fomento externo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), então eu fui contemplado no edital e me tornei até o fim da graduação bolsista do professor Moisés. Com a chegada da SAPIENS comentei com o professor sobre a minha vontade de fazer um trabalho com as minhas duas colegas sobre o NAF, ele adorou a ideia, e então após as entrevistas e análise das respostas, conseguimos montar um trabalho que agradou a professora Patrícia, coordenadora

do curso de ciências contábeis, e algumas alternativas encontradas pelo grupo foram colocadas em prática logo após a apresentação.

Após a apresentação do meu TCC em dezembro de 2023, aumentei meu entendimento sobre as Demonstrações Contábeis e comecei a interagir com o campo da Memória Social e percebi que a contabilidade é mais que uma simples obrigação empresarial, é uma linguagem, e como linguagem, pode contribuir para a construção da Memória Coletiva. E dessa observação, surge a minha dissertação.

1.2 Contexto

Schmidt (1996) nos conta que existem registros que mostram as primeiras manifestações de algo que viria a ser conhecido futuramente como Contabilidade, se deu 20.000 antes de Cristo, antes mesmo do surgimento da escrita, isso mostra que, já no início da civilização, existia um procedimento ou pensamento contábil, mesmo que rudimentar, surgindo para auxiliar nos registros dos recursos disponíveis, isso muito antes da história econômica iniciar.

Alguns vestígios de civilizações pré-históricas mostram que o primeiro sistema contábil utilizado surgiu entre 8.000 e 3.500 antes de Cristo. Schmidt (1996) explica que, esses vestígios encontrados em sítios arqueológicos mostram um sistema constituído por pequenas fichas de barro. Para o autor, essa descoberta coloca a contabilidade como mola propulsora para criação da escrita e da contagem.

Com o passar do tempo e o surgimento das civilizações, muitas foram as que tiveram um papel significativo no processo de desenvolvimento da Contabilidade, dentre essas, baseado em Coliath (2014) destacam-se os egípcios por introduzirem o uso dos papiros, os gregos pela passagem para economia mercantil e os romanos pela prestação de contas públicas. Todos esses fatos, ajudaram no desenvolvimento de técnicas para controle, registro e escrituração contábil, e assim, consolidaram o campo contábil.

Entretanto foi na transição da idade média e idade moderna que a contabilidade teve seu grande acontecimento, o surgimento das Partidas Dobradas, que teve na figura de Frei Luca Pacioli seu grande divulgador, mas não se sabe ao certo quem foi o responsável pela invenção do método. Sendo as Partidas Dobradas,

para Coliath (2014), fundamental para o surgimento do capitalismo da forma que conhecemos hoje.

Pulando para a idade moderna (1453-1789), Coliath (2014) explica que com a revolução industrial e com o capitalismo já consolidado, a contabilidade deixa de ser mercantil para se tornar industrial, e para se adaptar a esse novo modo mais complexo, surgem novos conceitos que dão origem às novas áreas dentro do campo contábil, a contabilidade de custos e a contabilidade comercial. Essas novas informações, e a adesão de investidores e administradores nessas novas indústrias que estavam sendo formadas se torna indispensável atestar a veracidade das informações contábeis. Com essa finalidade surgem as áreas de controladoria e auditoria.

Já nos últimos anos, se entendeu, com a globalização, que a escrituração contábil deveria ser padronizada, para se tornar universal. Visando esse esforço, surgem as Normas Internacionais de Contabilidade (*IFRS*), um conjunto de normas internacionais para padronização dos relatórios financeiros em nível mundial.

Fato é que, desde a sua origem, a contabilidade serve para registrar o patrimônio e as transações financeiras. Atualmente o conjunto de informações contábeis geram as Demonstrações Contábeis. Essas demonstrações são relatórios financeiros padronizados que apresentam a situação patrimonial, financeira e o desempenho de uma entidade em um determinado período. Elas são elaboradas com base nos registros contábeis e seguem normas técnicas e legais, como os princípios contábeis e as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) no Brasil, além das *IFRS* quando aplicável. Esses relatórios são divididos em 7 peças: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e Notas Explicativas (NE). Para esse projeto, serão analisadas as seguintes peças: BP, DRE, DVA e NE. Que serão melhor explicadas na metodologia.

O presente projeto busca articular o campo da memória social com as Ciências Contábeis, destacando como as Demonstrações Contábeis podem ser compreendidas como formas de registro e transmissão da memória coletiva no contexto do trabalho e do patrimônio industrial. A partir das contribuições de autores como Halbwachs (2006) e Candau (2015), a memória é apresentada não como algo

exclusivamente individual, mas como um processo socialmente construído, que depende das interações grupais, dos documentos e dos monumentos para sua evocação e conservação.

Le Goff (1990) complementa ao mostrar que os documentos, como as Demonstrações Contábeis, não são apenas registros neutros do passado, mas produtos de relações sociais e de poder, que precisam ser analisados como monumentos históricos.

Nesse sentido, o saber-fazer contábil é transmitido e constitui uma prática cultural que atravessa gerações. As Demonstrações Contábeis tornam-se, assim, não apenas instrumentos de gestão, mas também registros simbólicos da memória do trabalho, ligando-se ao patrimônio industrial tanto em sua dimensão material quanto imaterial. O patrimônio industrial é compreendido como lugar de memória, onde as rotinas, os saberes técnicos e as práticas fabris formam um legado a ser preservado.

Portanto, busca-se observar o campo da memória social como essencial para compreender como a contabilidade atua como linguagem de registro da memória institucional, especialmente quando relacionada à identidade institucional e à preservação do patrimônio.

1.2.1 Problema de Pesquisa

A presente pesquisa visa identificar, observar e descrever a seguinte questão: As Demonstrações Contábeis ajudam na construção da memória social?

1.2.2 Objetivos

Considerando o problema de pesquisa, eis o objetivo geral: De que forma as Demonstrações Contábeis constroem a memória social.

Já os objetivos específicos são:

- Aproximar o campo da memória social ao patrimônio industrial por meio da linguagem contábil
- Analisar as peças escolhidas das Demonstrações Financeiras de uma empresa do setor da moda em cinco observações dentro do período histórico de 20

anos (2005-2024), **identificando questões para investigações em memória social.**

- Discutir como a análise das Demonstrações Contábeis contribui para a construção da memória social.

1.2.3 Justificativa

Essa pesquisa visa discutir o entendimento sobre as Ciências Contábeis, sobretudo no que se refere às Demonstrações Contábeis, compreendendo-as não apenas como instrumentos técnicos de registro e evidenciação patrimonial, mas como uma forma de linguagem socialmente construída. A partir dessa perspectiva, busca-se que um número cada vez maior de indivíduos se aproprie dessa linguagem e a utilizem como ferramenta de interpretação da realidade econômica e social.

Atualmente, a escrita contábil apresenta variações significativas entre países, influenciadas por fatores como diferenças monetárias, contextos institucionais e tradições normativas. Ainda que o avanço das normas internacionais de contabilidade tenha reduzido parte dessas divergências, persistem barreiras relevantes tanto no plano técnico quanto no plano da compreensão. Trata-se de uma linguagem que, em muitos casos, permanece restrita a um público especializado, exigindo formação específica, geralmente ofertada em nível superior nas áreas de gestão e negócios. Esse cenário reforça uma assimetria informacional que limita o acesso democrático ao conhecimento contábil e, conseqüentemente, à interpretação das dinâmicas econômicas que impactam a sociedade.

Diante disso, o presente trabalho propõe compreender a contabilidade como linguagem dos negócios, reconhece-se seu papel na construção de significados compartilhados, na mediação das relações econômicas e na produção de registros que ultrapassam sua função imediata, assumindo relevância histórica e social.

Nesse sentido, a pesquisa dialoga diretamente com o campo da memória social, ao considerar que os documentos contábeis constituem importantes vestígios das atividades humanas no tempo. Esses registros não apenas refletem decisões econômicas, mas também evidenciam práticas de gestão, transformações institucionais e contextos históricos específicos. No entanto, observa-se que uma parcela significativa desses documentos é produzida com finalidade estritamente

operacional e, posteriormente, descartada, o que representa uma perda potencial para a reconstrução da Memória Social.

A relevância acadêmica do estudo reside, portanto, na articulação entre as Ciências Contábeis e o campo interdisciplinar da memória social, especialmente no âmbito da linha de pesquisa em gestão e memória. Ao integrar essas áreas, o trabalho contribui para ampliar a compreensão da contabilidade para além de sua dimensão técnica, posicionando-a como um elemento constitutivo do patrimônio industrial. Essa abordagem possibilita novas formas de investigação, nas quais os dados contábeis deixam de ser apenas números e passam a ser interpretados como narrativas que expressam trajetórias, crises, estratégias e transformações organizacionais.

Por fim, a viabilidade do projeto se sustenta na existência de amplo referencial teórico e documental que permite discutir a contabilidade como produtora de registros que alimentam a memória social. Autores e conceitos oriundos tanto das Ciências Contábeis quanto dos estudos da Memória Social serão mobilizados para compreender as interseções entre linguagem, gestão e memória, contribuindo para uma abordagem inovadora e relevante no contexto acadêmico e social.

2 BASES CONCEITUAIS

As bases conceituais que estruturam esta pesquisa articulam dois eixos principais de fundamentação teórica. A primeira base refere-se à Memória Social, que oferece o arcabouço inicial para compreender as dimensões da Memória Coletiva e como ela é construída.

A segunda base apoia-se na Sociologia Reflexiva de Bourdieu, possibilitando analisar a contabilidade como uma linguagem, fornecendo os instrumentos necessários para interpretar criticamente o campo contábil. Em conjunto, essas duas dimensões conceituais constituem o alicerce teórico-metodológico que orienta a análise proposta, garantindo consistência e profundidade ao desenvolvimento da pesquisa.

2.1 Memória Social

A noção de memória social tem origem nos estudos sociológicos do início do século XX, sendo desenvolvida principalmente pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs. Em sua obra, especialmente em *A Memória Coletiva*, Halbwachs rompe com a ideia de que a memória é apenas individual, defendendo que ela é construída socialmente, a partir das interações e dos grupos aos quais os indivíduos pertencem. Para ele, lembramos não de forma isolada, mas com base em referências coletivas, como família, instituições e contextos culturais.

Ao longo do tempo, o conceito foi ampliado por outros autores, passando a incorporar diferentes dimensões, como os aspectos simbólicos, culturais e políticos da memória. Assim, a memória social não é entendida como um simples armazenamento do passado, mas como um processo dinâmico de reconstrução, no qual certos fatos são valorizados enquanto outros podem ser esquecidos ou reinterpretados, de acordo com os interesses e valores do presente.

Em síntese, a memória social pode ser definida como o conjunto de lembranças compartilhadas por um grupo, construídas e transmitidas por meio de narrativas, práticas e registros. Ela desempenha um papel fundamental na formação da identidade coletiva e na preservação da história, manifestando-se em diferentes

suportes, como documentos, patrimônios materiais e imateriais, além de registros institucionais e organizacionais.

2.1.1 O aspecto coletivo da memória social

Para Halbwachs (2006) a memória coletiva, é a memória compartilhada por um ou mais grupos sociais, que irá contribuir para formação de identidade e de sintonia tanto do indivíduo inserido no grupo quanto do próprio grupo em si, também entram nessa equação forças externas como as interações sociais e as lembranças do passado. A seguinte citação ajuda a compreender melhor o que foi dito:

(...) para nós, ao contrário, não subsistem, em galeria subterrânea de nosso pensamento, imagens completamente prontas, mas na sociedade, onde estão todas as indicações necessárias para reconstruir tais partes de nosso passado, as quais nós representamos de modo incompleto ou indistinto, ou que, até mesmo, cremos que provêm completamente de nossa memória. (HALBWACHS, 2006, p. 77)

É possível observar com essa citação que Halbwachs acredita que a memória não é completamente individual, uma vez que, o ser humano é influenciado pela sociedade e pelos grupos sociais que participa, sendo assim a memória seria uma reconstrução do passado em um contexto de sociedade.

Para o autor, a memória individual caminha junto com um acontecimento social e por isso acaba sendo muito difícil a dissociação entre esses temas.

Se a memória individual pode, para confirmar algumas de suas lembranças, para precisá-las, e mesmo para cobrir algumas de suas lacunas, apoiar-se sobre a memória coletiva, deslocar-se nela, confundir-se momentaneamente com ela, nem por isto deixa de seguir seu próprio caminho, e todo esse aporte exterior é assimilado e incorporado progressivamente à sua substância. (HALBWACHS, 2006, p. 49)

Candau (2015) avança na questão da memória coletiva ao ajudar a diferenciar memória coletiva da memória individual, para isso, o autor classifica as memórias em três grupos distintos: protomemória que são as memórias de baixo nível, que podemos chamar de hábitos, a memória de evocação, uma memória de alto nível que incorpora crenças, sentimentos, emoções e outras sensações e experiências vivenciadas no passado, e a metamemória, que seria uma representação da memória ou memória reivindicada.

A protomemória tem caráter individual e diz respeito ao senso comum, onde o conceito ou a forma de agir está tão enraizado que não tem a representação ou evocação do passado, já é tão natural que é automático, quase como um reflexo. Esse conceito pode ser confundido com o habitus de Bourdieu, mas, Candau, ao diferenciar seu conceito do proposto por Bourdieu, diz que o habitus nasce da protomemória, por se tratar da memória social enraizada no indivíduo. Ainda sobre a diferença entre habitus e protomemória, Candau (2015, p. 23) fala que “o habitus como experiência incorporada é uma presença do passado - ou no passado -, “e não a memória do passado”. A protomemória, de fato, é uma memória “imperceptível” que ocorre sem tomada de consciência”.

A memória de evocação é a memória de alto nível, tem, ao meu ver, um misto entre memória individual e coletiva, isso pelo motivo que, esse tipo de memória, que incorpora os sentimentos, podem sim muitas vezes serem pessoais, entretanto, em determinados grupos e ocasiões, uma memória é tão forte, que quando evocada, não é apenas um sentimento individual, mas sim, um sentimento coletivo que é narrado por um indivíduo, porém sentido por um grupo. Candau (2015, p. 23) traz esse conceito como “evocação deliberada ou invocação involuntária de lembranças autobiográficas ou pertencentes a uma memória enciclopédica”.

Chegamos, por fim, na metamemória, com seu caráter coletivo, seria uma representação franca da identidade. A representação das nossas lembranças e o conhecimento que temos dela. A nossa própria representação de pertencimento a um grupo social. Para o autor esse conceito seria:

A metamemória, que é, por um lado, a representação que cada indivíduo faz da sua própria memória, o conhecimento que tem dela, e de outro, o que diz dela, dimensões que remetem ao “modo de afiliação de um indivíduo a seu passado”. e igualmente, como observa Michael Lamek e Paul Antze, a construção explícita da identidade. A metamemória é, portanto, uma memória reivindicada, ostensiva. (CANDAU, 2015 p. 23).

Também é importante se atentar ao conceito de retórica holística:

Entendo por retóricas holísticas o emprego de termos, expressões, figuras que visam designar conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos, conjuntos que são conceituados como outra coisa que a simples soma das partes e tidos como agregadores de elementos considerados, por natureza ou convenção, como isomorfos. (CANDAU, 2015, p. 29)

A contabilidade, também pode ter sido afetada, em certo momento, por esse conceito de retóricas holísticas proposto por Candau, quando tentaram simplificar o seu uso apenas para uma ferramenta de gestão, ao resumir o papel das ciências contábeis a esse, foi ignorado o seu potencial, visto que, ideia que será reforçada mais para frente, a contabilidade é uma linguagem, e os poucos que entendem as Demonstrações Contábeis como uma língua acabam por exercer uma dominação linguística, termo que será apresentado a seguir.

2.1.2 O aspecto institucional da memória social

No campo das instituições, a memória assume uma dimensão particular. As instituições não apenas registram acontecimentos históricos, mas também produzem interpretações sobre sua própria trajetória, organizando narrativas que orientam práticas sociais e consolidam identidades coletivas. Como afirma Costa (1997), compreender o fenômeno da memória institucional implica reconhecer que as instituições constituem formas sociais historicamente produzidas que organizam práticas e significados compartilhados no interior das sociedades.

Nesse contexto, a memória institucional emerge como um campo de investigação que articula diferentes dimensões da experiência social. A autora destaca que o objetivo central de sua investigação consiste justamente em conceituar a memória institucional, problematizando a forma como os conceitos são construídos no interior do pensamento social e científico (COSTA, 1997).

De acordo com Costa (1997), os conceitos não devem ser compreendidos como simples representações de objetos previamente dados na realidade. Pelo contrário, eles emergem como construções que se formam no interior do pensamento, sendo produzidos a partir de processos de diferenciação e problematização.

Essa perspectiva permite compreender que o conceito de memória institucional não pode ser reduzido a uma definição única e estática. Ele emerge como resultado de processos históricos, sociais e epistemológicos que articulam diferentes campos do conhecimento.

Ao discutir a relação entre memória e instituições, a autora observa que a memória não deve ser entendida apenas como retorno ao passado. Pelo contrário, trata-se de um processo que envolve reconstrução, seleção e interpretação de

acontecimentos a partir das demandas do presente. Nesse sentido, a autora revela que um aspecto central da concepção de memória desenvolvida pela autora: a memória não constitui um espelho fiel do passado, mas um processo dinâmico de produção de sentidos. O passado não se apresenta como algo fixo e imutável; ele é continuamente reinterpretado no interior das práticas sociais.

A relação entre memória e instituições torna-se particularmente relevante quando se considera o processo de institucionalização das práticas sociais. As instituições não são estruturas naturais ou imutáveis; elas são construções históricas que emergem no interior das sociedades a partir de processos de organização das relações sociais.

Nesse sentido, a autora propõe compreender as instituições como formas fundamentais de organização social que emergem das práticas e das relações entre os indivíduos. Segundo a autora, uma instituição é:

[...] obra coletiva, criação social, cultural, acontecimento. São agenciamentos coletivos que se instituem no seio das relações sociais. As instituições são construídas historicamente e trazem embutidos, em seu processo instituinte, mecanismos de controle social, estabelecendo regras e padrões de conduta que venham a garantir o seu funcionamento e o exercício de suas funções reprodutoras, que tendem à estabilidade e que obedecem a uma certa regularidade. Trata-se de reproduzir uma determinada ordem alcançada, com a intenção de manutenção dessa ordem" (COSTA, 1997, p. 80)

Essa perspectiva enfatiza o caráter histórico e social das instituições. Elas não existem independentemente das práticas humanas; pelo contrário, são produzidas e transformadas ao longo do tempo pelas próprias sociedades.

A memória institucional insere-se exatamente nesse processo. Ela constitui um dos mecanismos através dos quais as instituições preservam e reorganizam experiências acumuladas ao longo de sua trajetória histórica. Nesse sentido, a memória institucional não se limita aos registros documentais ou aos arquivos administrativos.

Costa (1997) destaca que a memória institucional envolve um conjunto complexo de práticas discursivas e simbólicas que se desenvolvem no interior das instituições. Assim, a memória institucional pode ser compreendida como um processo de construção social que envolve narrativas, registros, práticas organizacionais e interpretações coletivas do passado.

A memória institucional não se constitui apenas pela preservação do passado. O esquecimento também desempenha um papel fundamental na organização da memória. Determinados acontecimentos são preservados e valorizados, enquanto outros são silenciados ou relegados ao esquecimento.

Esse processo seletivo evidencia que a memória institucional não é neutra. Ela envolve disputas simbólicas e processos de legitimação que definem quais acontecimentos serão incorporados às narrativas institucionais.

A dimensão temporal desempenha um papel fundamental nesse processo. O tempo atua como elemento estruturador da memória institucional, permitindo que experiências passadas sejam reinterpretadas à luz das demandas do presente. Costa observa que a memória institucional atravessa diferentes temporalidades, articulando passado, presente e futuro no interior das práticas sociais.

Essa perspectiva evidencia o caráter dinâmico da memória institucional. Ela não se limita à preservação do passado, mas participa ativamente na construção de expectativas e projetos futuros.

Outro aspecto importante destacado pela autora refere-se ao papel das instituições na produção e circulação de informações. A autora observa que, nas sociedades contemporâneas, a informação tornou-se um elemento central na organização das práticas institucionais.

Nesse contexto, a memória institucional também se relaciona com os processos de produção, armazenamento e circulação de informações no interior das instituições. A informação constitui uma matéria-prima fundamental para a construção da memória institucional, permitindo que experiências e conhecimentos sejam preservados e transmitidos ao longo do tempo.

Essa distinção é fundamental para compreender o alcance do conceito de memória institucional. Trata-se de um conceito que ultrapassa os limites da gestão organizacional e se insere no campo mais amplo das relações sociais e simbólicas que estruturam as instituições.

Outro elemento central na reflexão proposta pela autora refere-se à relação entre memória e poder. As instituições não apenas preservam memórias; elas também exercem poder sobre os processos de seleção e interpretação do passado.

Nesse sentido, a memória institucional pode ser compreendida como um campo de disputas simbólicas no qual diferentes narrativas sobre o passado entram

em conflito. Determinados acontecimentos são valorizados e celebrados, enquanto outros são ocultados ou esquecidos.

A autora observa que esse processo pode ser identificado em diversos contextos históricos, especialmente quando arquivos e documentos anteriormente inacessíveis tornam-se disponíveis para investigação. Nesse momento, novas interpretações sobre o passado emergem, revelando acontecimentos que haviam sido silenciados pelas narrativas oficiais.

Assim, a memória institucional constitui um espaço de permanente reconstrução histórica. A abertura de arquivos, a produção de novos documentos e a emergência de novas interpretações contribuem para reconfigurar continuamente as narrativas sobre o passado institucional.

A discussão sobre memória institucional exige ainda aprofundar a compreensão das instituições como formas históricas que emergem da dinâmica das relações sociais. Nesse sentido, as instituições não devem ser compreendidas como estruturas estáticas ou naturais. Pelo contrário, constituem construções sociais que se formam e se transformam ao longo do tempo, articulando práticas, discursos e mecanismos de organização coletiva.

Costa (1997) enfatiza que compreender a memória institucional implica reconhecer a historicidade das instituições. Elas surgem em contextos específicos, respondendo a problemas e demandas sociais que emergem em determinadas conjunturas históricas. Assim, as instituições são inseparáveis das condições sociais que possibilitam sua emergência e consolidação.

Nesse sentido, a autora observa que o estudo das instituições exige analisar o processo de institucionalização das relações sociais, pois é nesse processo que determinadas práticas passam a ser estabilizadas e legitimadas no interior das sociedades. Evidenciando que as instituições não existem independentemente das práticas sociais. São as ações dos indivíduos, organizadas em padrões relativamente estáveis, que produzem e reproduzem as instituições.

Nesse contexto, a memória institucional emerge como um elemento fundamental para a continuidade das instituições. Por meio da memória, práticas e experiências acumuladas ao longo do tempo são preservadas e transmitidas entre gerações de membros da organização. A memória permite que as instituições

reconheçam sua trajetória histórica e construam narrativas que orientam suas ações no presente.

Contudo, a memória institucional não se constitui apenas como um mecanismo de conservação do passado. Ela envolve também processos de transformação e reinterpretação. A cada novo contexto histórico, as instituições reinterpretam sua própria história, reorganizando narrativas e redefinindo significados atribuídos ao passado.

Essa característica revela o caráter dinâmico da memória institucional. Ao mesmo tempo em que preserva experiências anteriores, a memória também permite a atualização dessas experiências à luz das demandas contemporâneas.

Nesse processo, o tempo desempenha um papel fundamental. O tempo não atua apenas como uma dimensão cronológica que separa passado e presente. Ele constitui um elemento ativo na reorganização das experiências institucionais. Ao passar, o tempo reconfigura significados, modifica interpretações e possibilita novas leituras sobre acontecimentos passados.

Costa (1997) destaca que, quando observadas sob a perspectiva do tempo, as instituições revelam as formas de organização cultural das sociedades. Segundo a autora:

Vistas através das lentes do tempo, as instituições refletem as formalizações das culturas, daquilo que as diferentes sociedades cultivam como maneiras de pensar: hábitos, usos, costumes, comportamentos. (COSTA, 1997, p. 4).

Essa perspectiva permite compreender que a memória institucional está profundamente ligada à cultura. As instituições preservam não apenas acontecimentos históricos, mas também modos de pensar, valores e práticas que caracterizam determinadas sociedades.

A memória institucional, portanto, pode ser compreendida como um espaço no qual se acumulam vestígios das experiências sociais. Esses vestígios podem assumir diversas formas, incluindo documentos, registros, narrativas, rituais e símbolos institucionais.

Esses vestígios constituem elementos fundamentais para a construção da identidade institucional. Ao preservar experiências passadas, as instituições constroem narrativas que definem quem são, quais valores defendem e quais objetivos orientam sua atuação.

Nesse sentido, a memória institucional desempenha um papel central na formação da identidade organizacional. A identidade institucional não se forma apenas por meio de estruturas formais ou regras administrativas. Ela emerge da construção coletiva de narrativas sobre o passado da instituição.

Essas narrativas conferem sentido à trajetória institucional, permitindo que os membros da organização reconheçam sua participação em um projeto coletivo que se desenvolve ao longo do tempo.

Ao mesmo tempo, a memória institucional não se constitui de forma homogênea. Diferentes grupos podem interpretar o passado institucional de maneiras distintas, enfatizando determinados acontecimentos e silenciando outros.

Esse caráter seletivo da memória revela que lembrar implica também esquecer. Determinados acontecimentos são preservados nas narrativas institucionais, enquanto outros são gradualmente excluídos da memória coletiva.

Costa (1997) destaca que esse processo seletivo ocorre tanto no nível individual quanto no nível institucional. Para a autora o esquecimento é uma condição para a lembrança. Evidenciando que memória e esquecimento não são fenômenos opostos, mas processos complementares. A memória institucional se constitui justamente a partir dessa dinâmica entre lembrar e esquecer.

Ao selecionar determinados acontecimentos como relevantes, as instituições constroem narrativas que legitimam sua existência e orientam suas práticas. Esse processo envolve relações de poder que definem quais memórias serão preservadas e quais serão silenciadas.

Nesse sentido, Costa (1997, p. 17) nos ajuda quando diz que a memória institucional é um "jogo de informações que se constitui em práticas discursivas dinâmicas". O instituído e o instituinte - as duas faces da instituição- fazem suas jogadas na dinâmica das relações sociais".

Essa definição destaca a dimensão discursiva da memória institucional. As memórias das instituições são produzidas e reproduzidas por meio de discursos, narrativas e práticas simbólicas que circulam no interior das organizações.

Esses discursos contribuem para consolidar determinadas interpretações sobre o passado institucional, influenciando a forma como os membros da organização percebem sua própria história.

Outro aspecto relevante da reflexão proposta pela autora refere-se à relação entre memória institucional e informação. Nas sociedades contemporâneas, a informação tornou-se um elemento central na organização das instituições.

A produção, armazenamento e circulação de informações constituem processos fundamentais para a construção da memória institucional. Documentos, arquivos e registros administrativos desempenham um papel importante na preservação das experiências institucionais.

Nesse processo, as instituições produzem discursos que definem o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Essas escolhas refletem relações de poder e disputas simbólicas presentes no interior das sociedades.

Costa (2006) observa que a memória institucional pode ser reconfigurada quando novos documentos e testemunhos emergem, revelando acontecimentos anteriormente ocultos. Nesse sentido, a abertura de arquivos e a produção de novas interpretações históricas podem transformar profundamente as narrativas institucionais.

A autora ilustra esse processo ao mencionar situações históricas nas quais documentos antes inacessíveis passam a revelar aspectos ocultos do passado institucional. Esses processos demonstram que a memória institucional não é fixa ou definitiva; ela está sempre sujeita a revisões e reinterpretações.

Essa característica evidencia o caráter processual da memória institucional. Ela constitui um campo de disputas no qual diferentes narrativas sobre o passado são continuamente negociadas e transformadas.

Nesse sentido, é possível concluir que a história frequentemente é reescrita à medida que novas informações emergem e novas interpretações são formuladas. A memória institucional participa ativamente desse processo, contribuindo para reorganizar as narrativas sobre o passado das instituições. A reflexão sobre a memória institucional conduz inevitavelmente à análise das condições históricas nas quais as instituições emergem e se transformam. As instituições não surgem de forma espontânea ou natural; elas resultam de processos sociais complexos que organizam práticas, saberes e relações de poder no interior das sociedades. Nesse contexto, compreender a memória institucional implica examinar as formas pelas quais as instituições estruturam experiências coletivas e produzem sentidos sobre o passado.

A autora observa que o fenômeno institucional não pode ser reduzido à dimensão organizacional. Embora organizações constituam expressões concretas das instituições, estas possuem um alcance mais amplo, relacionado às formas pelas quais a sociedade estrutura suas práticas e legitima determinados modos de funcionamento social. Assim, instituições podem ser compreendidas como sistemas de práticas e significados que se estabilizam ao longo do tempo e passam a orientar comportamentos coletivos. Evidenciando que as instituições são respostas históricas a demandas sociais específicas. Elas surgem quando determinadas práticas passam a ser estabilizadas e reconhecidas como formas legítimas de organização social.

A memória institucional desempenha um papel central nesse processo, pois permite que as experiências acumuladas pelas instituições sejam preservadas e transmitidas ao longo do tempo. Por meio da memória, práticas e conhecimentos institucionais são incorporados às rotinas organizacionais, contribuindo para a continuidade histórica das instituições.

Entretanto, essa continuidade não deve ser compreendida como mera repetição do passado. A memória institucional envolve processos constantes de interpretação e reconstrução das experiências históricas. Cada geração de membros da instituição reinterpretará sua história à luz das demandas e desafios do presente.

Nesse sentido, Costa (1997) enfatiza que a memória deve ser compreendida como um processo dinâmico que articula passado, presente e futuro. Essa observação revela que a memória institucional não se limita à preservação de acontecimentos passados. Ela também participa da construção de expectativas e projetos que orientam o futuro das instituições.

Ao refletir sobre o papel do tempo na construção da memória institucional, Costa argumenta que as instituições acumulam vestígios de diferentes experiências históricas. Esses vestígios constituem marcas que permanecem inscritas nas práticas institucionais e influenciam a forma como as organizações se estruturam e constituem elementos fundamentais para a construção da memória institucional. Documentos, registros administrativos, narrativas, rituais e símbolos organizacionais funcionam como suportes materiais e simbólicos da memória.

A presença desses vestígios evidencia que a memória institucional não se restringe ao campo da informação documental. Ela envolve também práticas simbólicas e culturais que contribuem para a construção da identidade institucional.

Nesse sentido, a autora observa que as instituições refletem as formas culturais das sociedades nas quais estão inseridas, compreendendo que a memória institucional está profundamente ligada aos valores, hábitos e costumes que caracterizam determinadas sociedades. Ao preservar experiências passadas, as instituições também preservam formas culturais que orientam comportamentos coletivos.

A relação entre memória institucional e cultura revela que as instituições atuam como espaços de produção simbólica. Elas não apenas organizam práticas administrativas ou burocráticas; também produzem significados que influenciam a forma como indivíduos e grupos compreendem sua participação na vida social.

Nesse contexto, a memória institucional pode ser compreendida como um mecanismo através do qual as instituições constroem narrativas sobre sua própria trajetória histórica. Essas narrativas desempenham um papel fundamental na construção da identidade institucional.

Ao narrar sua história, as instituições selecionam determinados acontecimentos como relevantes e atribuem significados específicos a esses acontecimentos. Esse processo de seleção constitui um elemento central na formação da memória institucional.

Essa seletividade revela que a memória institucional não é neutra. Determinados acontecimentos são valorizados e incorporados às narrativas institucionais, enquanto outros são gradualmente esquecidos ou silenciados.

Esse processo seletivo está frequentemente relacionado às relações de poder que atravessam as instituições. Diferentes grupos podem disputar a interpretação do passado institucional, buscando legitimar determinadas narrativas em detrimento de outras.

Nesse sentido, Costa (1997) observa que a memória institucional constitui um campo de disputas simbólicas. As narrativas sobre o passado institucional não são fixas ou definitivas; elas podem ser reinterpretadas à medida que novas informações e novas perspectivas emergem. Destacando que esse processo pode ocorrer, por exemplo, quando arquivos antes inacessíveis são abertos à investigação. A revelação de novos documentos pode transformar profundamente as interpretações sobre o passado institucional.

Assim, a memória institucional participa de um processo contínuo de reconstrução histórica. A cada nova interpretação, novas narrativas sobre o passado podem emergir, reorganizando a forma como as instituições compreendem sua própria trajetória.

2.1.3 O Documento como patrimônio

Como lembramos de um passado que está distante de nós por séculos? Le Goff (1990) afirma que existem dois tipos de materiais para nos ajudar com essas evocações: os documentos e os monumentos. E o autor conceitua documento como:

O termo latino *documentum*, derivado de *docere* “ensinar”, evoluiu para o significado de ‘prova’ e é amplamente usado no vocabulário legislativo. É no século XVII que se difunde, na linguagem jurídica francesa, a expressão *titres et documents* e o sentido moderno de testemunho histórico data apenas do início do século XIX. O significado de “papel justificativo”, especialmente no domínio policial, na língua italiana, por exemplo, demonstra a origem e a evolução do termo. O documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX, será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. A sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento. Além do mais, afirma-se essencialmente como um testemunho escrito. (LE GOFF, 1990, p. 462-463)

O autor ainda explica a importância do documento e de sua análise:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1990, p. 470)

Nesse trecho podemos observar que a análise documental emerge, nesse contexto trazido pelo autor, como atividade crítica essencial. Desde a tradição positivista, que via no documento escrito a garantia da objetividade histórica, até as correntes posteriores, que ampliaram a noção de documento para incluir registros materiais, visuais e simbólicos, percebe-se a necessidade de problematizar a sua função. A crítica histórica, ao desconstruir documentos e revelar suas condições de produção, impede que sejam tomados como verdades absolutas, reconhecendo esses documentos como construções sociais.

Le Goff (1990) aponta, portanto, para a necessidade de compreender o documento como “documento-monumento”: um vestígio que simultaneamente

informa e oculta, sendo fruto das disputas políticas, sociais e culturais de seu tempo. A análise documental, ao revelar essas camadas, possibilita que a memória coletiva seja construída de modo crítico e consciente, evitando ilusões de neutralidade.

As Ciências Contábeis, por sua natureza, geram documentos que funcionam como uma espécie de fotografia do patrimônio e dos recursos financeiros que a empresa possui em um determinado momento, geralmente o último dia de cada ano. Em outras palavras, uma série de documentos com todas as informações financeiras e patrimoniais são produzidos, sendo possível traçar a história de uma firma (organização e/ou instituição) por meio da análise e observação das demonstrações contábeis, e é possível fazer esse acompanhamento anualmente ou até trimestralmente dependendo do regime tributário adotado pela organização.

2.1.3.1 A evolução da escrituração contábil

A contabilidade constitui uma das mais antigas práticas de organização e controle das atividades econômicas da sociedade. Desde os primeiros agrupamentos humanos, a necessidade de registrar bens, riquezas e transações tornou-se essencial para a administração dos recursos disponíveis. Nesse contexto, os registros contábeis surgiram como instrumentos que possibilitavam o controle das trocas comerciais, a identificação de excedentes e escassez de determinados bens e o acompanhamento da evolução patrimonial das organizações ao longo do tempo.

Nas sociedades antigas, a necessidade de registrar bens e riquezas surgiu a partir do desenvolvimento das atividades comerciais e das trocas entre indivíduos. À medida que as relações econômicas se tornaram mais complexas, tornou-se necessário manter registros que permitissem controlar os recursos disponíveis e acompanhar a evolução do patrimônio. Dessa forma, os primeiros registros contábeis surgiram como instrumentos de controle econômico e patrimonial das atividades humanas.

Com o desenvolvimento das organizações e das atividades produtivas, os registros contábeis passaram por um processo contínuo de aperfeiçoamento. Esse processo resultou na consolidação da contabilidade como ciência social aplicada, responsável por registrar, organizar e interpretar informações relacionadas ao patrimônio das entidades. Nesse contexto, destaca-se a escrituração contábil,

considerada uma das principais técnicas utilizadas para registrar os fatos administrativos que afetam o patrimônio das organizações.

De acordo com Ribeiro (2013), a escrituração contábil consiste em uma técnica que tem como finalidade registrar, de forma sistemática e organizada, todos os acontecimentos que ocorrem na empresa e que possam modificar a situação patrimonial da entidade. Dessa forma, a escrituração desempenha papel fundamental no controle das operações organizacionais e na geração de informações utilizadas para a tomada de decisões pelos gestores e demais usuários da informação contábil.

Ao longo da história, a escrituração contábil passou por diferentes transformações, acompanhando o desenvolvimento das atividades econômicas e os avanços tecnológicos da sociedade. Desde os registros rudimentares utilizados nas primeiras atividades comerciais até os atuais sistemas digitais de processamento de informações, a contabilidade tem se adaptado às necessidades de controle, transparência e organização das atividades empresariais.

Dessa forma, compreender a evolução da escrituração contábil torna-se fundamental para analisar a forma como os registros administrativos foram sendo produzidos e utilizados ao longo do tempo. Além de sua função de controle econômico, tais registros também podem ser compreendidos como importantes fontes documentais para a reconstrução da trajetória das organizações, contribuindo para a preservação da memória institucional e para a compreensão das transformações econômicas que marcaram suas atividades.

Nesse sentido, o presente capítulo tem como objetivo apresentar a evolução da escrituração contábil, abordando seus principais conceitos, métodos e processos de registro ao longo do tempo. Busca-se também compreender de que forma as transformações tecnológicas influenciaram a produção dos registros contábeis e como esses documentos podem contribuir para a compreensão da trajetória das organizações.

A escrituração contábil constitui uma das principais técnicas utilizadas pela contabilidade para registrar os fatos administrativos que afetam o patrimônio das entidades. Por meio da escrituração, as organizações mantêm registros sistemáticos das operações realizadas em suas atividades, permitindo o controle e a análise das variações patrimoniais ao longo do tempo.

Segundo Ribeiro (2013), a escrituração contábil pode ser definida como o processo de registro de todos os acontecimentos que ocorrem na empresa e que modificam ou podem vir a modificar sua situação patrimonial. Esses registros são realizados em livros próprios da contabilidade, como o Livro Diário e o Livro Razão, e devem seguir determinadas normas e princípios contábeis que garantem a confiabilidade das informações registradas.

A importância da escrituração contábil está diretamente relacionada à necessidade de controle das operações organizacionais. Por meio dos registros contábeis, torna-se possível acompanhar a evolução do patrimônio da empresa, identificar receitas e despesas, controlar obrigações financeiras e avaliar os resultados obtidos ao longo das atividades empresariais.

Além disso, a escrituração contábil desempenha papel fundamental na geração de informações utilizadas pelos gestores no processo de tomada de decisão. As informações registradas na contabilidade permitem avaliar a situação econômica e financeira da organização, possibilitando a adoção de estratégias que contribuam para o desenvolvimento e a sustentabilidade das atividades empresariais.

Outro aspecto relevante da escrituração contábil refere-se à sua função legal e fiscal. Em muitos casos, os registros contábeis são utilizados como instrumentos de prestação de contas perante órgãos governamentais e entidades fiscalizadoras. Dessa forma, a escrituração também contribui para garantir maior transparência nas atividades econômicas das organizações.

Nesse contexto, a escrituração contábil não deve ser compreendida apenas como um conjunto de registros técnicos, mas também como um importante instrumento de organização e documentação das atividades empresariais. Por meio desses registros, é possível acompanhar a trajetória econômica das organizações e compreender as transformações que marcaram sua atuação ao longo do tempo.

Ao longo da evolução da contabilidade, diferentes métodos foram utilizados para registrar as operações realizadas pelas organizações. Entre esses métodos, destacam-se as partidas simples e as partidas dobradas, que representam formas distintas de registrar os acontecimentos que afetam o patrimônio das entidades.

O método das partidas simples consistia no registro de apenas um elemento patrimonial em cada operação. Nesse modelo, os registros contábeis eram realizados de forma limitada, geralmente voltados ao controle de contas específicas, como o

caixa ou determinadas obrigações financeiras. Dessa forma, o método das partidas simples apresentava limitações significativas, pois não permitia o controle integral do patrimônio da organização.

Com o desenvolvimento das atividades comerciais e a crescente complexidade das operações econômicas, tornou-se necessário adotar métodos mais eficientes de registro contábil. Nesse contexto, surgiu o método das partidas dobradas, considerado um dos principais marcos na evolução da contabilidade.

O método das partidas dobradas foi sistematizado pelo matemático italiano Luca Pacioli no século XV, em sua obra *Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalità*, publicada em 1494. Esse método estabelece que toda operação contábil deve ser registrada em pelo menos duas contas, de modo que todo débito corresponde a um crédito de igual valor.

Esse sistema permitiu um avanço significativo na organização dos registros contábeis, pois possibilitou o controle mais completo das variações patrimoniais das organizações. Ao registrar simultaneamente os efeitos de cada operação em diferentes contas, o método das partidas dobradas proporciona maior precisão e confiabilidade às informações contábeis.

Atualmente, o método das partidas dobradas é utilizado universalmente na contabilidade, constituindo a base dos sistemas contábeis modernos e permitindo o controle sistemático das operações realizadas pelas organizações.

Além dos métodos utilizados para registrar as operações contábeis, a escrituração também passou por transformações relacionadas aos processos utilizados para a produção dos registros contábeis. Ao longo da história, esses processos evoluíram de registros totalmente manuais para sistemas informatizados de processamento de informações.

Inicialmente, a escrituração contábil era realizada de forma manual, sendo todos os registros efetuados à mão em livros contábeis. Esse processo exigia grande atenção e organização por parte dos profissionais responsáveis pelos registros, uma vez que qualquer erro poderia comprometer a confiabilidade das informações registradas.

Com o crescimento das organizações e o aumento do volume de operações realizadas pelas empresas, o processo manual de escrituração tornou-se cada vez mais complexo e trabalhoso. A elaboração de Demonstrações Contábeis, como

balancetes e balanços patrimoniais, exigia grande esforço operacional e controle rigoroso das anotações realizadas nos livros contábeis.

Posteriormente, com o avanço tecnológico, surgiram processos mecanizados e informatizados de escrituração contábil, que passaram a utilizar equipamentos e máquinas para auxiliar na realização dos registros contábeis. Esses recursos contribuíram para aumentar a produtividade dos profissionais da contabilidade e reduzir a ocorrência de erros operacionais.

Entretanto, foi com o desenvolvimento da informática que ocorreu uma transformação significativa nos processos de escrituração contábil. A utilização de computadores e softwares especializados permitiu a automação de diversas atividades contábeis, possibilitando maior agilidade no processamento das informações e na elaboração das demonstrações financeiras.

Atualmente, os sistemas informatizados permitem que os registros contábeis sejam realizados de forma digital, facilitando o armazenamento, a organização e a análise das informações patrimoniais das organizações.

Com o avanço das tecnologias da informação, a contabilidade passou por um processo de digitalização que transformou significativamente a forma de produção e organização dos registros contábeis. No Brasil, uma das principais iniciativas relacionadas à modernização da escrituração contábil foi a criação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

O SPED foi instituído pelo governo brasileiro com o objetivo de modernizar e integrar os registros contábeis e fiscais das empresas, substituindo gradualmente os documentos em papel por arquivos digitais transmitidos eletronicamente aos órgãos fiscalizadores.

Por meio desse sistema, livros e documentos contábeis passaram a ser gerados e armazenados em formato digital, permitindo maior integração entre empresas e órgãos governamentais responsáveis pela fiscalização das atividades econômicas.

Além de promover maior eficiência no processamento das informações contábeis, o SPED contribui para a padronização dos registros contábeis e para o fortalecimento dos mecanismos de controle e fiscalização tributária.

Nesse contexto, a digitalização da escrituração contábil representa um importante avanço na organização das informações contábeis, permitindo maior

agilidade na produção dos registros administrativos e facilitando o acesso às informações patrimoniais das organizações.

Além de sua função administrativa e fiscal, os registros contábeis também podem ser compreendidos como importantes fontes documentais para a reconstrução da trajetória das organizações. Por meio desses registros, torna-se possível identificar transformações econômicas, decisões administrativas e mudanças estruturais que marcaram a história das empresas.

Nesse sentido, as demonstrações financeiras constituem importantes instrumentos para a análise da evolução econômica das organizações. Por meio da observação das variações patrimoniais e financeiras registradas nesses documentos, é possível identificar períodos de crescimento, retração ou estabilidade nas atividades empresariais.

A análise das demonstrações financeiras também possibilita identificar decisões estratégicas adotadas pelas organizações ao longo do tempo. Por exemplo, a retenção de recursos financeiros pode indicar a preparação para investimentos de maior porte, como a construção de novas instalações ou a expansão das atividades produtivas.

Da mesma forma, alterações na estrutura de endividamento podem evidenciar estratégias de reorganização financeira voltadas à melhoria do fluxo de caixa e à sustentabilidade das atividades empresariais.

Quando analisadas em conjunto com outras fontes documentais, as demonstrações financeiras permitem reconstruir de forma mais consistente a trajetória das organizações, contribuindo para a compreensão das transformações institucionais e econômicas que marcaram suas atividades ao longo do tempo.

Dessa forma, os registros contábeis podem ser compreendidos não apenas como instrumentos de controle administrativo, mas também como documentos que preservam aspectos relevantes da memória institucional das organizações.

A evolução da escrituração contábil acompanha o desenvolvimento das atividades econômicas e tecnológicas da sociedade. Desde os registros rudimentares utilizados nas primeiras atividades comerciais até os atuais sistemas digitais de processamento de informações, a contabilidade passou por um processo contínuo de aperfeiçoamento de seus métodos e instrumentos de registro.

As transformações tecnológicas ocorridas nas últimas décadas contribuíram para a modernização da escrituração contábil, possibilitando maior agilidade na produção dos registros administrativos e maior confiabilidade das informações contábeis.

Nesse contexto, a digitalização dos processos contábeis também provocou uma transformação significativa no papel do profissional da contabilidade. Se anteriormente grande parte das atividades estava concentrada no registro manual das operações, atualmente os sistemas informatizados realizam grande parte desse processamento de dados de forma automática.

Dessa forma, o contador passa a assumir uma função cada vez mais analítica e estratégica dentro das organizações, atuando na interpretação das informações contábeis e no apoio à tomada de decisões.

Além disso, os registros contábeis assumem relevância não apenas como instrumentos administrativos, mas também como fontes documentais que permitem compreender a trajetória econômica das organizações. Por meio da análise desses registros, torna-se possível identificar transformações patrimoniais, decisões estratégicas e mudanças institucionais que marcaram a história das empresas.

Assim, a escrituração contábil pode ser compreendida como um importante instrumento de registro e preservação das atividades organizacionais, contribuindo tanto para a gestão das empresas quanto para a reconstrução de aspectos relevantes de sua memória institucional.

2.1.3.2 A relação entre os documentos contábeis e o Patrimônio Industrial

A literatura contemporânea entende o patrimônio industrial como um conjunto complexo de bens culturais resultantes das transformações econômicas e tecnológicas iniciadas com a Revolução Industrial. Nesse sentido, a Carta de Sevilla de Patrimônio Industrial (2018) define esse patrimônio como o conjunto de bens móveis, imóveis e sistemas de sociabilidade vinculados à cultura do trabalho, gerados pelas atividades de extração, transformação, transporte, distribuição e gestão decorrentes do sistema econômico industrial. Esses elementos devem ser compreendidos de forma integrada ao território, às relações sociais e aos arquivos produzidos pelas atividades industriais.

Essa concepção amplia significativamente a noção tradicional de patrimônio, que durante muito tempo esteve associada principalmente a monumentos arquitetônicos ou obras artísticas. O patrimônio industrial, ao contrário, enfatiza a importância das práticas produtivas e das experiências sociais relacionadas ao trabalho, destacando que as fábricas, equipamentos e infraestruturas industriais são testemunhos fundamentais da história econômica e social das sociedades modernas.

Nesse contexto, o patrimônio industrial não se limita às estruturas físicas das fábricas ou aos equipamentos de produção. Ele inclui também os registros documentais, os conhecimentos técnicos, as relações sociais estabelecidas nos espaços de trabalho e as transformações territoriais decorrentes da industrialização. Essa perspectiva permite compreender a indústria como um fenômeno histórico complexo, cujas marcas permanecem presentes tanto no espaço urbano quanto na memória social das comunidades.

O patrimônio industrial pode ser analisado a partir de diferentes dimensões, que incluem aspectos materiais, imateriais e documentais. Entre os elementos materiais destacam-se os edifícios industriais, as máquinas, os equipamentos e as infraestruturas associadas à produção, como ferrovias, portos e sistemas energéticos.

Esses elementos constituem evidências físicas das transformações tecnológicas e produtivas que marcaram a industrialização. Entretanto, a compreensão plena do patrimônio industrial exige também a consideração de suas dimensões sociais e culturais. Os espaços industriais foram locais de trabalho, de sociabilidade e de construção de identidades coletivas, especialmente entre os trabalhadores que participaram desses processos produtivos.

A pesquisa em patrimônio industrial também envolve o estudo dos acervos e das coleções relacionadas à atividade industrial, incluindo documentos, ferramentas, instrumentos técnicos, manuais e publicações especializadas. Esses acervos constituem fontes essenciais para a reconstrução da história das empresas e das práticas produtivas.

De acordo com Meneguello (2011), o patrimônio industrial envolve simultaneamente a preservação da memória do trabalho, a proteção de acervos relacionados às atividades industriais e a conservação das edificações e infraestruturas associadas à produção. Dessa forma, o estudo do patrimônio industrial

exige uma abordagem multidisciplinar que articule história, arqueologia industrial, arquitetura, sociologia e economia.

Além disso, a industrialização produziu impactos significativos na organização territorial e na configuração das cidades. Fábricas, armazéns, ferrovias e complexos industriais transformaram profundamente os espaços urbanos e rurais, criando paisagens industriais que hoje constituem importantes testemunhos históricos. A preservação dessas paisagens permite compreender os processos de desenvolvimento econômico e as mudanças sociais associadas à industrialização.

Um dos aspectos centrais do patrimônio industrial é sua relação com a memória do trabalho. As atividades industriais não apenas produziram bens materiais, mas também estruturaram formas específicas de organização social, relações de trabalho e experiências coletivas.

Os espaços industriais foram locais onde se desenvolveram práticas cotidianas, saberes técnicos e formas de sociabilidade que marcaram profundamente a vida dos trabalhadores e das comunidades ao redor das fábricas. Nesse sentido, o patrimônio industrial constitui também um patrimônio social e cultural relacionado à experiência do trabalho.

A memória do trabalho inclui conhecimentos técnicos, rotinas produtivas, práticas organizacionais e experiências coletivas que muitas vezes não são registradas apenas em objetos ou edifícios. Essas memórias são transmitidas por meio de relatos, documentos e registros institucionais que documentam o funcionamento das empresas e das atividades produtivas.

Os conflitos sociais, as transformações econômicas e os processos de industrialização e desindustrialização também fazem parte dessa memória. Por essa razão, o patrimônio industrial pode ser entendido como um espaço de memória que revela as relações sociais e econômicas que estruturaram a sociedade industrial.

É também importante notar que quando se remetem todas essas questões ao patrimônio, reforça-se que o mesmo deve ser preservado e disseminado para além da organização, como forma de reconhecimento dos usos e práticas relacionadas, pois tem o caráter de “pesquisar, investigar, mapear, catalogar, inventariar, divulgar, proteger e conservar os bens materiais e imateriais do patrimônio industrial brasileiro” (TICCIH – Brasil, 2004). Logo, ao se tratar do tema patrimônio, surge o industrial como uma de suas tipologias, onde este está escrito como:

Um campo de pesquisa e atuação que atinge, simultaneamente, a memória do trabalho, o estabelecimento e proteção de acervos e a presença das edificações industriais na trama urbana. Ainda que não seja possível esgotar todo o conhecimento adquirido sobre patrimônio industrial, tanto no exterior quanto no Brasil, é possível hoje entendê-lo como um campo de investigação claro e específico capaz de gerar para novas pesquisas dentro do tema. (Meneguello, 2011, p. 1).

Sobretudo, é possível uma aproximação ao caráter imaterial deste tipo de patrimônio, onde a memória do trabalho estaria presente, e tem a função de conectar as relações sociais às rotinas de produção e aos costumes de operar determinada função. Além disso, este patrimônio está presente no campo social, referindo-se ao cotidiano fabril e que conforme aborda Magalhães (1985) trata das várias tradições e do patrimônio intangível (práticas e atividades). Como complemento, para Kühl (2018), o patrimônio industrial se refere a um bem já identificado que necessita de preservação por meio dos seus elementos, e também vai além de um local de produção, mas trata-se de um lugar de memória, sendo visto como vestígios de atividades que, por muitas vezes, deixaram de existir ou de ter importância (Ferreira, 2009), compreendendo a dimensão das estruturas industriais que precisam ser preservadas (Meneguello, 2005).

Nesse contexto, a preservação do patrimônio industrial não deve limitar-se à conservação de edifícios ou equipamentos, mas também incluir a documentação das experiências humanas associadas ao trabalho industrial.

Entre os elementos que compõem o patrimônio industrial, os registros administrativos ocupam um papel fundamental. Esses documentos são produzidos no funcionamento cotidiano das organizações e registram as atividades, decisões e processos de gestão das empresas industriais.

Os registros administrativos incluem diversos tipos de documentos, como relatórios de produção, correspondências internas, atas de reuniões, contratos, registros de funcionários, documentos de gestão e relatórios institucionais. Esses documentos permitem compreender como as empresas organizavam suas atividades produtivas, administravam seus recursos e tomavam decisões estratégicas.

Além disso, esses registros documentam a estrutura organizacional das empresas, as relações de trabalho e os processos produtivos. Eles constituem fontes

fundamentais para a reconstrução da história das organizações e das práticas industriais.

A Carta de Sevilla destaca que os arquivos gerados pelas atividades industriais fazem parte do patrimônio industrial, pois documentam os processos produtivos, as técnicas utilizadas e as relações sociais associadas ao trabalho. Dessa forma, os registros administrativos não devem ser vistos apenas como documentos burocráticos, mas como elementos fundamentais para a preservação da memória industrial.

Esses documentos permitem analisar a evolução das empresas, suas estratégias de produção e suas relações com o mercado e com a sociedade. Por meio deles é possível reconstruir a trajetória de organizações industriais, compreender seus processos de crescimento ou declínio e analisar suas contribuições para o desenvolvimento econômico.

Além disso, os registros administrativos podem revelar aspectos importantes da vida cotidiana nas empresas, como as condições de trabalho, as políticas de gestão de pessoal e os conflitos trabalhistas. Dessa forma, eles constituem fontes essenciais para o estudo das relações sociais no contexto industrial.

As demonstrações financeiras também desempenham um papel importante na documentação do patrimônio industrial. Esses documentos contábeis registram a situação econômica e financeira das empresas, permitindo compreender a dinâmica econômica das atividades industriais.

Entre os principais documentos financeiros destacam-se o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício (DRE). Esses documentos registram informações sobre receitas, despesas, investimentos, patrimônio e resultados econômicos das empresas.

A análise dessas demonstrações permite compreender como as indústrias se desenvolveram ao longo do tempo, quais foram suas estratégias de investimento e como enfrentaram crises econômicas ou períodos de expansão. Dessa forma, os documentos contábeis constituem importantes fontes para a história econômica e empresarial.

Além disso, as demonstrações financeiras revelam aspectos fundamentais da organização produtiva, como a estrutura de custos, os investimentos em tecnologia e a evolução do patrimônio empresarial. Essas informações permitem compreender o

funcionamento das empresas e suas relações com o mercado e com o sistema econômico.

Assim como os registros administrativos, os documentos contábeis fazem parte dos arquivos empresariais que integram o patrimônio industrial. Eles registram a dimensão econômica da atividade industrial e contribuem para a compreensão dos processos históricos de industrialização.

A preservação dos arquivos empresariais é fundamental para a conservação do patrimônio industrial. Esses arquivos reúnem documentos administrativos, técnicos e financeiros que registram a história das empresas e de suas atividades produtivas.

No entanto, muitos desses documentos são frequentemente descartados ou não recebem a devida atenção por parte das organizações. Como observa Meneguello (2011), grande parte dos acervos documentais relacionados à atividade industrial encontra-se em situação precária de conservação ou foi perdida ao longo do tempo.

Essa perda documental representa um grande desafio para os estudos sobre patrimônio industrial e memória do trabalho. Sem esses registros, torna-se mais difícil reconstruir a história das empresas e compreender os processos sociais e econômicos associados à industrialização.

Por essa razão, diversas iniciativas têm buscado promover a preservação e a organização de arquivos empresariais. Museus industriais, centros de memória e arquivos históricos têm desempenhado um papel importante na conservação desses documentos e na divulgação da história industrial.

Além disso, a digitalização de documentos e a criação de bases de dados têm ampliado as possibilidades de acesso e pesquisa sobre o patrimônio industrial.

A relação entre patrimônio industrial e memória institucional é particularmente relevante no contexto das organizações. As empresas produzem continuamente documentos, registros e narrativas que contribuem para a construção de sua memória institucional.

Essa memória inclui não apenas registros administrativos e financeiros, mas também relatos históricos, documentos institucionais e registros de suas atividades produtivas. Esses materiais permitem compreender como as organizações constroem suas identidades e interpretam suas trajetórias históricas.

No caso das empresas industriais, essa memória institucional está diretamente relacionada aos processos produtivos e às transformações econômicas que marcaram suas atividades. Dessa forma, os registros documentais produzidos pelas empresas tornam-se parte integrante do patrimônio industrial.

A preservação desses registros contribui não apenas para a compreensão da história das organizações, mas também para o estudo das transformações econômicas e sociais associadas à industrialização.

O patrimônio industrial constitui um importante campo de pesquisa voltado à preservação e interpretação dos vestígios materiais, documentais e sociais relacionados às atividades industriais. Esse patrimônio inclui não apenas edifícios, máquinas e infraestruturas produtivas, mas também registros documentais e memórias associadas ao trabalho.

Entre esses elementos, os registros administrativos e as demonstrações financeiras desempenham um papel fundamental. Esses documentos registram o funcionamento das empresas, suas estratégias de gestão e sua evolução econômica ao longo do tempo.

Ao documentar processos produtivos, relações de trabalho e decisões organizacionais, esses registros contribuem para a construção da memória industrial e para a compreensão da história econômica e social das sociedades modernas.

Assim, entende-se que as Demonstrações Contábeis podem ser formas de construção da memória do trabalho e do patrimônio imaterial uma vez que estas forem reproduzidas e reconhecidas no tempo presente, reforçando que devem ser armazenadas por um longo período, e não considerando apenas o período de validade legal ao qual são submetidas.

2.2 A Contabilidade Como Linguagem: Uma Abordagem Sociológica

A sociologia reflexiva tem como principal referência o sociólogo francês Pierre Bourdieu, que propõe uma postura crítica do pesquisador em relação ao próprio processo de produção do conhecimento. Para Bourdieu, não basta analisar a realidade social: é necessário refletir sobre as condições, interesses e estruturas que influenciam essa análise. A sociologia reflexiva, portanto, busca evitar visões ingênuas

ou neutras da ciência, reconhecendo que todo conhecimento é produzido dentro de um contexto social e histórico.

Nesse sentido, a contabilidade pode ser compreendida como uma forma de linguagem social, pois não apenas registra fatos econômicos, mas também os interpreta e comunica de acordo com normas, valores e interesses. Os relatórios contábeis, como balanços e demonstrações financeiras, funcionam como discursos estruturados que traduzem a realidade organizacional em números e categorias específicas, influenciando a forma como essa realidade é percebida por diferentes públicos.

Assim, ao articular a sociologia reflexiva com a contabilidade, entende-se que os dados contábeis não são neutros ou puramente técnicos. Eles são construções sociais que refletem escolhas, critérios e visões de mundo. Dessa forma, a contabilidade deixa de ser vista apenas como uma ferramenta operacional e passa a ser compreendida como um sistema de linguagem que participa da construção da realidade social, sendo fundamental tanto para a gestão quanto para a interpretação das organizações e de sua memória institucional.

2.2.1 Bases da Sociologia Reflexiva

A sociologia reflexiva é uma metodologia sociológica crítica e relacional desenvolvida por Pierre Bourdieu. Scartezini (2012) expõe como Bourdieu rejeita modelos científicos engessados e busca romper com o senso comum, inclusive aquele internalizado pelos próprios cientistas. Sua metodologia propõe um constante exercício de vigilância epistemológica, em que o pesquisador deve questionar suas próprias posições e o campo científico em que está inserido.

Scartezini (2012) destaca que este método valoriza a construção cuidadosa do objeto de pesquisa, levando em conta não apenas seu conteúdo isolado, mas suas relações sociais e históricas. Para isso, Bourdieu recorre a três conceitos centrais: campo, capital e habitus. O campo é o espaço de relações sociais relativamente autônomas que estruturam práticas e discursos; o capital é o recurso simbólico ou material que confere poder dentro de um campo (no caso da ciência, o capital científico); e o habitus representa os esquemas duráveis de percepção e ação incorporados pelos agentes ao longo da vida. A Sociologia reflexiva também

introduz a noção de poder simbólico, que permeia essas relações entre os três conceitos centrais. A seguir esses conceitos serão explorados de melhor forma:

Para Bourdieu (1989), o poder simbólico é um poder invisível, que só é exercido com a cumplicidade dos dominados e dominantes, sutil, não é percebido por aqueles que sofrem e, muitas vezes, também não por aqueles que exercem, na maioria dos casos esse poder é ignorado, mas reconhecido pelos agentes envolvidos.

Habitus é um dos mais importantes conceitos da teoria de Bourdieu (1989). Trata-se de um conjunto de esquemas mentais, percepções, gostos, habilidades, ou seja, um sistema de disposições duráveis incorporadas que orientam as práticas e a visão de mundo dos indivíduos. Ele é formado ao longo da trajetória de vida, principalmente nas primeiras experiências sociais, como a família, a escola e os grupos sociais de pertencimento. O habitus é, portanto, uma estrutura estruturada e estruturante: estruturada porque resulta das condições sociais em que o indivíduo foi formado; estruturante porque influencia e molda suas ações e interpretações. Essas disposições não operam de maneira consciente. Elas são, muitas vezes, modos de ser e agir que parecem naturais, mas são profundamente socializados.

Em síntese, o conceito de habitus em Bourdieu (1989), seria então, um modo de pensar, de sentir, de fazer, adquirido pelas vivências passadas e constantemente em conflito com experiências novas, que nos faz agir de determinada forma quando nos deparamos com algumas situações.

O autor traz a noção de campo como:

(...), em certo sentido, uma estenografia conceptual de um modo de construção do objeto que vai comandar - ou orientar - todas as opções práticas da pesquisa. Ela funciona como um sinal que lembra o que há que fazer, a saber, verificar que o objeto em questão não está isolado de um conjunto de relações de que retira o essencial das suas propriedades. Por meio dela, torna-se presente o primeiro preceito do método, que impõe que se lute por todos os meios contra a inclinação primária para pensar o mundo social de maneira realista (...): é preciso pensar relacionalmente. (1989, p. 27)

O campo é o espaço social onde os agentes, dotados de habitus, interagem. Bourdieu (1989) define o campo como um sistema de relações objetivas entre posições, estruturadas em torno da posse e disputa por formas específicas de

capital. Cada campo possui uma lógica própria, uma linguagem interna específica, que só é compreensível para os que nele estão inseridos.

Existem diversos campos na sociedade: o campo artístico, o campo acadêmico, o campo jurídico, o campo religioso, o campo político, entre outros. Cada um é relativamente autônomo, possuindo suas próprias regras de interação. Um mesmo indivíduo pode participar de vários campos, mas com posições diferentes em cada um.

No interior de cada campo, os agentes lutam por posições. Essas posições são determinadas pela quantidade e tipo de capital que os agentes detêm. Bourdieu (1989) aborda o capital de uma forma diferente, para o autor, o capital não é apenas econômico, podendo ser entendido como um recurso que é convertido em diferentes formas de poder em diferentes contextos sociais, e outras palavras, o capital é tudo aquilo que pode funcionar como uma espécie de “moeda social”, conferindo poder, prestígio ou legitimidade.

Bourdieu (1989) identificou quatro tipos principais de capital: econômico, cultural, social e simbólico. O capital econômico é o mais evidente: trata-se dos bens materiais, renda, propriedade, que podem ser utilizados diretamente ou convertidos em outras formas de capital. Já o capital cultural é dividido em três formas: incorporado (saber, domínio de linguagens, modos de falar e pensar), objetivado (livros, obras de arte) e institucionalizado (diplomas, títulos acadêmicos). Ele é transmitido de geração em geração e, por isso, serve como um dos principais meios de reprodução social. O capital social diz respeito às redes de relações que o indivíduo possui e pode mobilizar. São os contatos, as amizades, os vínculos com instituições. Por fim, o capital simbólico é o capital que foi reconhecido como legítimo. Ele representa a forma de capital que opera de modo mais eficaz no processo de dominação simbólica, pois age como se fosse natural.

2.2.2 Ensaio sobre contabilidade e linguagem

Entende-se a linguagem como um sistema complexo de signos utilizado para a comunicação entre indivíduos, permitindo a expressão de pensamentos, emoções, desejos, ordens, informações e experiências. Do ponto de vista da linguística, baseado em Saussure (2012), a linguagem é formada por um conjunto de regras e

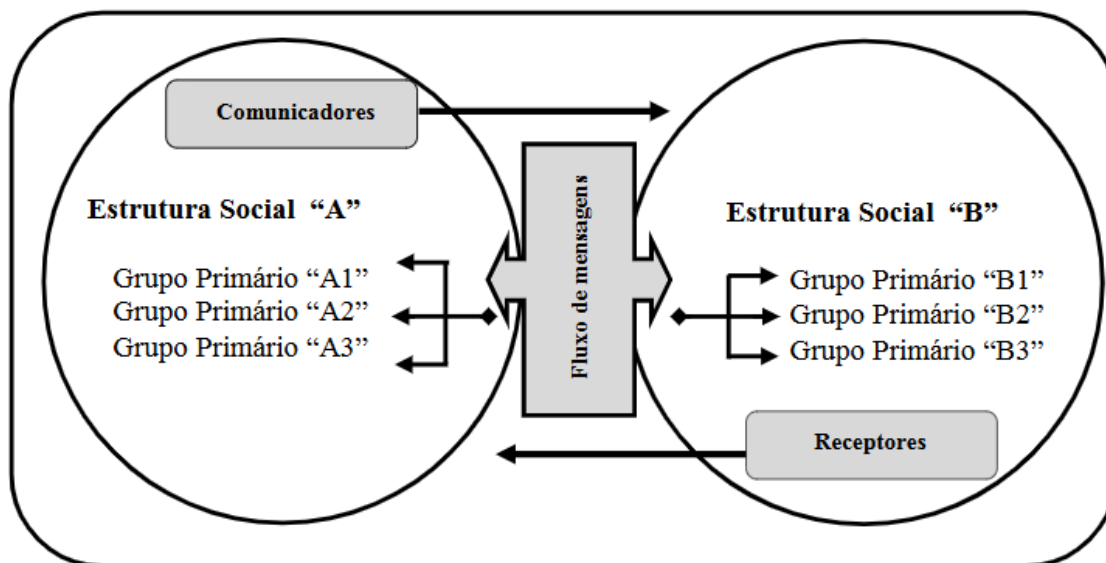
convenções que organizam os sons, as palavras e as estruturas sintáticas de maneira coerente, permitindo que os interlocutores se compreendam. Essas regras podem variar significativamente de uma língua para outra, mas todas cumprem a mesma função básica de estabelecer um canal de entendimento.

Saussure (2012) defende que a linguagem, embora inclua elementos individuais, é essencialmente um fenômeno coletivo. Seu funcionamento depende da existência de uma comunidade que compartilha um mesmo sistema de signos. O signo linguístico, elemento central da língua, é composto por duas faces inseparáveis: o significante e o significado. A relação entre ambos é arbitrária, e seu valor só se define pelas diferenças em relação a outros signos dentro do sistema.

A partir disso, pode-se inferir que a linguagem é um elemento central na Teoria Geral da Comunicação, pois é por meio dela que os processos comunicativos se concretizam e ganham significado. Enquanto a teoria busca compreender os mecanismos, elementos e dinâmicas que estruturam a transmissão de mensagens entre emissores e receptores, a linguagem se apresenta como o principal código utilizado nessa interação. Nesse sentido, linguagem e comunicação estão intrinsecamente relacionadas: a primeira fornece os signos e estruturas necessárias para a formulação e interpretação das mensagens, enquanto a segunda organiza e analisa os contextos e os efeitos dessas trocas de signos. Assim, a linguagem não apenas viabiliza a comunicação, mas também molda as possibilidades de entendimento e produção de sentido nos diversos meios e formas de interação social.

De Rocchi e De Rocchi (2015) aplicam a Teoria Geral da Comunicação no campo da contabilidade, desenvolvendo uma estrutura conceitual ampla para o estudo do processo de comunicação contábil, permitindo analisar o passado e vislumbrar o futuro da comunicação contábil. Os autores destacam a contribuição do modelo comunicacional desenvolvido por Matilda White Riley e John W. Riley Jr., inicialmente concebido para o estudo sociológico da propaganda e do marketing, mas com ampla aplicabilidade à contabilidade contemporânea.

Figura 1 - O Modelo de Comunicação de Riley & Riley



Fonte: De Rocchi e De Rocchi (2015)

O modelo acima propõe uma estrutura de comunicação em múltiplas etapas, entre grupos primários inseridos em diferentes níveis das estruturas sociais. Cada célula social, seja as macro estruturas (tais como estados, conglomerados empresariais ou países) ou as micro estruturas (municípios, departamentos, famílias, entre outras), atua ora como emissora, ora como receptora de mensagens, desempenhando papéis de codificação, processamento ou decodificação da informação contábil. Ao reconhecer que essas mensagens são dirigidas a sujeitos específicos e que seu significado depende do contexto e da linguagem utilizada, o modelo de Riley & Riley oferece uma base teórica robusta para entender os fluxos comunicacionais da Contabilidade da Sustentabilidade. De Rocchi e De Rocchi (2015) reforçam a ideia que a contabilidade é uma linguagem e que as Demonstrações Contábeis seriam uma metalinguagem complexa com inúmeros dialetos.

Em oposição às concepções estruturalistas da linguística tradicional, como a de Saussure (2016), que compreende a linguagem como um sistema autônomo de signos, Bourdieu (2018) propõe uma abordagem sociológica. Ele critica o que chama de “ilusão linguística”, ou seja, a tendência de analisar a linguagem descontextualizada das relações sociais que a produzem. O autor afirma que todo ato de fala é também um ato de poder, pois está situado em um campo social onde os agentes ocupam posições desiguais.

Um dos conceitos centrais em seu livro, *A Economia das Trocas Linguísticas*: O que falar quer dizer, é o de mercado linguístico. Nele, diferentes formas de expressão possuem valores distintos, que variam de acordo com o campo social em que circulam. As formas de linguagem legitimadas socialmente são aquelas associadas aos grupos dominantes, o que significa que a norma linguística não é neutra, mas sim imposta por uma relação de força simbólica. A linguagem culta, por exemplo, é promovida como ideal pelas instituições escolares, judiciais e midiáticas, enquanto as variantes populares são desvalorizadas ou marginalizadas. (Bourdieu, 2018)

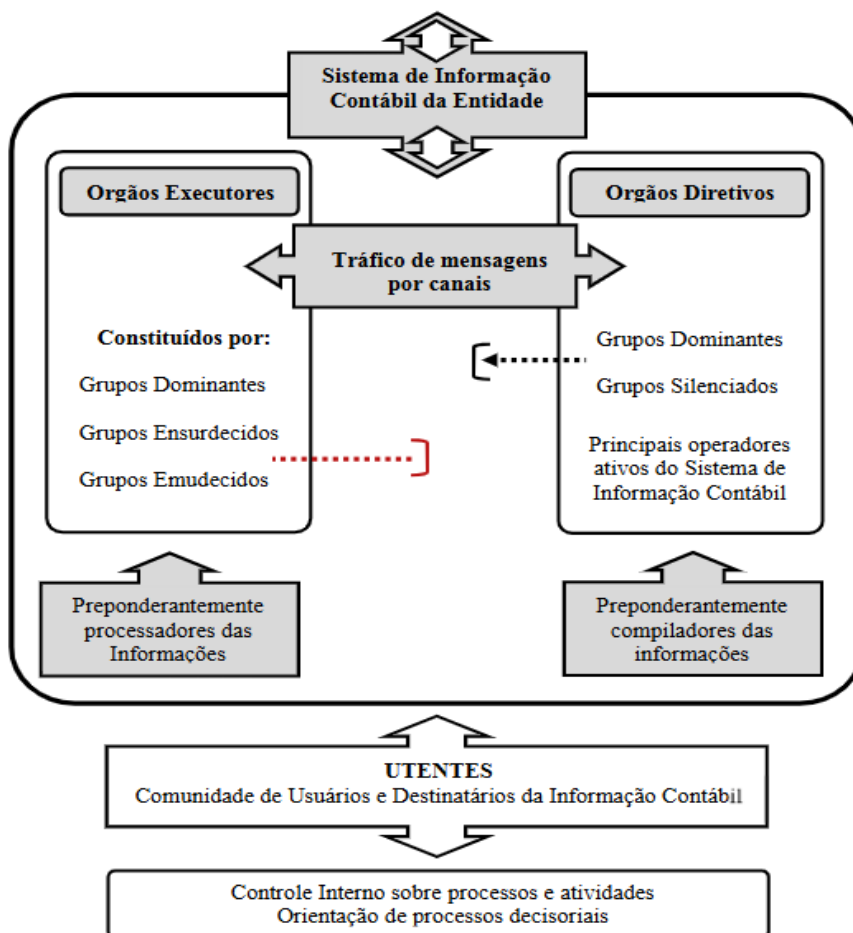
Nesse sentido, o uso da linguagem está sujeito a estratégias conscientes ou inconscientes, em que os sujeitos procuram adequar sua fala às expectativas do mercado em que estão inseridos. O reconhecimento ou a rejeição de determinada forma de falar está diretamente relacionado ao *habitus* linguístico, ou seja, aos esquemas incorporados pelos indivíduos em função de sua trajetória social, que orientam a produção e a recepção do discurso.

Porém esse modelo apresentava distorções pois partia do princípio que “toda mensagem enviada será respondida e irá gerar uma ação explicativa, corretiva ou retificativa.” (De Rocchi e De Rocchi, 2015)

Para os autores, a qualidade das mensagens pode ser prejudicada por comportamentos anômalos de indivíduos no processo, explicados pela Teoria dos Grupos Emudecidos, apresentada por Edwin Ardener em 1968. Segundo essa teoria, certos grupos têm sua expressão limitada. Aplicada à contabilidade, essa teoria identifica três tipos de grupos:

Os Grupos Dominantes que dominam a coleta, codificação e decodificação de dados contábeis, decidindo quem envia e recebe mensagens, os Grupos Emudecidos que comunicam-se passivamente com o dominante, apenas para receber ordens, e precisam adaptar sua linguagem para serem compreendidos, e os Grupos Ensurdidos que têm capacidade de usar a linguagem contábil, mas não o fazem por desinteresse ou má fé. Na figura 2 podemos observar a Teoria dos Grupos Emudecidos adaptada para o campo contábil.

Figura 2- Esquematisação do processo de informação contábil, sob a ótica da Teoria dos Grupos Emudecidos.



Fonte: De Rocchi e De Rocchi (2015)

A figura mostra esses grupos inseridos no Sistema de Informações Contábeis, em contato com os utentes (os usuários e destinatários das informações contábeis). Só que, conforme o diagrama, apenas os grupos dominantes conseguem completar todo o ciclo de comunicação. Os emudecidos ficam de fora, e os ensurdidos comprometem a confiabilidade do processo.

A linguagem, e consequentemente a comunicação, para Bourdieu (2018), é uma forma privilegiada de dominação simbólica, um tipo de poder que se exerce com o consentimento dos dominados, pois opera pela imposição de significados como legítimos e naturais.

Para De Rocchi e De Rocchi (2015), a contabilidade pode ser definida como a “linguagem dos negócios”, porém, apoiado em Pierre Bourdieu (2018), define-se a contabilidade como a linguagem oficial dos negócios.

Portanto, trazendo esses conceitos ao campo contábil, salienta-se a modificação do habitus na contabilidade brasileira, após a chegada das normas internacionais contábeis, as empresas que já dominavam essas normas levaram vantagem em detrimento das organizações que ainda não dominavam essa forma de comunicação contábil. Outra questão importante a ser comentada é que, ao longo do tempo, têm sido realizados grandes esforços para que a contabilidade seja universalizada, o maior deles seria, o já mencionado, surgimento das normas internacionais de contabilidade, estabelecendo um padrão internacional para a produção e divulgação das Demonstrações Contábeis. O patrimônio industrial constitui um campo de investigação interdisciplinar voltado ao estudo, preservação e interpretação dos vestígios materiais e imateriais relacionados às atividades industriais. Esses vestígios compreendem tanto estruturas físicas quanto registros documentais e práticas sociais vinculadas ao mundo do trabalho, configurando um importante elemento da memória coletiva das sociedades industrializadas.

Entretanto, de nada adianta a universalização se os países economicamente dominantes imporem os seus “dialetos” para os países dominados apenas por meio do poder simbólico, sem um diálogo sobre qual modelo de informações contábeis seria o mais coerente para o momento e qual visão se quer passar com as Demonstrações Contábeis.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Quanto a sua natureza, este projeto recorre a uma pesquisa aplicada, pois “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos.” (Prodanov, 2013, p. 51). Em termos de objetivo é um estudo exploratório, ou seja:

Quando a pesquisa se encontra na fase preliminar, tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto. Assume, em geral, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso. (Prodanov, 2013, p. 51-52).

Ainda, é uma pesquisa documental quanto aos procedimentos e Prodanov (2013) destaca sua utilização no momento de organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta. Para Gil (2008), a pesquisa documental baseia-se em materiais que não foram analisados ou que podem ser analisados novamente de acordo com os objetivos da pesquisa.

A fonte dos dados deste estudo serão as algumas peças das Demonstrações Contábeis, mais precisamente o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, ao qual serão analisados por meio da variação nos itens do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) e Demonstração de Valor Adicionado (DVA).

Sobretudo, para fazer a análise dos documentos foi utilizada a análise horizontal para comparar os mesmos itens em anos diferentes. A análise horizontal foi realizada na planilha eletrônica a partir dos dados extraídos das Demonstrações Contábeis da empresa.

Para fins de entendimento, um Balanço Patrimonial é dividido em três partes: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Iudícibus (2008, p. 28) explica o conceito de Ativo como “todos os bens e direitos de propriedade e controle da empresa, que são avaliáveis em dinheiro e representam benefícios presentes ou futuros para a empresa”. O Ativo Circulante possui as contas com maior grau de liquidez, ou seja, são valores já realizados ou que irão se realizar até o fim do exercício seguinte

(Ribeiro, 2011). Por outro lado, o Ativo Não Circulante é o oposto do Circulante, ou seja, representa as contas com baixa ou nenhuma circulação que, provavelmente, não irão se realizar até o fim do exercício seguinte (Ribeiro, 2011).

Já o Passivo é a parte do Balanço Patrimonial que notabiliza as obrigações de uma empresa com terceiros, sejam de curto prazo, sendo registradas no Passivo Circulante, ou de longo prazo, sendo registradas no Passivo Não Circulante. No Passivo Circulante estão as obrigações com maior grau de exigibilidade, que serão liquidadas até o término do próximo exercício, podendo ainda ser subdividido pela natureza dessas obrigações (Ribeiro, 2011). Em contrapartida, o Passivo Não Circulante é composto pelas contas com menor nível de circulação, que, provavelmente, não serão liquidadas até o término do próximo exercício. Ainda, o Patrimônio Líquido é a parte do Balanço Patrimonial que representa o capital próprio, em outras palavras, indica os recursos próprios da empresa, dos sócios e acionistas (Ribeiro, 2011).

A figura 3 mostra a estrutura do balanço patrimonial exigida após o Brasil adotar as normas internacionais de contabilidade.

Figura 3 - Estrutura do balanço patrimonial.

ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
Realizável a Longo Prazo	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Investimento	Capital Social
Imobilizado	(-) Gastos com Emissão de Ações
Intangível	Reservas de Capital
	Opções Outorgadas Reconhecidas
	Reservas de Lucros
	(-) Ações em Tesouraria
	Ajustes de Avaliação Patrimonial
	Ajustes Acumulados de Conversão
	Prejuízos Acumulados

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade (CFC)

Na imagem podemos observar o Ativo e suas divisões e subdivisões a esquerda, já na direita da imagem temos o Passivo, dividido em circulante e não circulante e o Patrimônio Líquido e suas contas.

Sobre a Demonstração de Resultados do Exercício, o autor Assaf Neto (2015, p. 83) explica que este tipo de documento:

(...) visa fornecer, de maneira esquematizada, os resultados (lucro ou prejuízo) auferidos pela empresa em determinado exercício social, os quais são transferidos para contas do patrimônio líquido. O lucro (ou prejuízo) é resultante de receitas, custos e despesas incorridos pela empresa no período e apropriados segundo o regime de competência, ou seja, independentemente de que tenham sido esses valores pagos ou recebidos. (Assaf Neto, 2015, p. 83)

Desse modo, podemos concluir que a Demonstração de Resultados do Exercício (DRE) é a forma de obter o resultado do exercício por meio da diferença entre as receitas e os custos e despesas operacionais. As receitas referem-se ao valor nominal total de vendas, no exercício em questão, sendo registradas no momento de realização da venda, desvinculadas do momento de seu vencimento (Assaf Neto, 2015). Já os custos incorridos pela empresa em seu processo de fabricação, venda ou prestação de serviços, podem assumir diferentes denominações de acordo com sua natureza: Custo de Mercadoria Vendida (CMV) para comércio, Custo de Produto Vendido (CPV) para indústria e Custo dos Serviços Prestados para prestadoras de serviços. Esses custos são obtidos por baixas na conta de estoque de acordo com a venda realizada. Quanto às Despesas Operacionais, Assaf Neto (2015, p. 88) as define como “todos os gastos realizados no exercício para a venda de produtos e/ou serviços, e a administração da empresa”. Essas despesas estão associadas à manutenção da atividade operacional da empresa.”

De acordo com o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), um exemplo da estrutura da Demonstração de Resultado do Exercício pelo método da função da despesa, mais utilizado pelas empresas brasileiras, é a seguinte:

Figura 4 - Estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício pelo método de função.

Receitas	X
Custo dos produtos e serviços vendidos	(X)
Lucro bruto	X
Outras receitas	X
Despesas de vendas	(X)
Despesas administrativas	(X)
Outras despesas	(X)
Resultado antes dos tributos	X

Fonte: Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Na imagem podemos observar que as receitas menos o custo de produtos e serviços vendidos, nota-se que o valor é decrescido por causa do uso de parênteses que na contabilidade tem o mesmo sentido que o sinal de menos, o produto dessa subtração é o Lucro Bruto, que é somado a Outras Receitas e subtrai-se desse valor Despesa de Vendas, Despesa Administrativa e Outras Despesas, o resultado dessas operações gera o Resultado antes dos tributos, após o cálculo dos tributos e após o abatimento do valor dos tributos, temos o Lucro (ou prejuízo) Líquido.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), conforme previsto no CPC 09, é uma ferramenta contábil que busca mostrar a contribuição das empresas na formação do Produto Interno Bruto (PIB). A DVA apresenta o valor agregado pelos insumos adquiridos de terceiros, que são posteriormente vendidos ou consumidos no período. Esse processo é influenciado por diferenças temporais entre os modelos contábil e econômico, que impactam no cálculo do valor adicionado.

A riqueza gerada pela empresa é distribuída entre três principais categorias: capital, mão de obra e tributos. Esse processo de distribuição é fundamental para a análise da economia de uma empresa e de um país.

As informações disponibilizadas pela DVA são cruciais para uma série de análises, como a avaliação da capacidade de geração de valor da empresa, o desempenho econômico e a contribuição da empresa para a formação de riqueza em sua região ou país. Além disso, essas informações auxiliam na análise do PIB, indicadores sociais e na distribuição de benefícios entre os fatores de produção.

A DVA é importante para a compreensão da contribuição das empresas para a economia nacional. Além de fornecer informações sobre o desempenho econômico

das empresas, ela permite uma análise mais ampla sobre a distribuição da riqueza gerada, fornecendo informações essenciais para o cálculo do PIB e outros indicadores econômicos.

De acordo com o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), um exemplo da estrutura da Demonstração de Valor Adicionado, pelo modelo I, utilizado para empresas em geral, é a seguinte:

Quadro 1 - Estrutura do Modelo I da Demonstração de Valor Adicionado (DVA) de acordo com o CPC 09.

CONTA	DESCRIÇÃO
1 – RECEITAS	1.1) Receita de contrato com cliente 1.2) Outras receitas 1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios 1.4) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos 2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros 2.3) Perda / Recuperação de valores ativos 2.4) Outras (especificar)
3 – VALOR ADICIONADO BRUTO	(1 – 2)
4 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	4.1) Depreciação 4.2) Amortização 4.3) exaustão
5 – VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(3 – 4)
6 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	6.1) Resultado de equivalência patrimonial 6.2) Receitas financeiras 6.3) Outras transferências recebidas

CONTA	DESCRIÇÃO
7 – VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(5 + 6)
8 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	8.1) Pessoal • Remuneração direta • Benefícios • FGTS 8.2) Impostos, taxas e contribuições • Federais • Estaduais • Municipais 8.3) Remuneração de capitais de terceiros • Juros • Aluguéis • Outras 8.4) Remuneração de capitais próprios • Juros sobre o capital próprio • Dividendos • Lucros retidos / Prejuízo do exercício • Participação dos não-controladores nos lucros retidos (somente em consolidação)

Fonte: elaborado pelo autor com base no CPC 09

Na imagem podemos observar que a estrutura do DVA é dividida em duas grandes partes: a formação do valor adicionado, que apresenta as receitas obtidas, os insumos adquiridos de terceiros, a depreciação, amortização e exaustão, bem como os valores recebidos em transferência, e a distribuição do valor adicionado, que mostra como essa riqueza foi destinada, contemplando a remuneração de pessoal, o pagamento de impostos, taxas e contribuições, a remuneração de capitais de terceiros e a remuneração de capitais próprios. Assim, a DVA fornece uma visão clara do papel econômico e social da empresa, demonstrando como ela contribui para empregados, governo, financiadores e acionistas.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados analisados nesta pesquisa foram extraídos das demonstrações financeiras de uma empresa do setor da moda que será denominada “Empresa X”, compreendendo o período de 2005 a 2024. O conjunto documental inclui o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e, quando disponível, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA). A demonstração financeira foi retirada do site da Empresa X em formato *PDF*. Após o download do arquivo, foram localizadas as peças da demonstração contábil e separadas do arquivo original, gerando pequenos arquivos em formato *PDF* com cada peça. Esses arquivos com cada peça foram transformados de *PDF* para *XLSX* utilizando o *software RStudio*, mas também foi testado utilizando o *Chat GPT* com o seguinte *prompt*: “Transforme este pdf em uma planilha” e em anexo o arquivo da peça da demonstração contábil em formato *PDF*.

A seguir, apresenta-se as tabelas do ativo, passivo, DRE e DVA, respectivamente, em períodos quinquenais, englobando os anos de 2005 à 2024.

Tabela 1 - Ativo da Empresa x em períodos quinquenais (2005-2024) em R\$1.000,00.

Conta	2024	2020	2015	2010	2005
Ativo Total	20.364.590	14.642.583	5.863.719	2.456.015	1.057.284
Ativo Circulante	12.316.659	8.896.766	3.721.211	1.872.921	800.727
Ativo Não Circulante	8.047.931	5.745.817	2.142.508	583.094	256.557
Ativo Realizável a longo prazo	1.224.934	894.301	176.446	103.451	54.971
Investimentos	56.582	56.582	63	63	63
Imobilizado	5.152.988	3.854.298	1.545.704	412.603	201.523
Intangível	1.613.427	940.636	420.295	66.977	0

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Nota: Os anos apresentados na tabela estão dispostos, da esquerda para a direita, em ordem decrescente.

Tabela 2 - Passivo da Empresa x em períodos quinquenais (2005-2024) em R\$1.000,00.

Conta	2024	2020	2015	2010	2005
Passivo Total	20.364.590	14.642.583	5.863.719	2.456.015	1.057.284
Passivo Circulante	7.647.557	5.633.411	2.319.127	977.575	492.836
Passivo Não Circulante	1.944.082	3.507.856	1.233.696	457.132	46.869
Patrimônio Líquido Consolidado	10.772.951	5.501.316	2.310.896	1.021.308	517.579

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Nota: Os anos apresentados na tabela estão dispostos, da esquerda para a direita, em ordem decrescente.

Tabela 3 - Demonstração de Resultado do Exercício da Empresa x em períodos quinquenais (2005-2024) em R\$1.000,00.

Conta	2024	2020	2015	2010	2005
Receita de Venda	14.436.366	7.537.180	6.145.198	2.751.338	1.136.434
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.694.417	-3.223.570	-2.511.352	-1.209.459	-618.409
Resultado Bruto	8.741.949	4.313.610	3.633.846	1.541.879	518.025
Despesas/Receitas Operacionais	-7.482.606	-3.456.731	-2.700.593	-1.137.405	-408.012
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.259.343	856.879	933.253	404.474	110.013
Resultado Financeiro	61.654	343.882	-104.586	27.297	-593
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.320.997	1.200.761	828.667	431.771	109.420
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o	-124.329	-104.492	-249.829	-123.743	-29.129

Conta	2024	2020	2015	2010	2005
Lucro					
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.196.668	1.096.269	578.838	308.028	80.291

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Nota: Os anos apresentados na tabela estão dispostos, da esquerda para a direita, em ordem decrescente.

Tabela 4 - Demonstração de Valor Adicionado da Empresa x em períodos quinquenais (2010-2024) em R\$1.000,00.

Conta	2024	2020	2015	2010
Receitas	17.707.120	9.995.026	7.843.920	3.526.030
Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.332.765	-5.406.310	-3.906.241	-1.926.658
Valor Adicionado Bruto	8.374.355	4.588.716	3.937.679	1.599.372
Retenções	-1.244.254	-791.036	-264.780	-75.787
Valor Adicionado Líquido Produzido	7.130.101	3.797.680	3.672.899	1.523.585
Valor Adicionado Recebido em Transferência	563.651	742.096	93.853	43.484
Valor Adicionado Total a Distribuir	7.693.752	4.539.776	3.766.752	1.567.069
Distribuição do Valor Adicionado	7.693.752	4.539.776	3.766.752	1.567.069
Pessoal	2.041.648	1.099.119	804.253	340.710
Impostos, Taxas e Contribuições	3.496.846	1.808.080	1.851.093	777.953
Remuneração de Capitais de Terceiros	958.590	536.308	532.568	140.378
Remuneração	1.196.668	1.096.269	578.838	308.028

Conta	2024	2020	2015	2010
de Capitais Próprios				

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Nota: Os anos apresentados na tabela estão dispostos, da esquerda para a direita, em ordem decrescente.

4.1 Análise Horizontal Do Ativo

A seguir, apresenta-se a análise horizontal do ativo, na qual são evidenciadas as variações percentuais das contas ao longo dos períodos analisados. Os dados apresentados possibilitam uma compreensão mais clara das transformações ocorridas na estrutura patrimonial da entidade ao longo do tempo.

Tabela 5 - Análise horizontal do Ativo da Empresa x em períodos quinquenais (2015-2024) em R\$1.000,00.

Conta	2024	AH%	2020	AH%	2015	AH%	2010	AH%	2005
Ativo Total	20.364.590	39,08	14.642.583	149,71	5.863.719	138,75	2.456.015	132,29	1.057.284
Ativo Circulante	12.316.659	38,44	8.896.766	139,08	3.721.211	98,68	1.872.921	133,90	800.727
Ativo Não Circulante	8.047.931	40,07	5.745.817	168,18	2.142.508	267,44	583.094	127,28	256.557
Ativo Realizável a longo prazo	1.224.934	36,97	894.301	406,84	176.446	70,56	103.451	88,19	54.971
Investimentos	56.582	0,00	56.582	89712,70	63	0,00	63	0,00	63
Imobilizado	5.152.988	33,69	3.854.298	149,36	1.545.704	274,62	412.603	104,74	201.523
Intangível	1.613.427	71,53	940.636	123,80	420.295	527,52	66.977		0

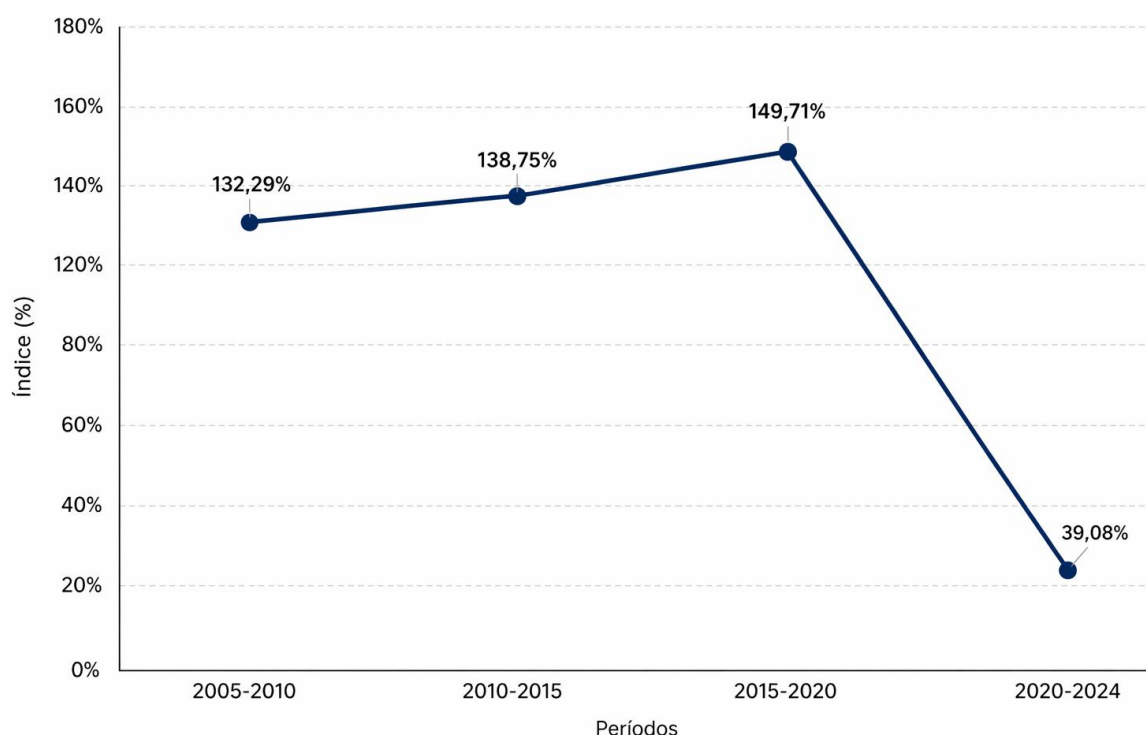
Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Nota: Os anos apresentados na tabela estão dispostos, da esquerda para a direita, em ordem decrescente.

4.1.1 Evolução Do Índice De Variação Percentual Das Contas Do Ativo

Os gráficos a seguir apresentam os índices da análise horizontal do ativo, com o objetivo de evidenciar a evolução das contas da entidade ao longo dos períodos analisados de forma individual. Por meio desse gráfico é possível observar, de forma sintética, as variações relativas entre os exercícios, permitindo identificar tendências de crescimento, estabilidade ou retração. Dessa forma, a apresentação dos índices facilita a leitura comparativa dos dados e contribui para uma compreensão mais clara das transformações ocorridas na estrutura patrimonial ao longo do tempo.

Figura 5 - Evolução do Ativo total em períodos quinquenais (2005-2024).

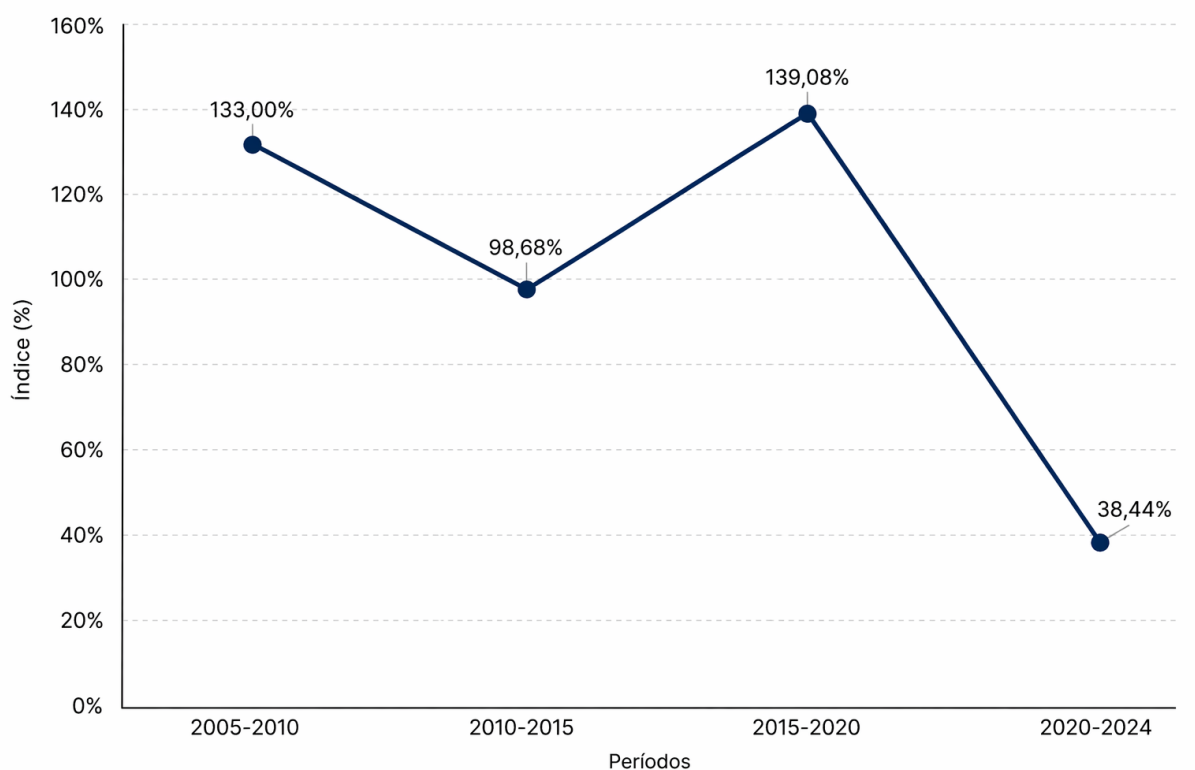


Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O gráfico apresenta a evolução do ativo total ao longo dos quatro períodos, evidenciando inicialmente uma trajetória de crescimento contínuo. Entre 2005 e 2010, o valor situa-se em torno de 132%, aumentando levemente para aproximadamente 138% no período de 2010 a 2015 e atingindo seu pico entre 2015 e 2020. Contudo, no período mais recente, de 2020 a 2024, ocorreu uma queda acentuada, indicando

uma ruptura significativa na tendência de crescimento observada anteriormente e sugerindo um cenário de forte retração após um ciclo de expansão.

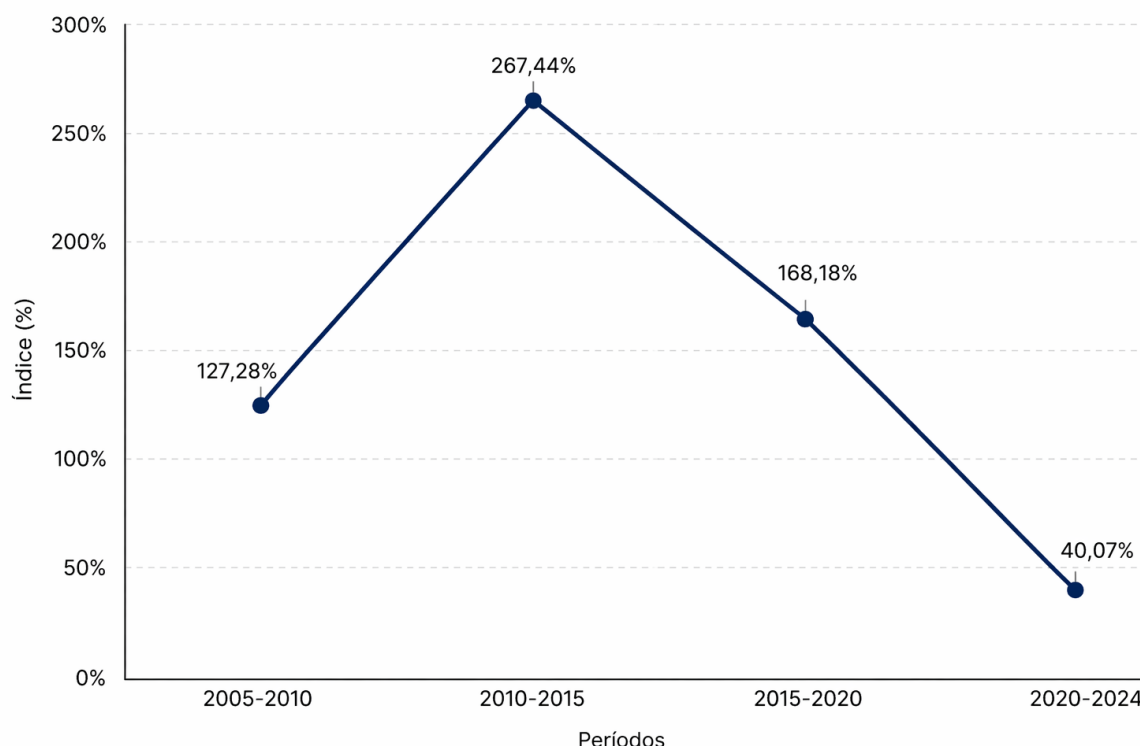
Figura 6 - Evolução do Ativo circulante em períodos quinquenais (2005-2024).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O gráfico apresenta a evolução do Ativo Circulante ao longo de quatro períodos, evidenciando oscilações relevantes. Entre 2005 e 2010, o índice inicia em um patamar elevado, próximo de 133%. No período seguinte, de 2010 a 2015, ocorreu uma redução para cerca de 100%, indicando desaceleração. Em seguida, entre 2015 e 2020, observa-se uma recuperação significativa, com o indicador atingindo aproximadamente 140%, superando o nível inicial. Contudo, no período mais recente, de 2020 a 2024, há uma queda acentuada para cerca de 40%, sugerindo uma forte retração após um momento de crescimento, o que indica instabilidade ao longo do tempo.

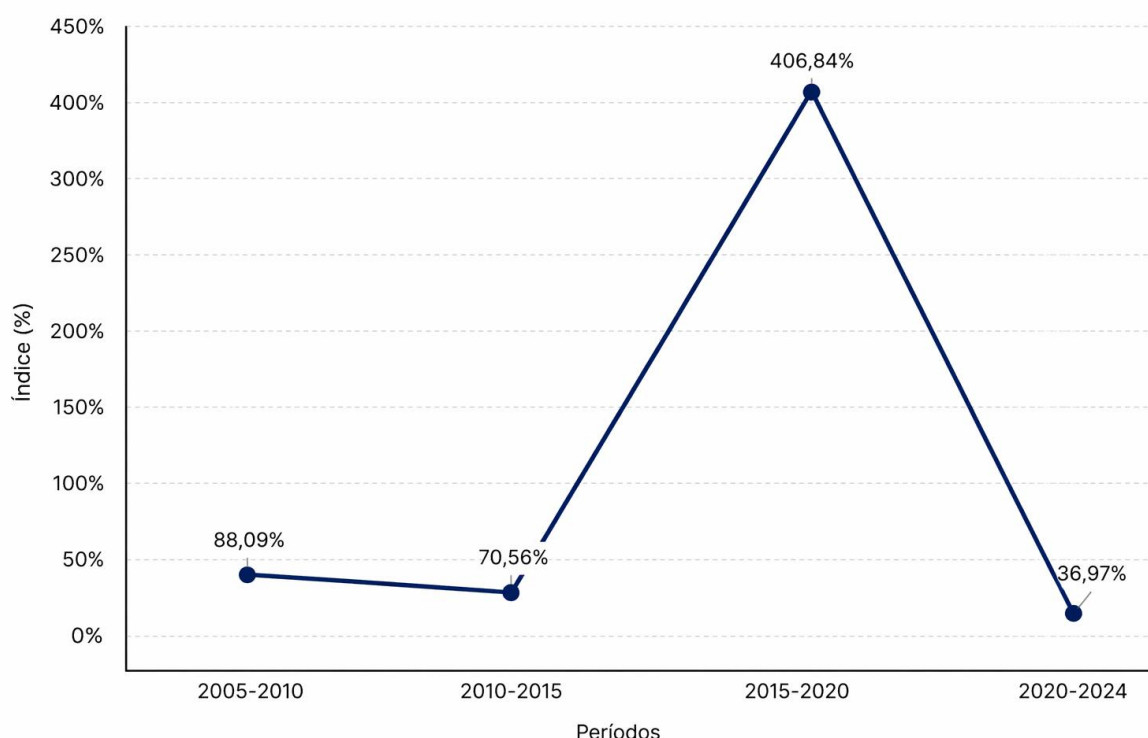
Figura 7 - Evolução do Ativo não circulante em períodos quinquenais (2005-2024).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

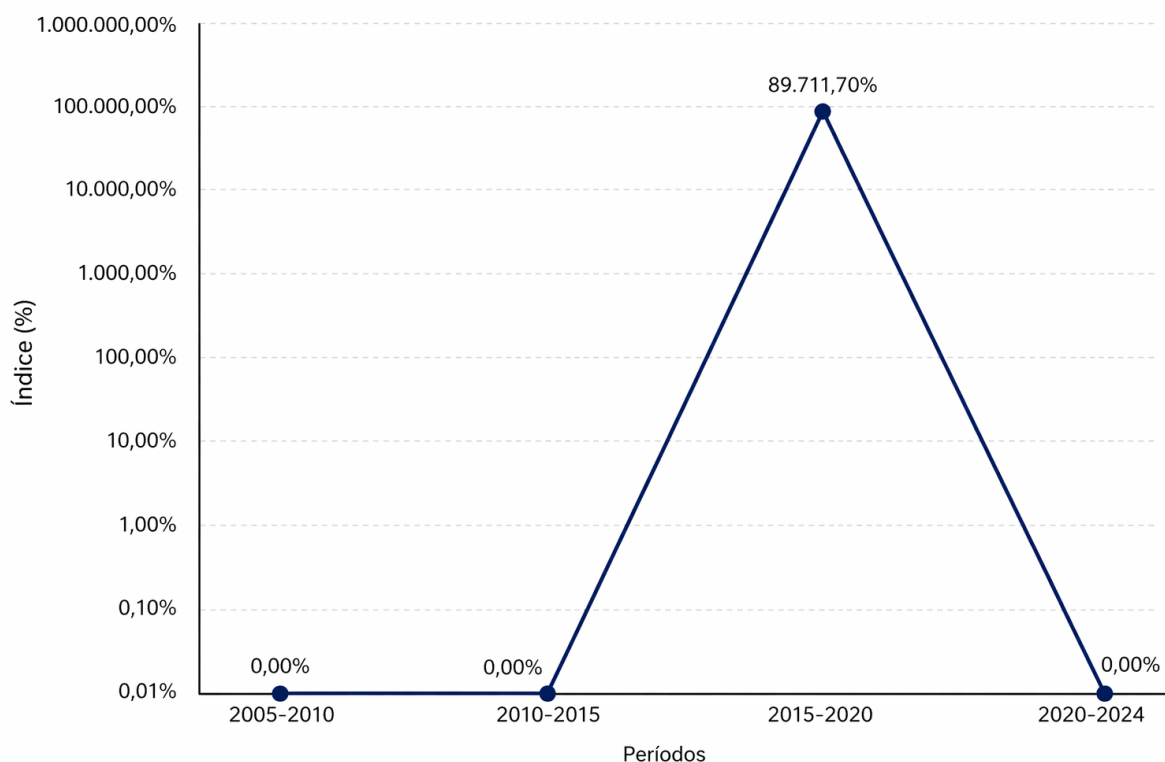
O gráfico apresenta a evolução do Ativo não circulante ao longo de quatro períodos, evidenciando forte volatilidade. Entre 2005 e 2010, o índice inicia em torno de 125%, elevando-se de forma expressiva no período seguinte, 2010–2015, quando atinge aproximadamente 270%, representando o pico da série. Em seguida, entre 2015 e 2020, observa-se uma redução para cerca de 170%, ainda mantendo um nível elevado em comparação ao início. Por fim, no período de 2020 a 2024, ocorre uma queda acentuada para aproximadamente 40%, indicando uma retração significativa após um ciclo de crescimento intenso, o que sugere instabilidade e possíveis mudanças estruturais ao longo do tempo.

Figura 8 - Evolução do Ativo Realizável a Longo Prazo em períodos quinquenais (2005-2024).



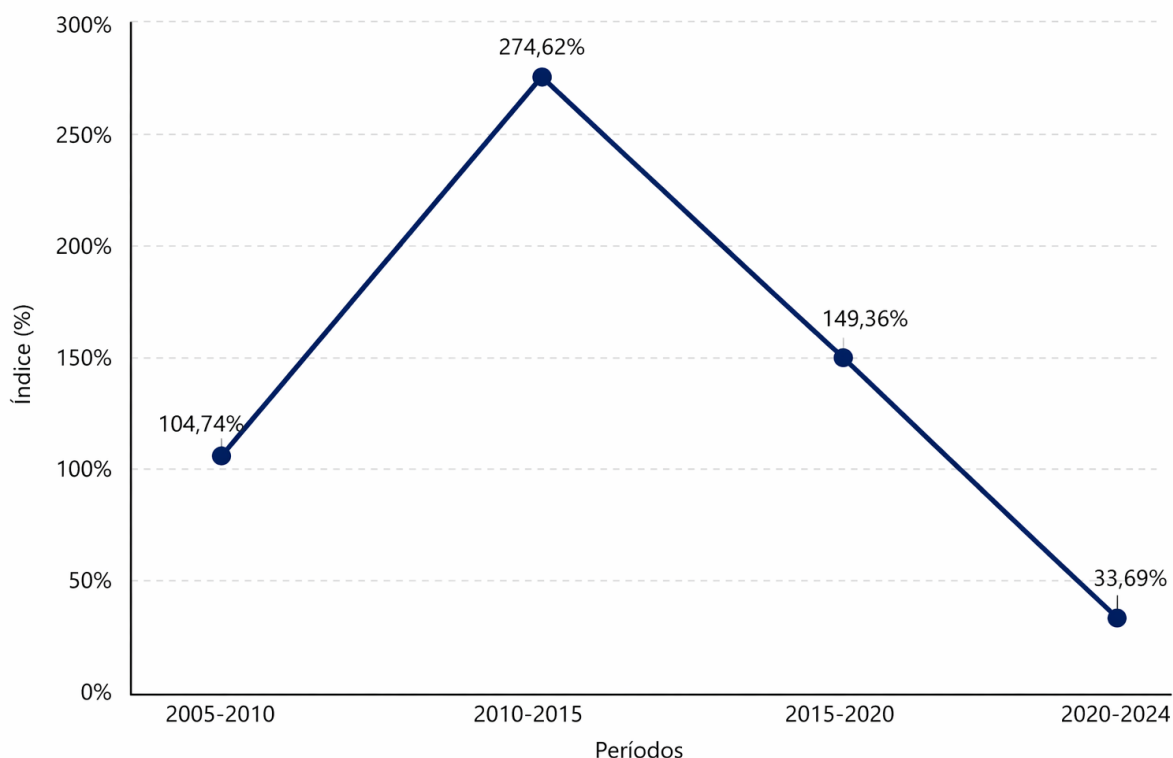
Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O gráfico apresenta a evolução de um indicador percentual ao longo de quatro períodos, destacando uma variação extremamente acentuada em um dos intervalos. Entre 2005 e 2010, o índice situa-se em torno de 90%, sofrendo leve redução para aproximadamente 70% no período de 2010 a 2015. No entanto, entre 2015 e 2020 ocorre um crescimento extraordinário, com o indicador atingindo cerca de 410%, configurando um pico muito acima dos demais períodos. Por fim, entre 2020 e 2024, há uma queda brusca para aproximadamente 40%, indicando uma forte retração após esse crescimento atípico, o que sugere um evento excepcional ou fora do padrão na série analisada.

Figura 9 - Evolução dos Investimentos em períodos quinquenais (2005-2024).

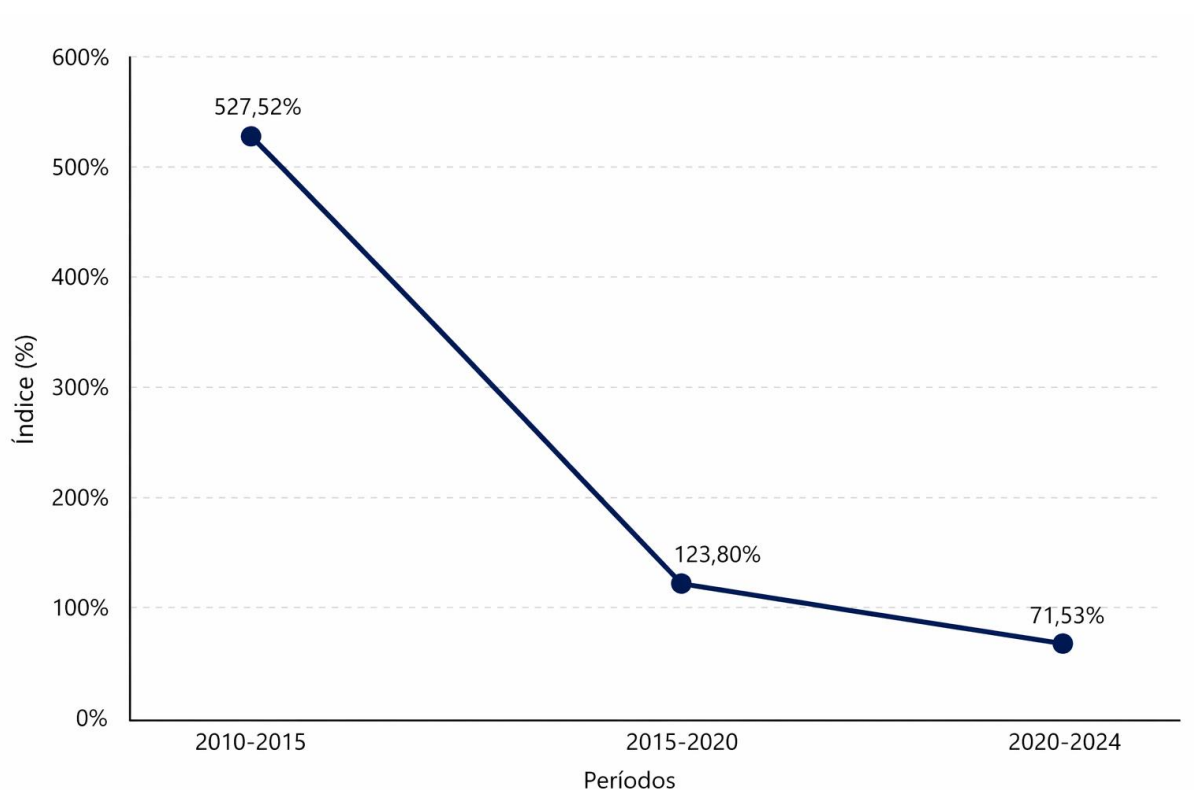
Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O gráfico apresenta a evolução de um indicador percentual ao longo de quatro períodos, evidenciando um comportamento extremamente atípico. Nos intervalos de 2005–2010, 2010–2015 e 2020–2024, os valores são praticamente nulos ou inexistentes. Em contrapartida, no período de 2015–2020 ocorre um crescimento abrupto e desproporcional, atingindo aproximadamente 90.000%, o que representa um pico isolado e fora de padrão. Esse comportamento sugere a ocorrência de um evento excepcional, possível mudança estrutural, reclassificação contábil ou efeito de base muito baixa, distorcendo significativamente a análise comparativa entre os períodos.

Figura 10 - Evolução do Imobilizado em períodos quinquenais (2005-2024).

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O gráfico apresenta a evolução de um indicador percentual ao longo de quatro períodos, evidenciando um comportamento de crescimento seguido de queda. Entre 2005 e 2010, o índice inicia em torno de 105%, aumentando de forma expressiva no período de 2010 a 2015, quando atinge aproximadamente 275%, configurando o pico da série. Em seguida, entre 2015 e 2020, observa-se uma redução para cerca de 150%, ainda em um nível relativamente elevado. Por fim, no período de 2020 a 2024, ocorre uma queda acentuada para aproximadamente 35%, indicando uma forte retração após o período de expansão, o que sugere instabilidade e possível mudança no cenário ao longo do tempo.

Figura 11 - Evolução do Intangível em períodos quinquenais (2005-2024).

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O gráfico apresenta a evolução de um indicador percentual ao longo de quatro períodos, evidenciando um comportamento de crescimento seguido de queda. Entre 2010 e 2015, inicia em aproximadamente 530%, configurando o pico da série. Em seguida, entre 2015 e 2020, observa-se uma queda acentuada para cerca de 125%, ainda em um nível relativamente elevado. Por fim, no período de 2020 a 2024, ocorre uma redução para aproximadamente 75%, indicando uma forte retração, o que sugere instabilidade e possível mudança no cenário ao longo do tempo.

4.2 Análise Horizontal Do Passivo

A seguir, apresenta-se a análise horizontal do passivo, na qual são evidenciadas as variações percentuais das contas ao longo dos períodos analisados. Os dados apresentados possibilitam uma compreensão mais clara das transformações ocorridas na forma de financiamento (com capital próprio ou de terceiros) da estrutura patrimonial da entidade ao longo do tempo.

Tabela 6 - Análise horizontal do Passivo da Empresa x em períodos quinquenais (2015-2024) em R\$1.000,00.

Conta	2024	AH%	2020	AH%	2015	AH%	2010	AH%	2005
Passivo Total	20.364.590	39,08	14.642.583	149,71	5.863.719	138,75	2.456.015	132,29%	1.057.284
Passivo Circulante	7.647.557	35,75	5.633.411	142,91	2.319.127	137,23	977.575	98,36%	492.836
Passivo Não Circulante	1.944.082	-44,58	3.507.856	184,34	1.233.696	169,88	457.132	875,34%	46.869
Patrimônio Líquido Consolidado	10.772.951	95,82	5.501.316	138,06	2.310.896	126,27	1.021.308	97,32%	517.579

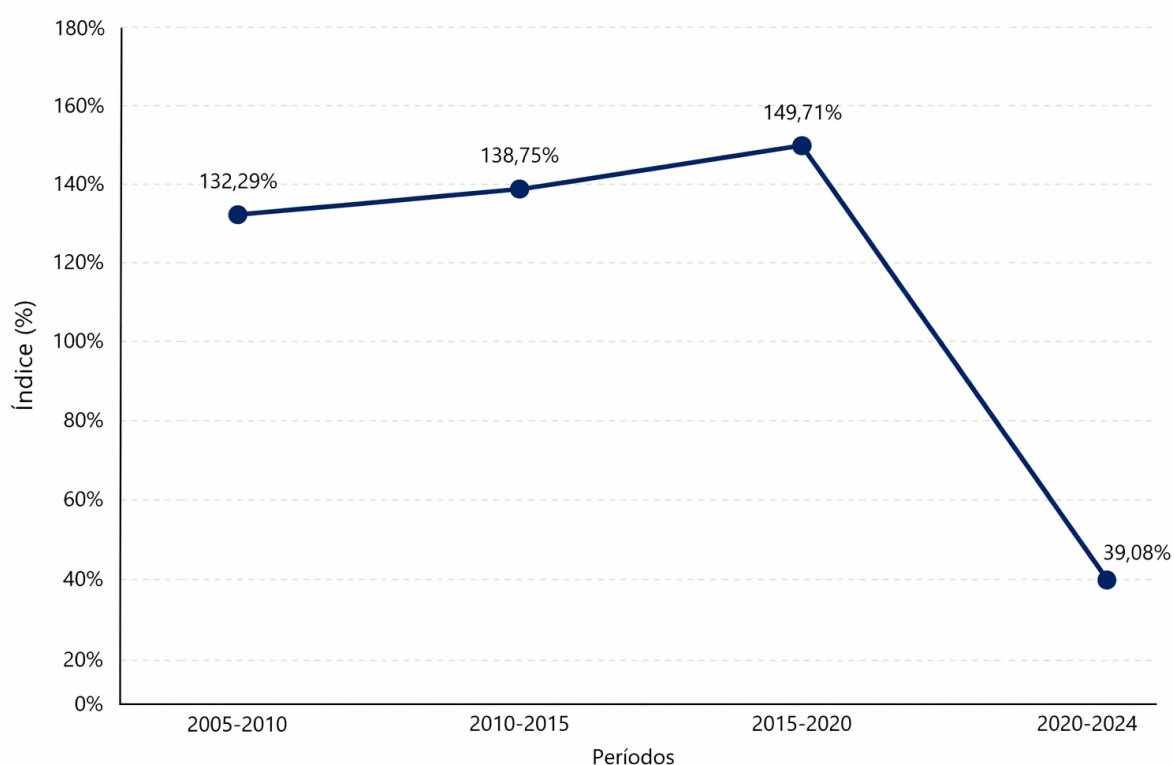
Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Nota: Os anos apresentados na tabela estão dispostos, da esquerda para a direita, em ordem decrescente.

4.2.1 Evolução Do Índice De Variação Percentual Das Contas Do Passivo

Os gráficos a seguir apresentam os índices da análise horizontal do passivo, com o objetivo de evidenciar a evolução das contas do passivo da entidade ao longo dos períodos analisados de forma individual. Por meio desse gráfico é possível observar, de forma sintética, as variações relativas entre os exercícios, permitindo identificar tendências de crescimento, estabilidade ou retração. Dessa forma, a apresentação dos índices facilita a leitura comparativa dos dados e contribui para uma compreensão mais clara das transformações ocorridas na forma de financiamento (com capital próprio ou de terceiros) do crescimento patrimonial ao longo do tempo.

Figura 12 - Evolução do Passivo Total em períodos quinquenais (2005-2024).

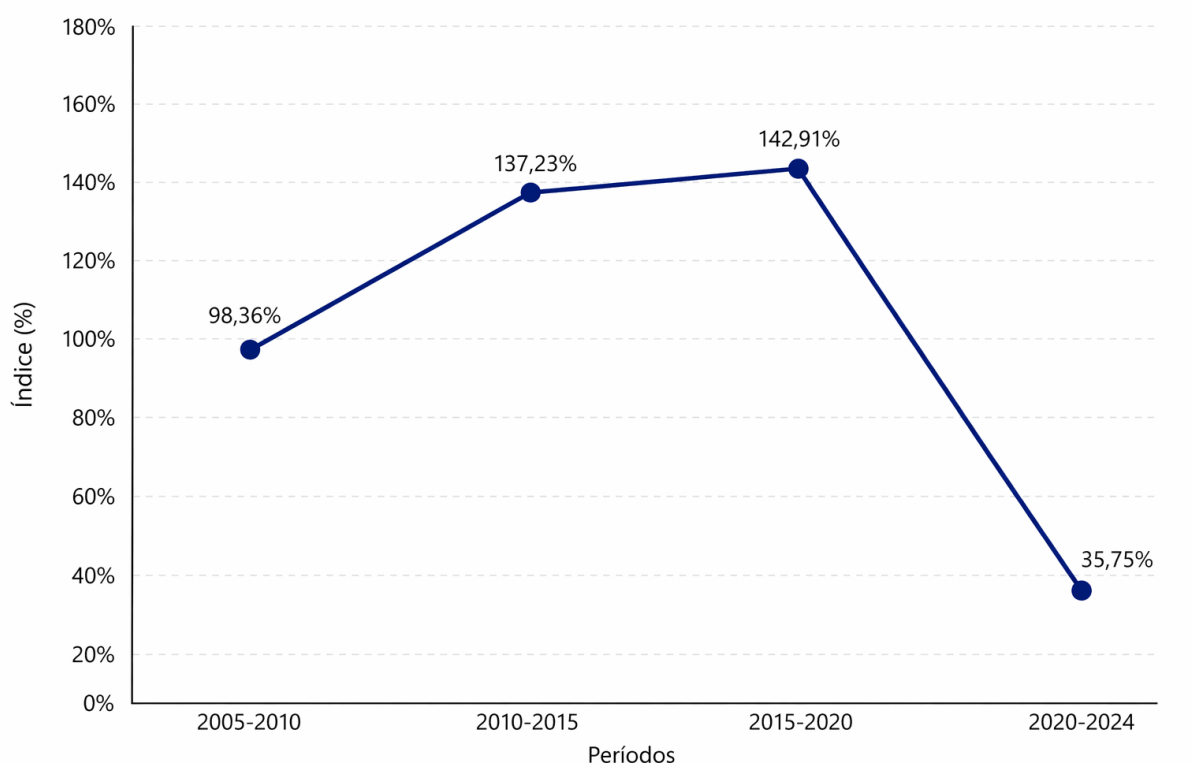


Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O gráfico apresenta a evolução de um indicador percentual ao longo de quatro períodos, evidenciando inicialmente uma trajetória de crescimento gradual. Entre 2005 e 2010, o índice situa-se em torno de 132%, aumentando levemente para aproximadamente 139% no período de 2010 a 2015 e atingindo cerca de 150% entre 2015 e 2020, configurando o ponto mais alto da série. Contudo, no período de 2020 a 2024, observa-se uma queda acentuada para aproximadamente 40%, indicando uma

forte retração após um ciclo de crescimento contínuo, o que sugere uma mudança significativa no comportamento do indicador.

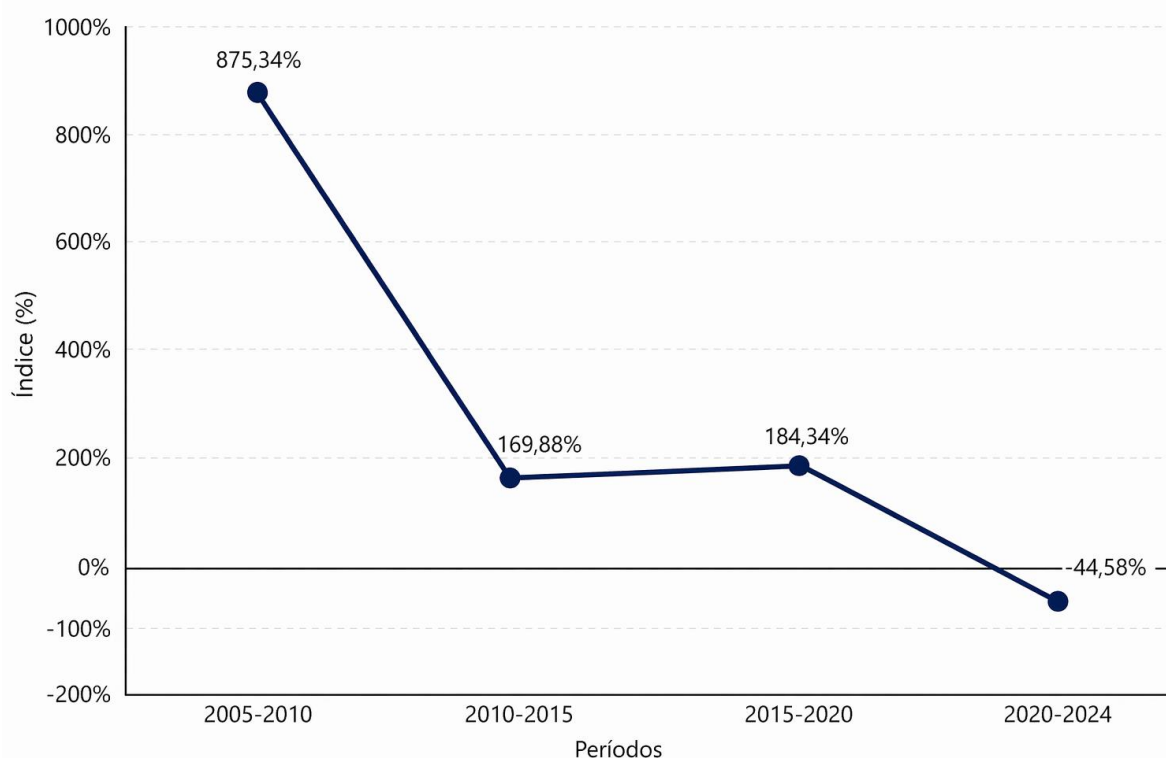
Figura 13 - Evolução do Passivo Circulante em períodos quinquenais (2005-2024).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O gráfico apresenta a evolução de um indicador percentual ao longo de quatro períodos, evidenciando um movimento de crescimento seguido por forte retração. Entre 2005 e 2010, o índice inicia próximo de 100%, aumentando de forma significativa no período de 2010 a 2015 para cerca de 138% e alcançando aproximadamente 142% entre 2015 e 2020, configurando o ponto mais alto da série. No entanto, no período de 2020 a 2024, observa-se uma queda acentuada para aproximadamente 35%, indicando uma ruptura na tendência de crescimento e sugerindo uma desaceleração expressiva no comportamento do indicador.

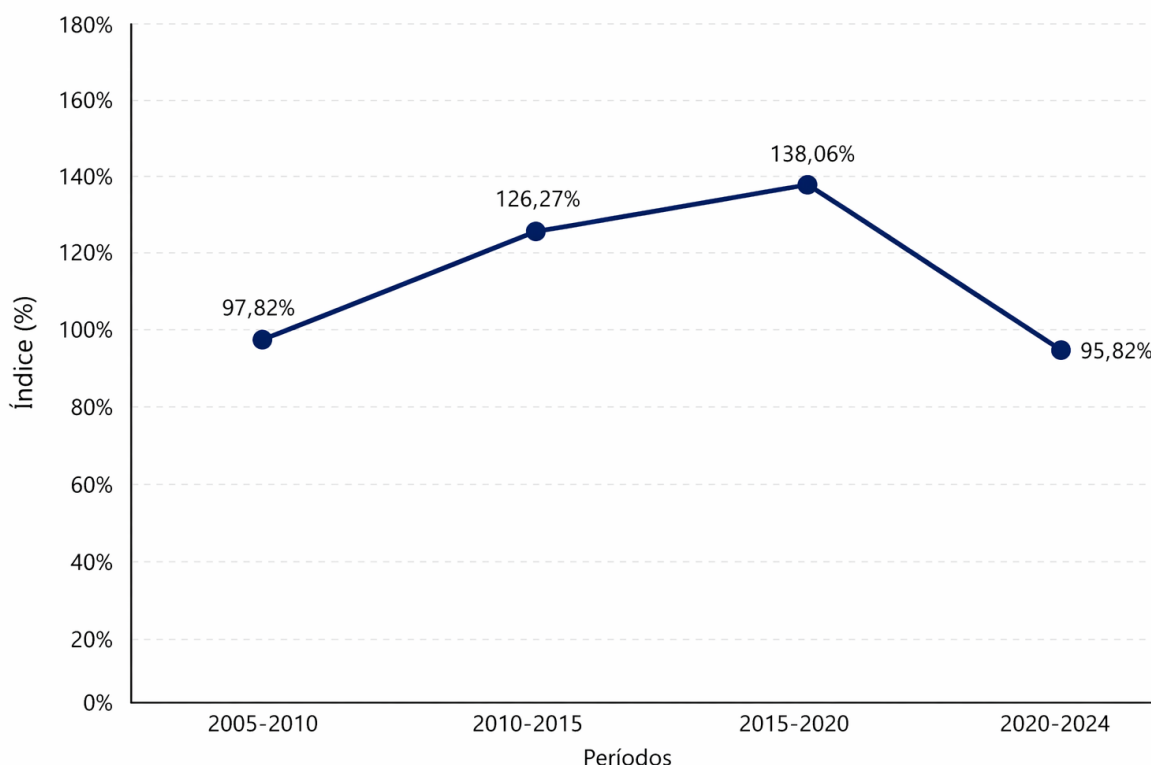
Figura 14 - Evolução do Passivo Não Circulante em períodos quinquenais (2005-2024).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O gráfico apresenta a evolução de um indicador percentual ao longo de quatro períodos, evidenciando forte volatilidade e um comportamento atípico no início da série. Entre 2005 e 2010, o índice atinge um valor extremamente elevado, próximo de 880%, destacando-se como um pico isolado. Nos períodos seguintes, há uma queda acentuada, com o indicador situando-se em torno de 170% entre 2010 e 2015 e apresentando leve aumento para aproximadamente 190% entre 2015 e 2020, mantendo-se em patamar bem inferior ao inicial. Por fim, no período de 2020 a 2024, observa-se uma inversão para valor negativo, em torno de -50%, indicando retração significativa e possível deterioração no desempenho, o que reforça a instabilidade ao longo do tempo.

Figura 15 - Evolução do Patrimônio Líquido em períodos quinquenais (2005-2024).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O gráfico apresenta a evolução de um indicador percentual ao longo de quatro períodos, evidenciando um movimento de crescimento gradual seguido de leve retração. Entre 2005 e 2010, o índice inicia próximo de 98%, aumentando de forma consistente para cerca de 127% no período de 2010 a 2015 e atingindo aproximadamente 139% entre 2015 e 2020, configurando o ponto mais alto da série. No entanto, no período de 2020 a 2024, observa-se uma redução para cerca de 97%, retornando a um patamar semelhante ao inicial, o que indica uma desaceleração após o ciclo de crescimento, mas sem queda abrupta, sugerindo relativa estabilidade ao longo do tempo.

4.3 Análise Horizontal Da Demonstração de Resultado de Exercício

A seguir, apresenta-se a análise horizontal da DRE, na qual são evidenciadas as variações percentuais das contas ao longo dos períodos analisados. Os dados

apresentados possibilitam uma compreensão mais clara das transformações ocorridas no resultado da entidade ao longo do tempo.

Tabela 7 - Análise horizontal da Demonstração de Resultado de Exercício da Empresa x em períodos quinquenais (2015-2024) em R\$1.000,00.

Conta	2024	AH%	2020	AH%	2015	AH%	2010	AH%	2005
Receita de Venda	14.436.366	91,54%	7.537.180	22,65%	6.145.198	123,35%	2.751.338	142,10%	1.136.434
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.694.417	76,65%	-3.223.570	28,36%	-2.511.352	107,64%	-1.209.459	95,58%	-618.409
Resultado Bruto	8.741.949	102,66%	4.313.610	18,71%	3.633.846	135,68%	1.541.879	197,65%	518.025
Despesas/ Receitas Operacionais	-7.482.606	116,46%	-3.456.731	28,00%	-2.700.593	137,43%	-1.137.405	178,77%	-408.012
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.259.343	46,97%	856.879	-8,18%	933.253	130,73%	404.474	267,66%	110.013
Resultado Financeiro	61.654	-82,07%	343.882	-428,80%	-104.586	-483,14%	27.297	-4703,20%	-593
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.320.997	10,01%	1.200.761	44,90%	828.667	91,92%	431.771	294,60%	109.420
Imposto de Renda e	-124.329	18,98%	-104.492	-58,17%	-249.829	101,89%	-123.743	324,81%	-29129

Conta	2024	AH%	2020	AH%	2015	AH%	2010	AH%	2005
Contribuição Social sobre o Lucro									
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.196.668	9,16%	1.096.269	89,39%	578.838	87,92%	308.028	283,64%	80291

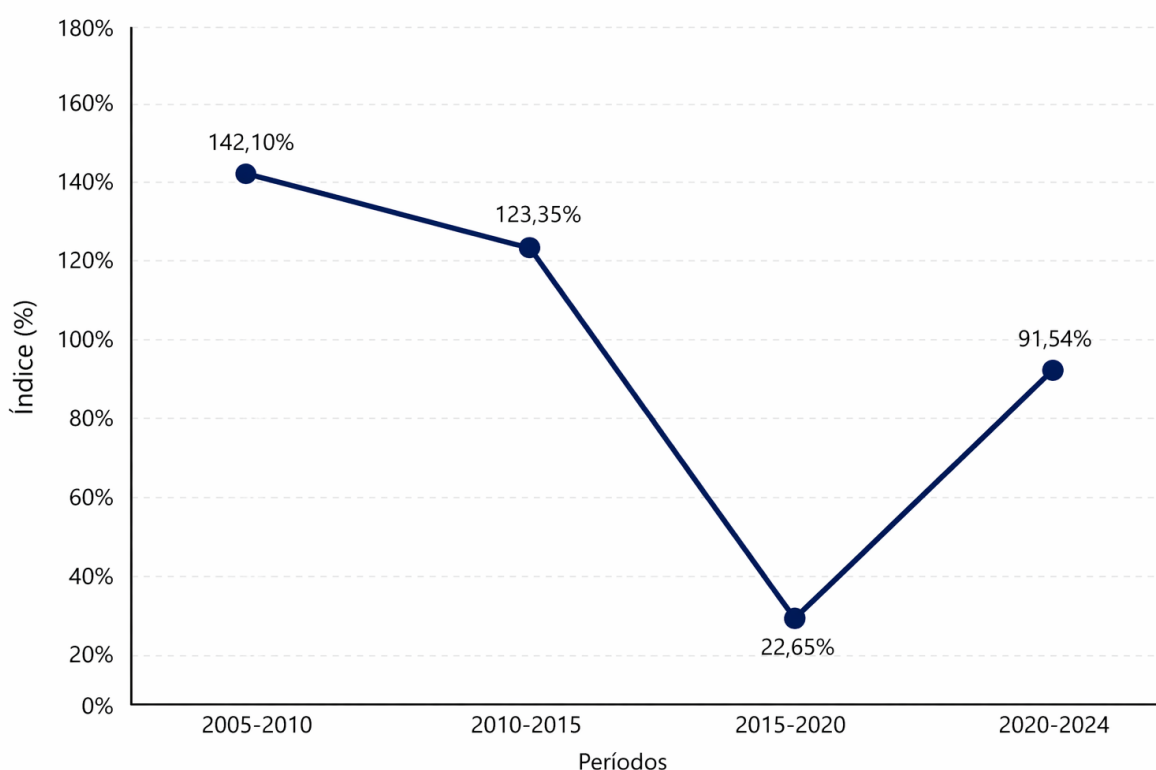
Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Nota: Os anos apresentados na tabela estão dispostos, da esquerda para a direita, em ordem decrescente.

4.3.1 Evolução Do Índice De Variação Percentual Das Contas Da Demonstração De Resultado De Exercício

Os gráficos a seguir apresentam os índices da análise horizontal da DRE, com o objetivo de evidenciar a evolução das contas do passivo da entidade ao longo dos períodos analisados de forma individual. Por meio desse gráfico é possível observar, de forma sintética, as variações relativas entre os exercícios, permitindo identificar tendências de crescimento, estabilidade ou retração. Dessa forma, a apresentação dos índices facilita a leitura comparativa dos dados e contribui para uma compreensão mais clara das transformações ocorridas no Resultado ao longo do tempo.

Figura 16 - Evolução da Receita de Venda em períodos quinquenais (2005-2024).

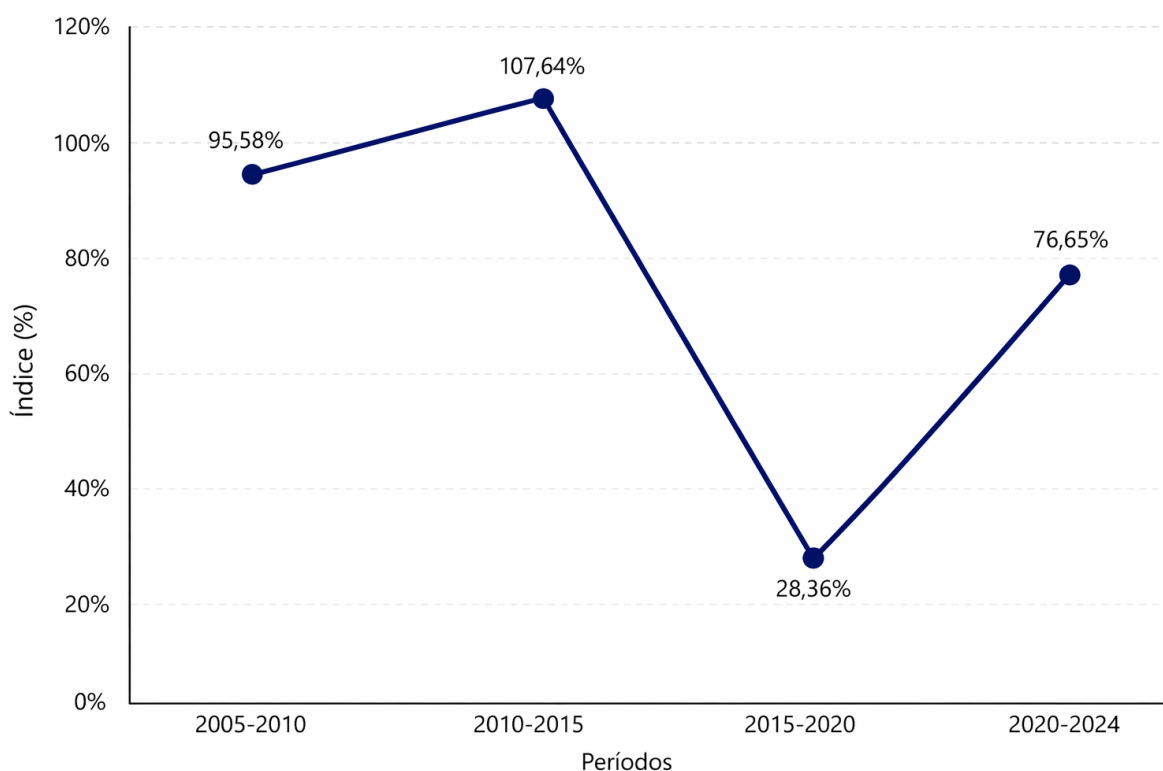


Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O gráfico apresenta a evolução de um indicador percentual ao longo de quatro períodos, evidenciando um movimento de queda acentuada seguido de recuperação. Entre 2005 e 2010, o índice inicia em um patamar elevado, próximo de 142%, reduzindo para cerca de 123% no período de 2010 a 2015. Em seguida, entre 2015 e 2020, ocorre uma queda brusca para aproximadamente 22%, indicando uma forte

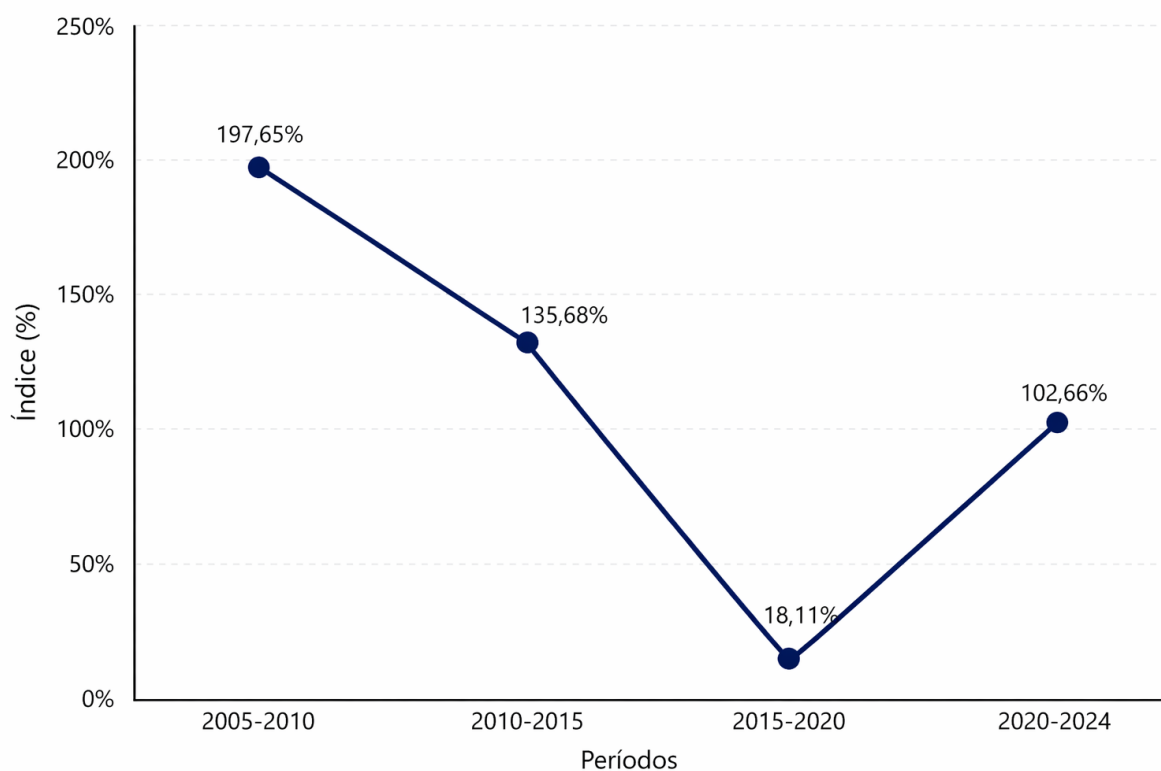
retração. Por fim, no período de 2020 a 2024, observa-se uma recuperação significativa para cerca de 92%, embora ainda abaixo dos níveis iniciais, sugerindo retomada após um período de declínio.

Figura 17 - Evolução do Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos em períodos quinquenais (2005-2024).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

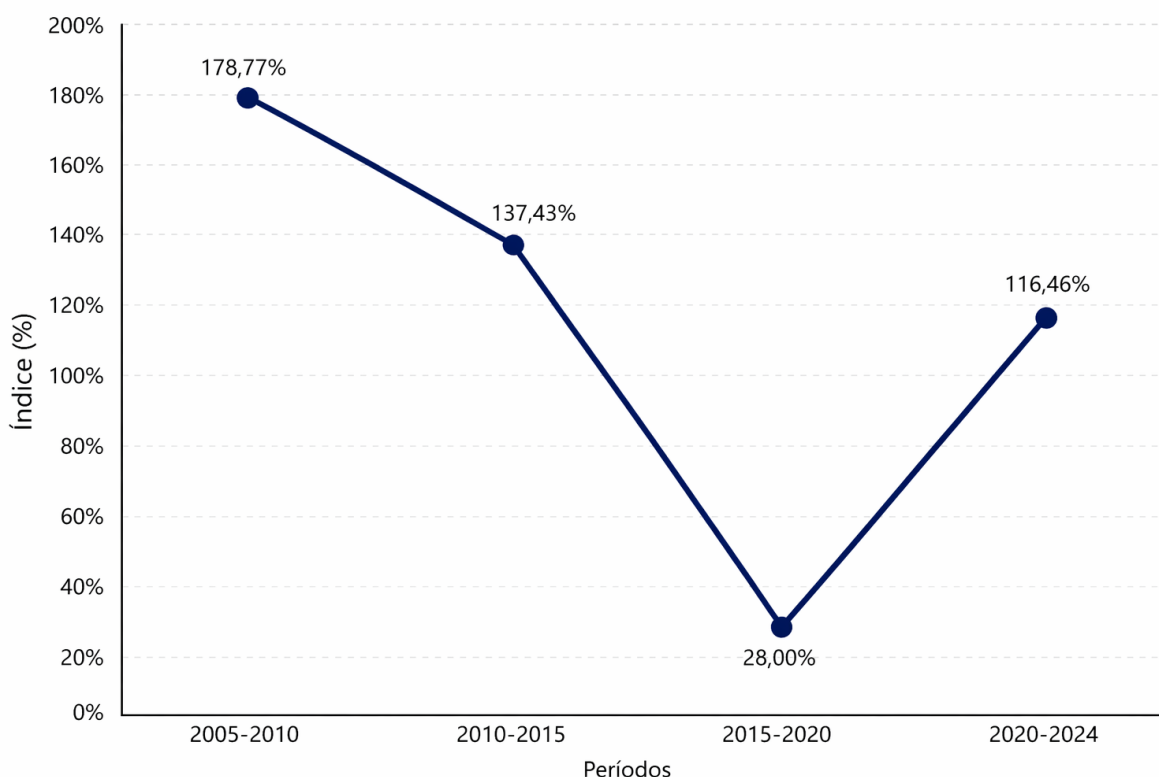
O gráfico apresenta a evolução de um indicador percentual ao longo de quatro períodos, evidenciando oscilações significativas. Entre 2005 e 2010, o índice inicia próximo de 95%, aumentando para cerca de 108% no período de 2010 a 2015, indicando crescimento moderado. No entanto, entre 2015 e 2020 ocorre uma queda acentuada para aproximadamente 28%, caracterizando um período de forte retração. Por fim, entre 2020 e 2024, observa-se uma recuperação parcial, com o indicador subindo para cerca de 76%, ainda abaixo dos níveis iniciais, o que sugere retomada após uma fase de declínio.

Figura 18 - Evolução do Resultado Bruto em períodos quinquenais (2005-2024).

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O gráfico apresenta a evolução de um indicador percentual ao longo de quatro períodos, evidenciando um movimento de queda seguido de recuperação. Entre 2005 e 2010, o índice inicia em um patamar elevado, próximo de 200%, reduzindo para cerca de 135% no período de 2010 a 2015. Em seguida, entre 2015 e 2020, ocorre uma queda acentuada para aproximadamente 20%, indicando forte retração. Por fim, no período de 2020 a 2024, observa-se uma recuperação para cerca de 102%, ainda abaixo do nível inicial, mas sinalizando retomada após o período de declínio.

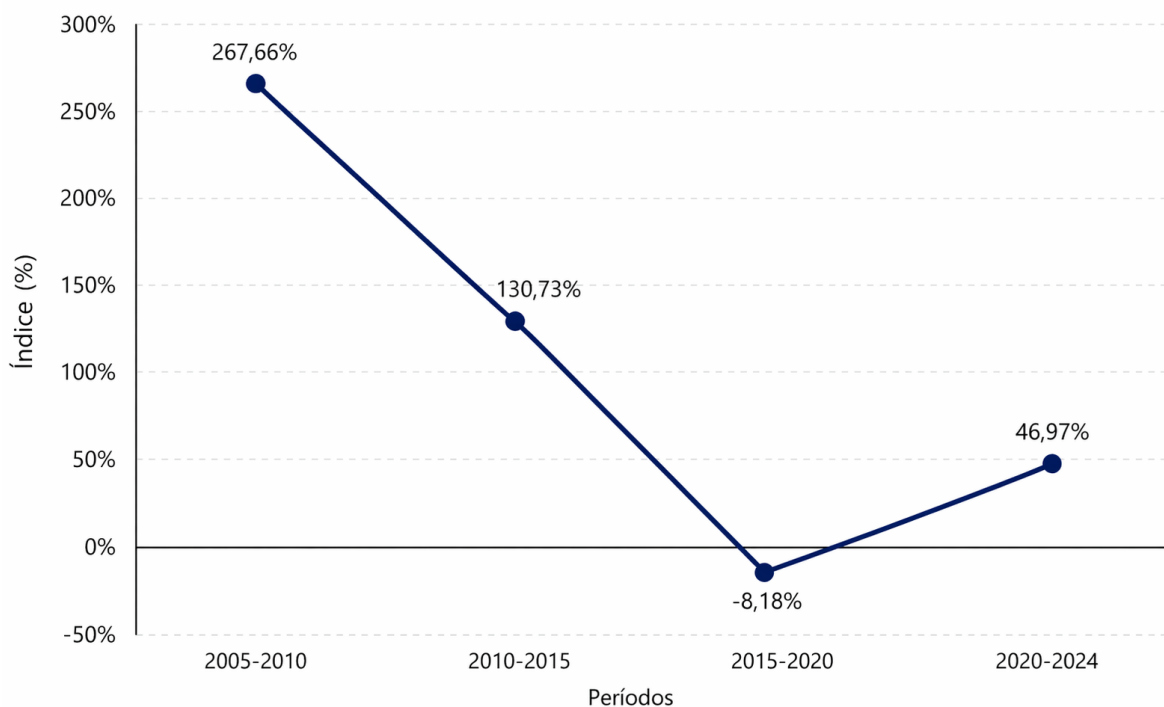
Figura 19 - Evolução das Despesas/Receitas Operacionais em períodos quinquenais (2005-2024).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O gráfico apresenta a evolução de um indicador percentual ao longo de quatro períodos, evidenciando um movimento de queda seguido de recuperação parcial. Entre 2005 e 2010, o índice inicia em um nível elevado, próximo de 180%, reduzindo para cerca de 138% no período de 2010 a 2015. Em seguida, entre 2015 e 2020, ocorre uma queda acentuada para aproximadamente 28%, indicando forte retração. Por fim, no período de 2020 a 2024, observa-se uma recuperação para cerca de 116%, ainda abaixo do patamar inicial, mas sinalizando retomada após o período de declínio.

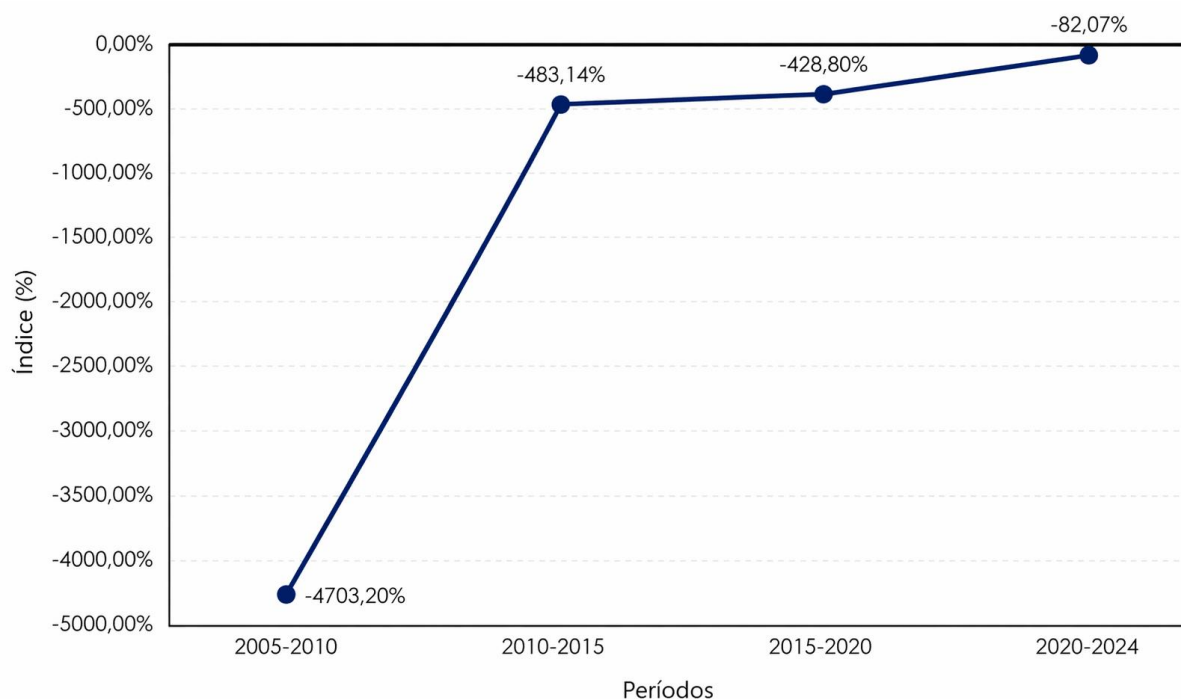
Figura 20 - Evolução do Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos em períodos quinquenais (2005-2024).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O gráfico apresenta a evolução de um indicador percentual ao longo de quatro períodos, evidenciando uma trajetória de forte queda seguida de leve recuperação. Entre 2005 e 2010, o índice inicia em um patamar muito elevado, próximo de 270%, reduzindo significativamente para cerca de 130% no período de 2010 a 2015. Em seguida, entre 2015 e 2020, ocorre uma queda ainda mais acentuada, levando o indicador a um valor negativo próximo de -10%, indicando retração. Por fim, no período de 2020 a 2024, observa-se uma recuperação para aproximadamente 50%, ainda distante dos níveis iniciais, o que sugere uma retomada parcial após um período de declínio intenso.

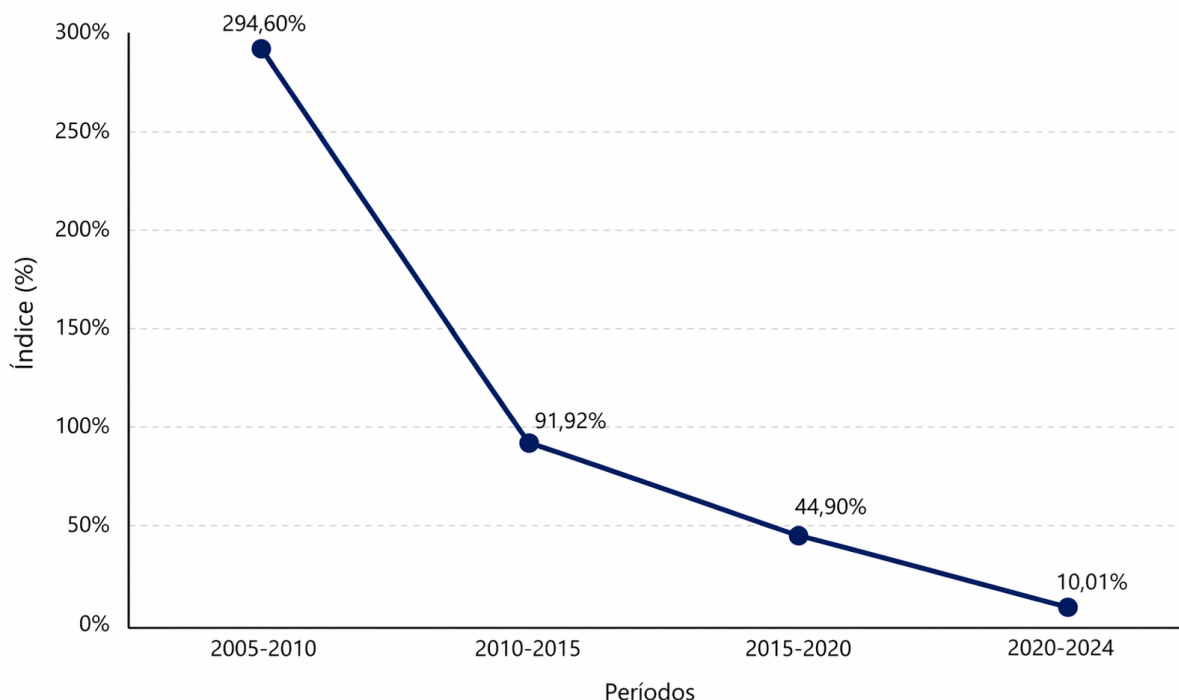
Figura 21 - Evolução do Resultado Financeiro em períodos quinquenais (2005-2024).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O gráfico apresenta a evolução de um indicador percentual ao longo de quatro períodos, evidenciando um comportamento predominantemente negativo e altamente atípico no início da série. Entre 2005 e 2010, observa-se uma queda extremamente acentuada, com o índice atingindo cerca de -4.700%, configurando um valor fora do padrão. Nos períodos seguintes, 2010–2015 e 2015–2020, os valores permanecem negativos, porém em níveis muito menos intensos, próximos de -400% a -500%. Por fim, entre 2020 e 2024, o indicador ainda se mantém negativo, em torno de -100%, indicando uma leve melhora em relação aos períodos anteriores, mas sem recuperação para níveis positivos, o que sugere um cenário prolongado de retração ou impacto significativo ao longo do tempo.

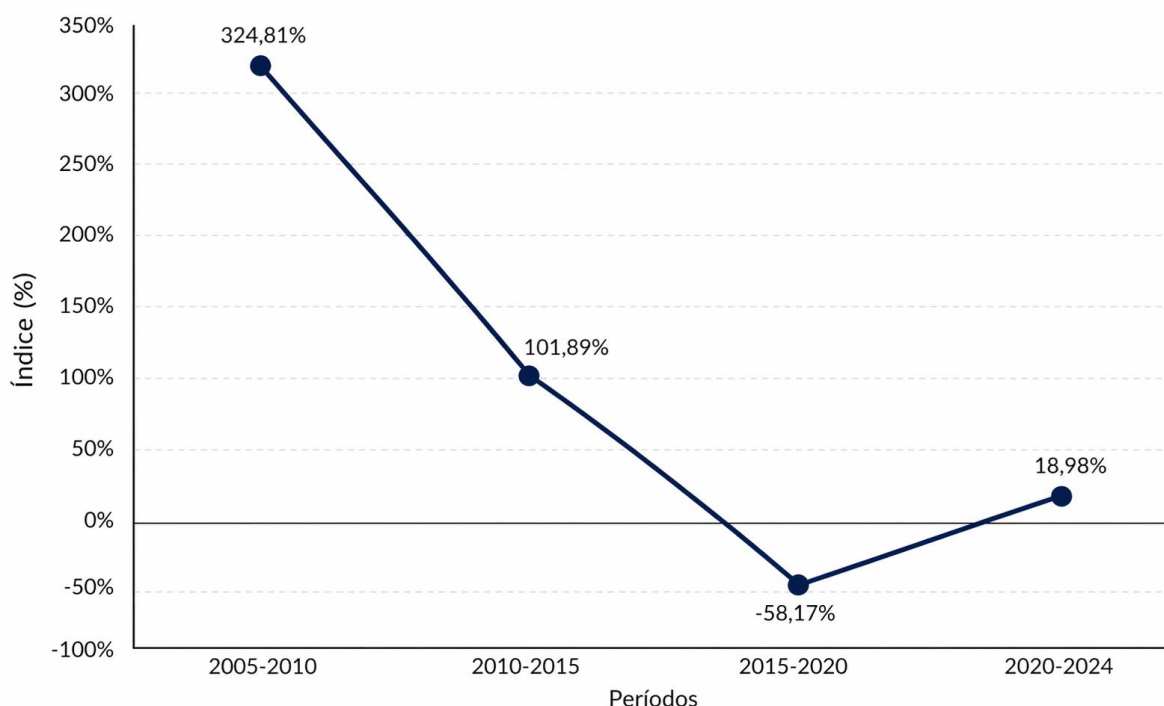
Figura 22 - Evolução do Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro em períodos quinquenais (2005-2024).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O gráfico apresenta a evolução de um indicador percentual ao longo de quatro períodos, evidenciando uma trajetória contínua de queda. Entre 2005 e 2010, o índice inicia em um nível bastante elevado, próximo de 295%, reduzindo de forma significativa para cerca de 90% no período de 2010 a 2015. Em seguida, entre 2015 e 2020, há nova queda para aproximadamente 45%, e, por fim, entre 2020 e 2024, o indicador atinge cerca de 10%, configurando o menor valor da série. Esse comportamento indica uma redução progressiva ao longo do tempo, sugerindo perda de dinamismo ou desaceleração contínua do fenômeno analisado.

Figura 23 - Evolução do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro em períodos quinquenais (2005-2024).

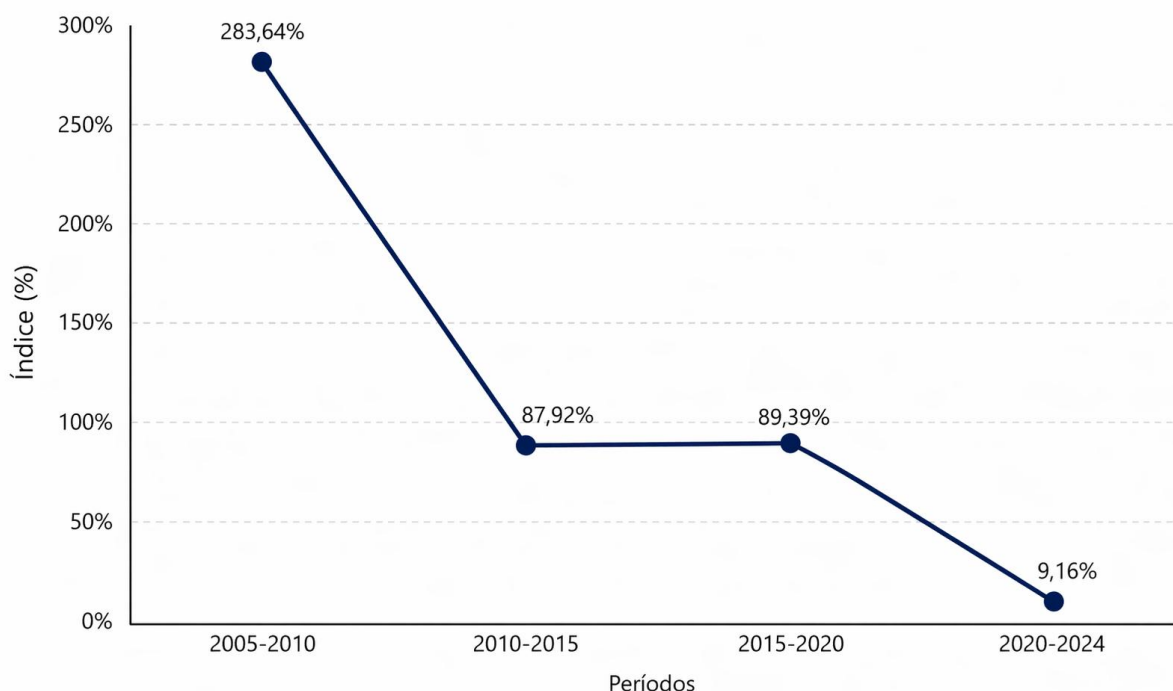


Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O gráfico apresenta a evolução de um indicador percentual ao longo de quatro períodos, evidenciando uma trajetória de queda acentuada seguida de leve recuperação. Entre 2005 e 2010, o índice inicia em um nível muito elevado, próximo de 325%, reduzindo significativamente para cerca de 100% no período de 2010 a 2015. Em seguida, entre 2015 e 2020, o indicador passa a apresentar valor negativo, em torno de -60%, indicando retração. Por fim, no período de 2020 a 2024, observa-se uma leve recuperação para aproximadamente 20%, embora ainda muito distante do patamar inicial, sugerindo instabilidade e forte desaceleração ao longo do tempo.

decisão judicial

Figura 24 - Evolução do Lucro/Prejuízo Consolidado do Período em períodos quinquenais (2005-2024).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O gráfico apresenta a evolução de um indicador percentual ao longo de quatro períodos, evidenciando uma trajetória de forte queda após um pico inicial. Entre 2005 e 2010, o índice inicia em um patamar muito elevado, próximo de 280%, reduzindo significativamente para cerca de 90% no período de 2010 a 2015. Entre 2015 e 2020, o indicador se mantém praticamente estável, ainda em torno de 90%, indicando estagnação. Por fim, no período de 2020 a 2024, ocorre nova queda acentuada para aproximadamente 10%, configurando o menor valor da série e sugerindo perda contínua de dinamismo ao longo do tempo.

4.4 Análise Horizontal Da Demonstração De Valor Adicionado

A seguir, apresenta-se a análise horizontal do DVA, na qual são evidenciadas as variações percentuais das contas ao longo dos períodos analisados. Os dados apresentados possibilitam uma compreensão mais clara das transformações ocorridas na geração e distribuição de riqueza da entidade ao longo do tempo.

Tabela 8 - Análise horizontal da Demonstração de Valor Adicionado da Empresa x em períodos quinquenais (2015-2024) em R\$1.000,00.

Conta	2024	AH%	2020	AH%	2015	AH%	2010
Receitas	17.707.120	77,16%	9.995.026	27,42%	7.843.920	122,46%	3.526.030
Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.332.765	72,63%	-5.406.310	38,40%	-3.906.241	102,75%	-1.926.658
Valor Adicionado Bruto	8.374.355	82,50%	4.588.716	16,53%	3.937.679	146,20%	1.599.372
Retenções	-1.244.254	57,29%	-791.036	198,75%	-264.780	249,37%	-75787
Valor Adicionado Líquido Produzido	7.130.101	87,75%	3.797.680	3,40%	3.672.899	141,07%	1.523.585
Valor Adicionado Recebido em Transferência	563.651	-24,05%	742.096	690,70%	93.853	115,83%	43.484
Valor Adicionado Total a Distribuir	7.693.752	69,47%	4.539.776	20,52%	3.766.752	140,37%	1.567.069
Distribuição do Valor Adicionado	7.693.752	69,47%	4.539.776	20,52%	3.766.752	140,37%	1.567.069
Pessoal	2.041.648	85,75%	1.099.119	36,66%	804.253	136,05%	340.710

Conta	2024	AH%	2020	AH%	2015	AH%	2010
Impostos, Taxas e Contribuições	3.496.846	93,40%	1.808.080	-2,32%	1.851.093	137,94%	777.953
Remuneração de Capitais de Terceiros	958.590	78,74%	536.308	0,70%	532.568	279,38%	140.378
Remuneração de Capitais Próprios	1.196.668	9,16%	1.096.269	89,39%	578.838	87,92%	308.028

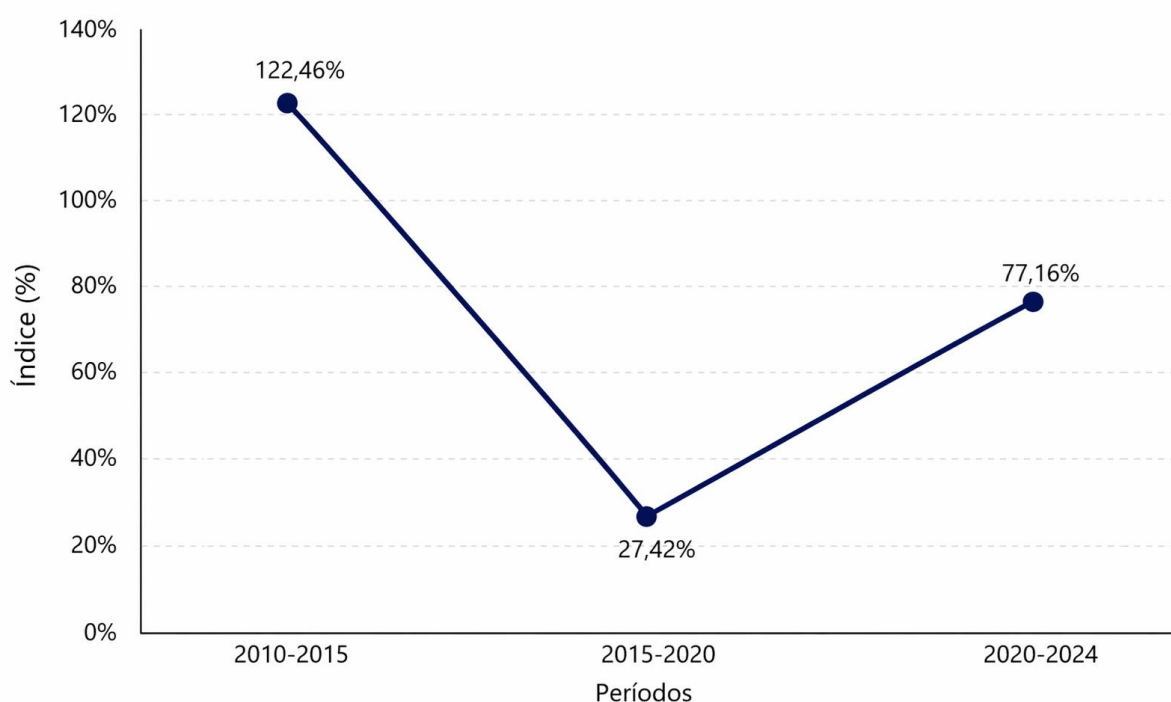
Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Nota: Os anos apresentados na tabela estão dispostos, da esquerda para a direita, em ordem decrescente.

4.4.1 Evolução Do Índice De Variação Percentual Das Contas Da Demonstração De Valor Adicionado

Os gráficos a seguir apresentam os índices da análise horizontal da DRE, com o objetivo de evidenciar a evolução das contas do passivo da entidade ao longo dos períodos analisados de forma individual. Por meio desse gráfico é possível observar, de forma sintética, as variações relativas entre os exercícios, permitindo identificar tendências de crescimento, estabilidade ou retração. Dessa forma, a apresentação dos índices facilita a leitura comparativa dos dados e contribui para uma compreensão mais clara das transformações ocorridas na geração e distribuição de riqueza ao longo do tempo.

Figura 25 - Evolução das Receitas em períodos quinquenais (2005-2024).

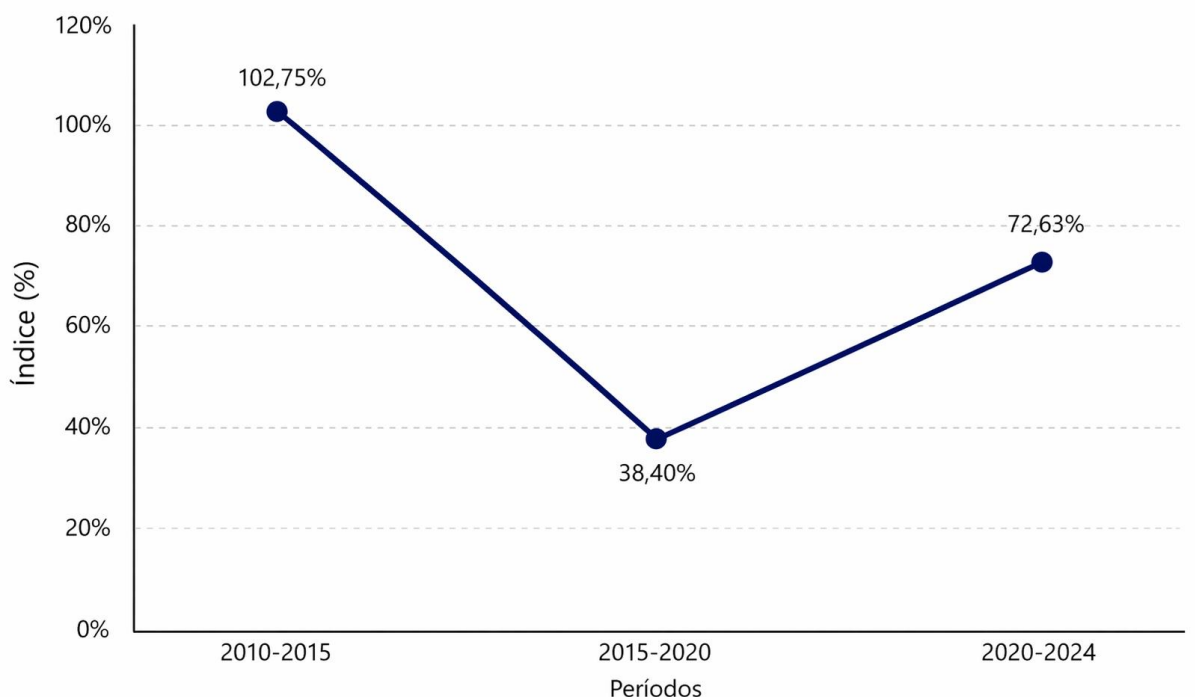


Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O gráfico apresenta a evolução de um indicador percentual ao longo de três períodos, evidenciando uma trajetória de queda acentuada seguida de recuperação parcial. Entre 2010 e 2015, o índice inicia em um patamar elevado, próximo de 122%, reduzindo drasticamente para cerca de 27% no período de 2015 a 2020, indicando forte retração. No entanto, entre 2020 e 2024, observa-se uma recuperação

significativa para aproximadamente 77%, ainda abaixo do nível inicial, o que sugere uma retomada após um período de declínio, mas sem retornar aos patamares anteriores.

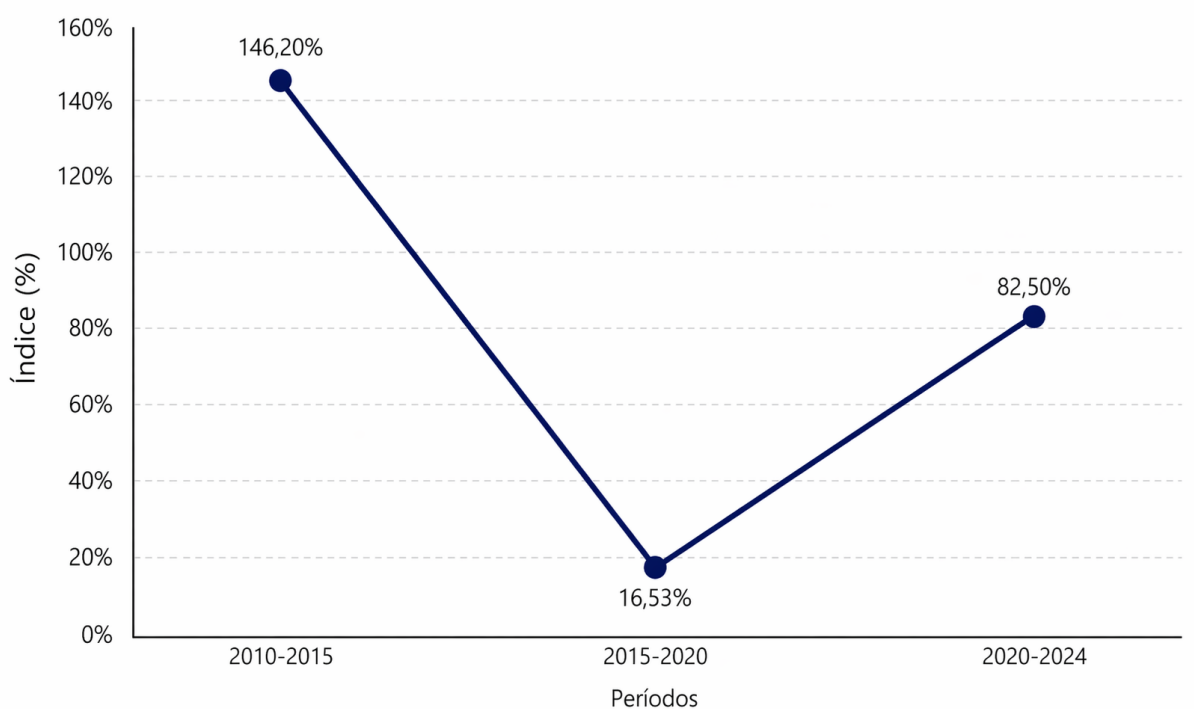
Figura 26 - Evolução dos insumos adquiridos de terceiros em períodos quinquenais (2005-2024).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

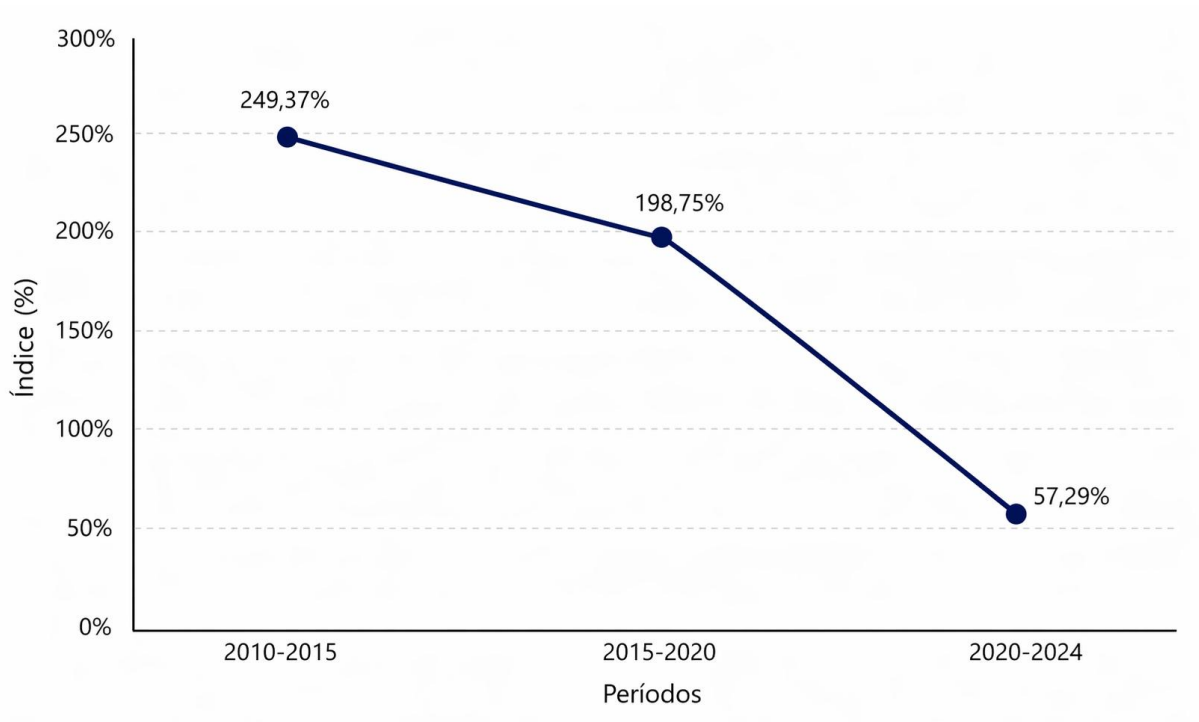
O gráfico apresenta a evolução de um indicador percentual ao longo de três períodos, evidenciando um comportamento de queda seguido de recuperação. Entre 2010 e 2015, o índice inicia em torno de 102%, reduzindo significativamente para aproximadamente 38% no período de 2015 a 2020, indicando uma forte retração. Em seguida, entre 2020 e 2024, observa-se uma recuperação para cerca de 72%, ainda abaixo do nível inicial, o que sugere uma retomada parcial após o período de declínio.

Figura 27 - Evolução do Valor Adicionado Bruto em períodos quinquenais (2005-2024).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

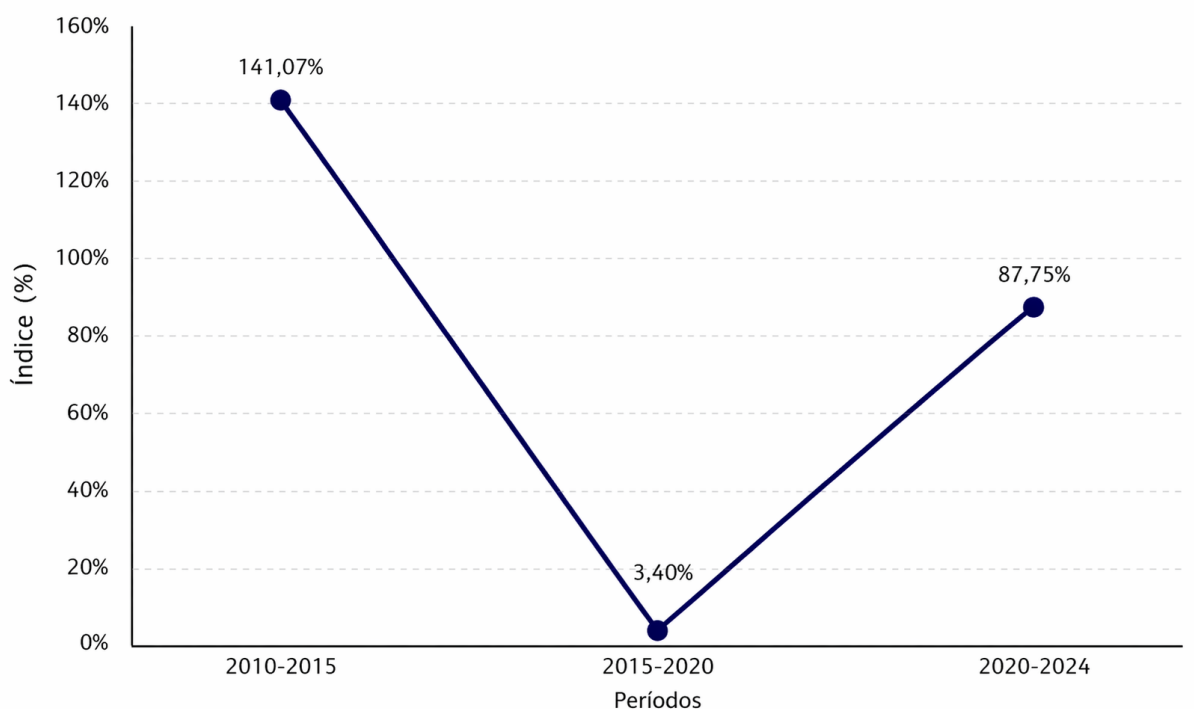
O gráfico apresenta a evolução de um indicador percentual ao longo de três períodos, evidenciando forte oscilação. Entre 2010 e 2015, o índice inicia em um patamar elevado, próximo de 145%, sofrendo uma queda acentuada para cerca de 17% no período de 2015 a 2020, indicando uma retração significativa. Em seguida, entre 2020 e 2024, observa-se uma recuperação expressiva para aproximadamente 82%, ainda abaixo do nível inicial, o que sugere retomada após um período de forte declínio.

Figura 28 - Evolução das Retenções em períodos quinquenais (2005-2024).

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O gráfico apresenta a evolução de um indicador percentual ao longo de três períodos, evidenciando uma trajetória de queda contínua. Entre 2010 e 2015, o índice inicia em um nível elevado, próximo de 250%, reduzindo para cerca de 200% no período de 2015 a 2020. Em seguida, entre 2020 e 2024, ocorre uma queda mais acentuada para aproximadamente 60%, configurando o menor valor da série. Esse comportamento indica uma desaceleração progressiva ao longo do tempo, sugerindo perda de intensidade do fenômeno analisado.

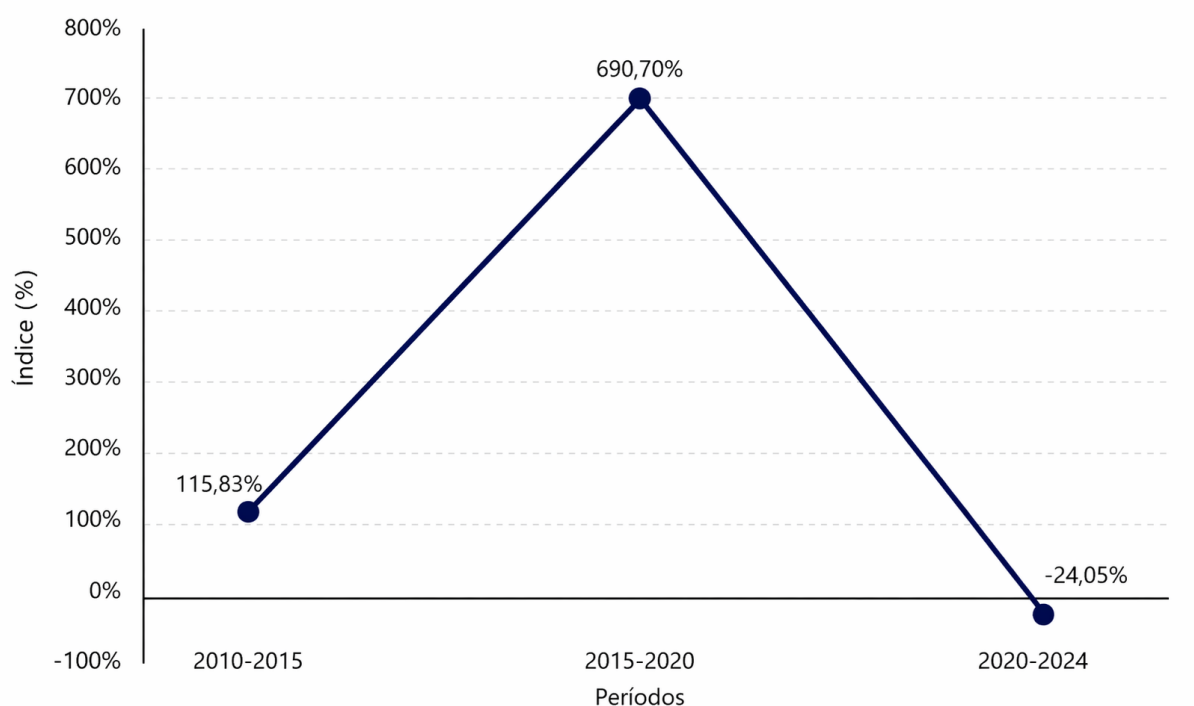
Figura 29 - Evolução do Valor Adicionado Líquido em períodos quinquenais (2005-2024).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O gráfico apresenta a evolução de um indicador percentual ao longo de três períodos, evidenciando forte oscilação. Entre 2010 e 2015, o índice inicia em um patamar elevado, próximo de 140%, sofrendo uma queda brusca para cerca de 5% no período de 2015 a 2020, indicando uma retração quase total. Em seguida, entre 2020 e 2024, observa-se uma recuperação significativa para aproximadamente 88%, ainda abaixo do nível inicial, o que sugere retomada após um período de forte declínio.

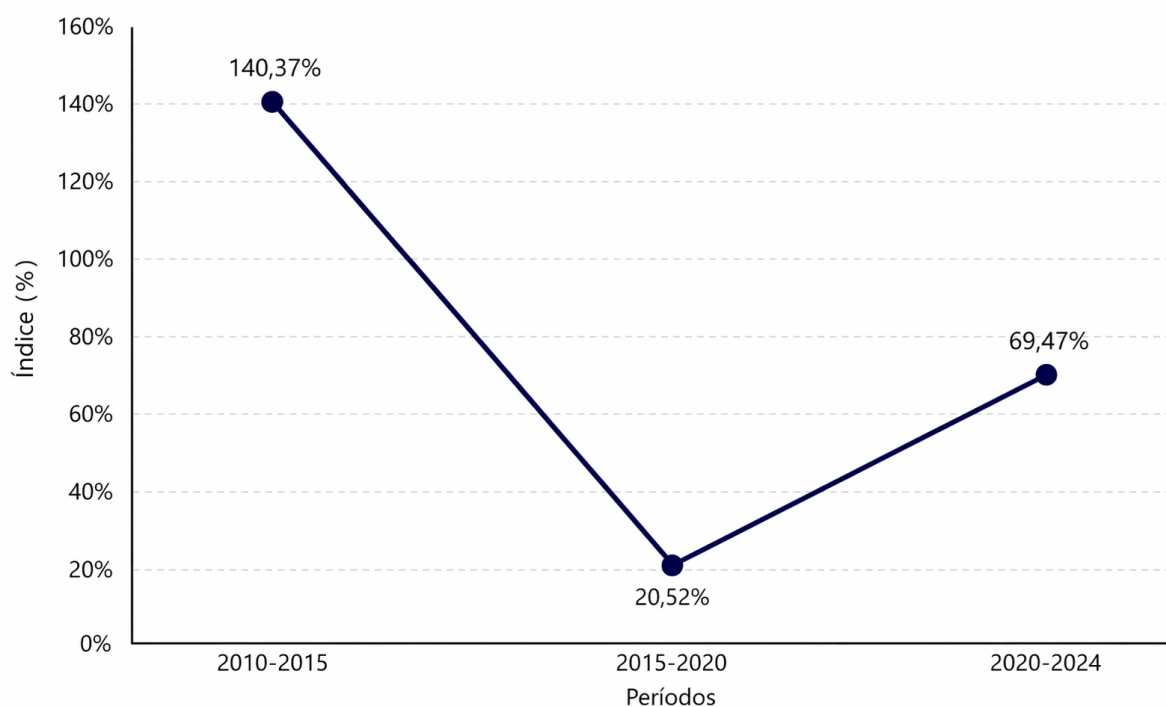
Figura 30 - Evolução do Valor Adicionado em Transferência em períodos quinquenais (2005-2024).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O gráfico apresenta a evolução de um indicador percentual ao longo de três períodos, evidenciando forte volatilidade. Entre 2010 e 2015, o índice inicia em torno de 115%, aumentando de forma expressiva no período de 2015 a 2020, quando atinge aproximadamente 690%, configurando um pico acentuado e atípico. Em seguida, entre 2020 e 2024, ocorre uma queda brusca para um valor negativo próximo de -30%, indicando uma retração significativa após o crescimento excepcional, o que sugere instabilidade e possíveis eventos fora do padrão na série analisada.

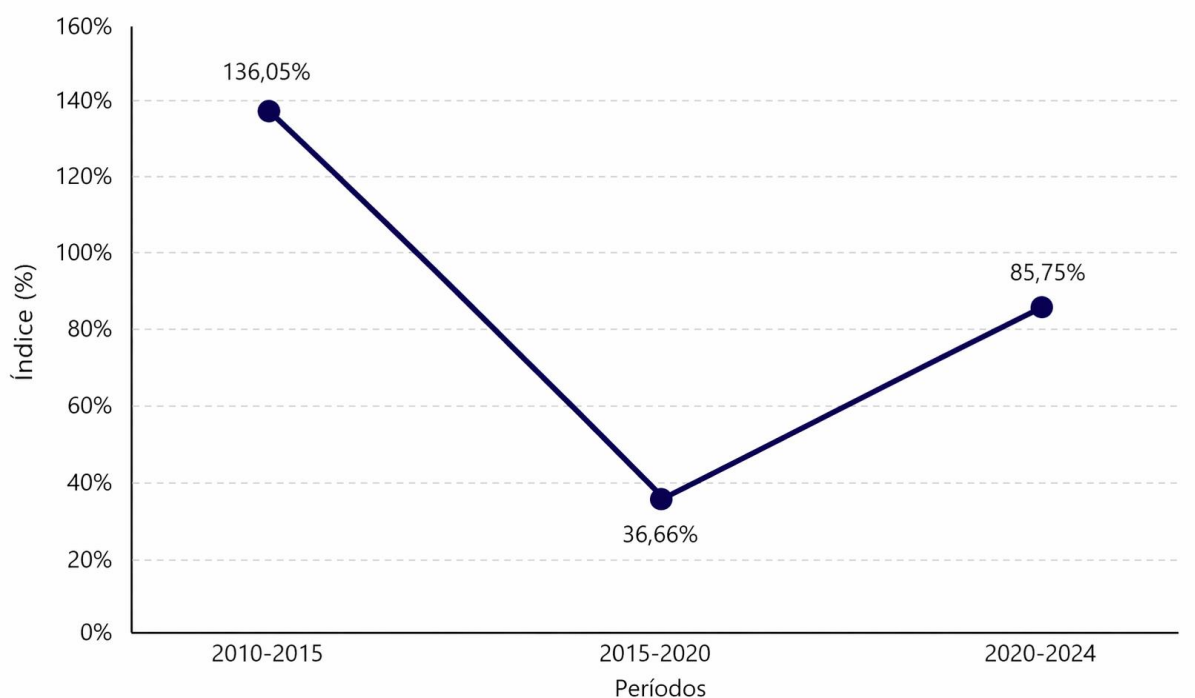
Figura 31 - Evolução do Valor Adicionado a Distribuir em períodos quinquenais (2005-2024).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O gráfico apresenta a evolução de um indicador percentual ao longo de três períodos, evidenciando um comportamento de queda acentuada seguida de recuperação parcial. Entre 2010 e 2015, o índice inicia em um patamar elevado, próximo de 140%, caindo drasticamente para cerca de 20% no período de 2015 a 2020, indicando forte retração. Em seguida, entre 2020 e 2024, observa-se uma recuperação para aproximadamente 70%, ainda abaixo do nível inicial, o que sugere retomada após um período de declínio significativo.

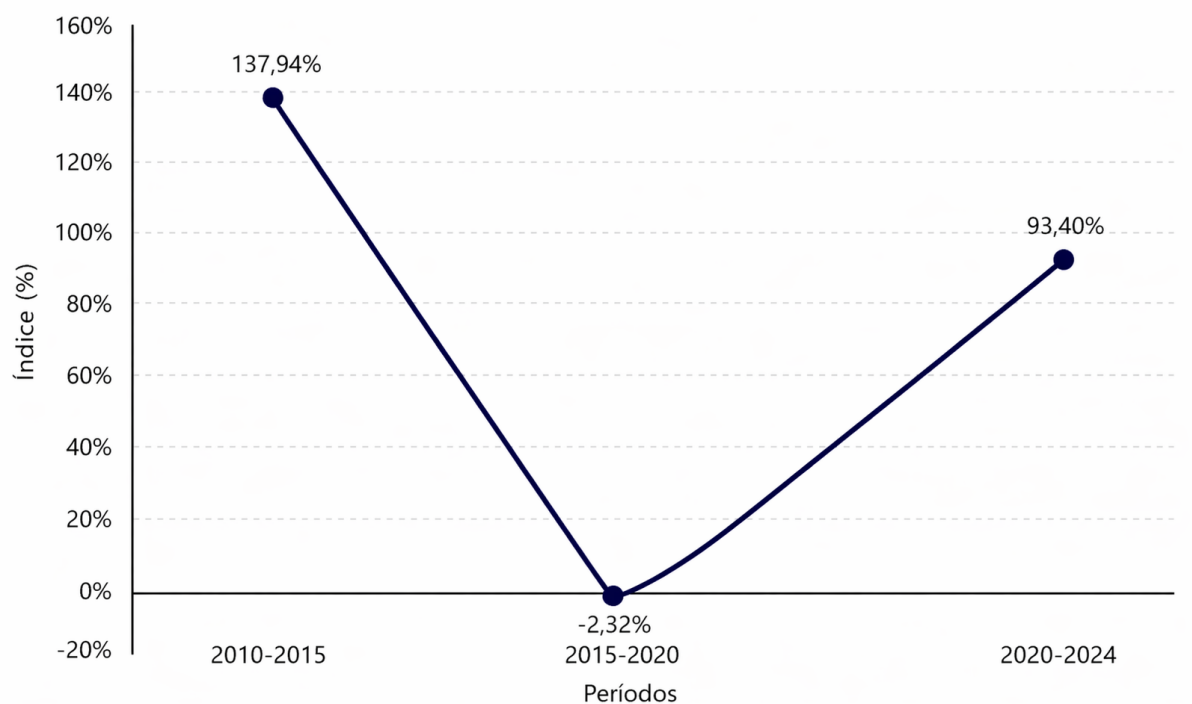
Figura 32 - Evolução do Valor Distribuído com Pessoal em períodos quinquenais (2005-2024).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O gráfico apresenta a evolução de um indicador percentual ao longo de três períodos, evidenciando uma queda significativa seguida de recuperação parcial. Entre 2010 e 2015, o índice inicia em um nível elevado, próximo de 135%, reduzindo de forma acentuada para cerca de 35% no período de 2015 a 2020, indicando forte retração. Em seguida, entre 2020 e 2024, observa-se uma recuperação para aproximadamente 85%, ainda abaixo do patamar inicial, o que sugere retomada após o período de declínio, mas sem retorno completo aos níveis anteriores.

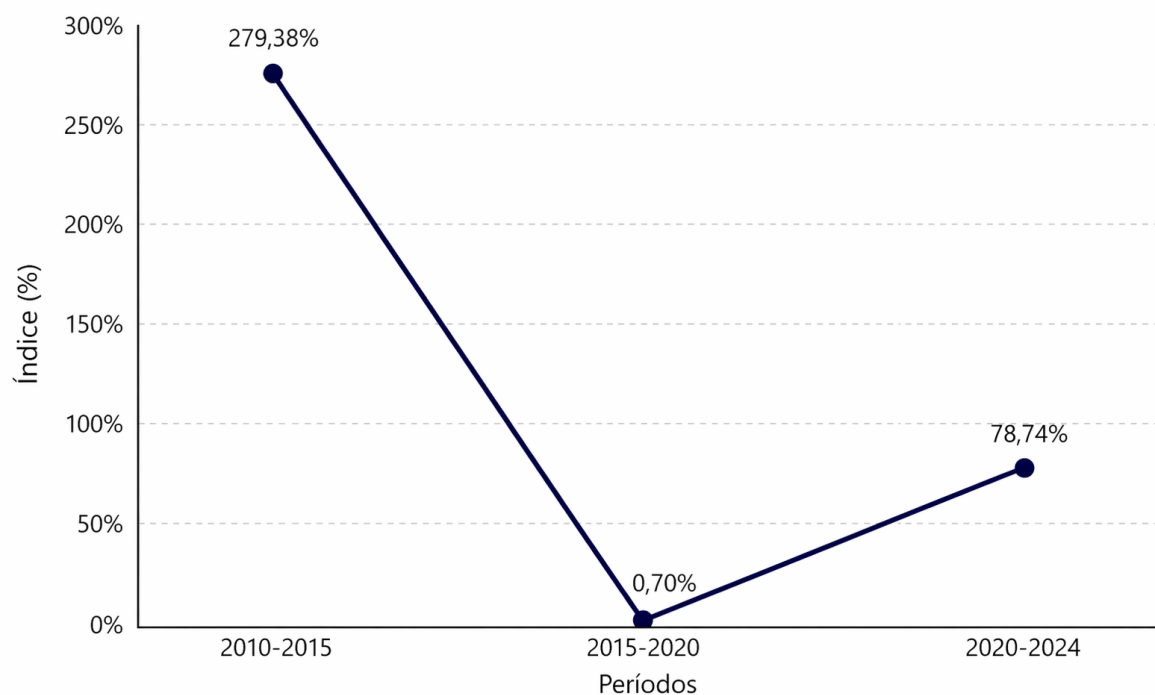
Figura 33 - Evolução do Valor Distribuído com Impostos, Taxas e Contribuições em períodos quinquenais (2005-2024).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O gráfico apresenta a evolução de um indicador percentual ao longo de três períodos, evidenciando forte oscilação. Entre 2010 e 2015, o índice inicia em um patamar elevado, próximo de 140%, sofrendo uma queda brusca para um valor levemente negativo, próximo de 0% no período de 2015 a 2020, indicando praticamente estagnação ou retração mínima. Em seguida, entre 2020 e 2024, observa-se uma recuperação significativa para aproximadamente 95%, ainda abaixo do nível inicial, o que sugere retomada após um período de forte queda.

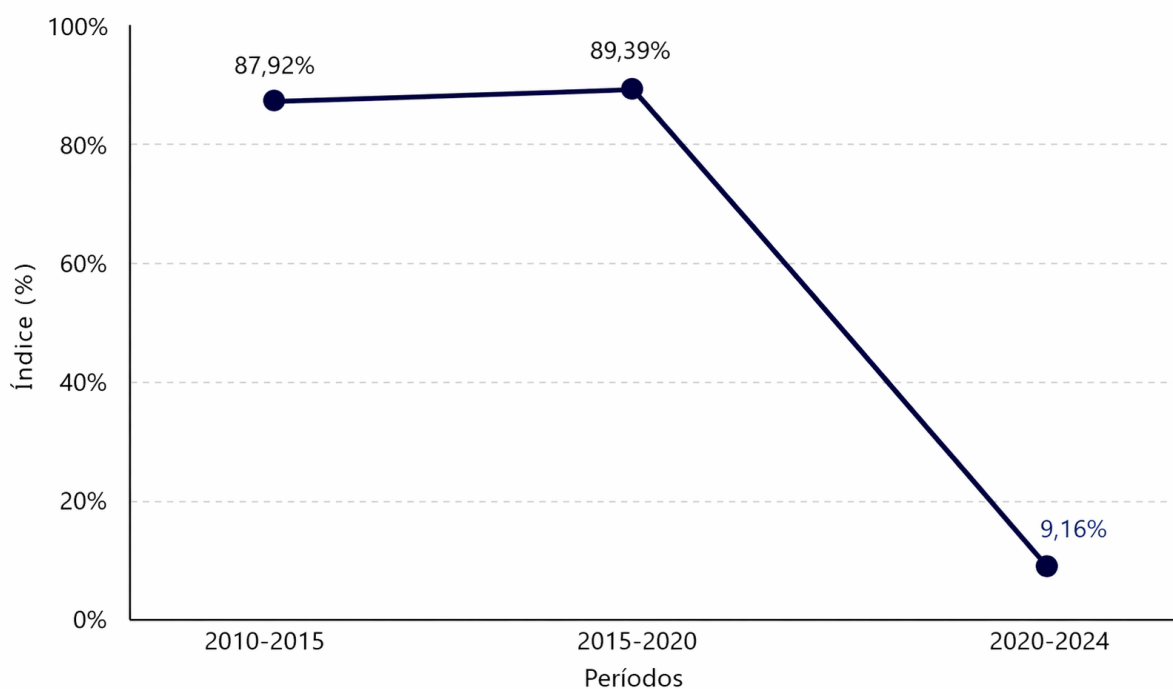
Figura 34 - Evolução do Valor Distribuído com Remuneração de Capital de Terceiros em períodos quinquenais (2005-2024).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

O gráfico apresenta a evolução de um indicador percentual ao longo de três períodos, evidenciando forte descontinuidade. Entre 2010 e 2015, o índice inicia em um patamar muito elevado, próximo de 280%, enquanto no período de 2015 a 2020 está muito próximo de 0. Em seguida, entre 2020 e 2024, observa-se um retorno do indicador para aproximadamente 80%, ainda bastante inferior ao nível inicial. Esse comportamento sugere uma interrupção ou ausência de dados no período intermediário, seguida de retomada em patamar reduzido.

Figura 35 - Evolução do Valor Distribuído com Remuneração de Capital Próprio em períodos quinquenais (2005-2024).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

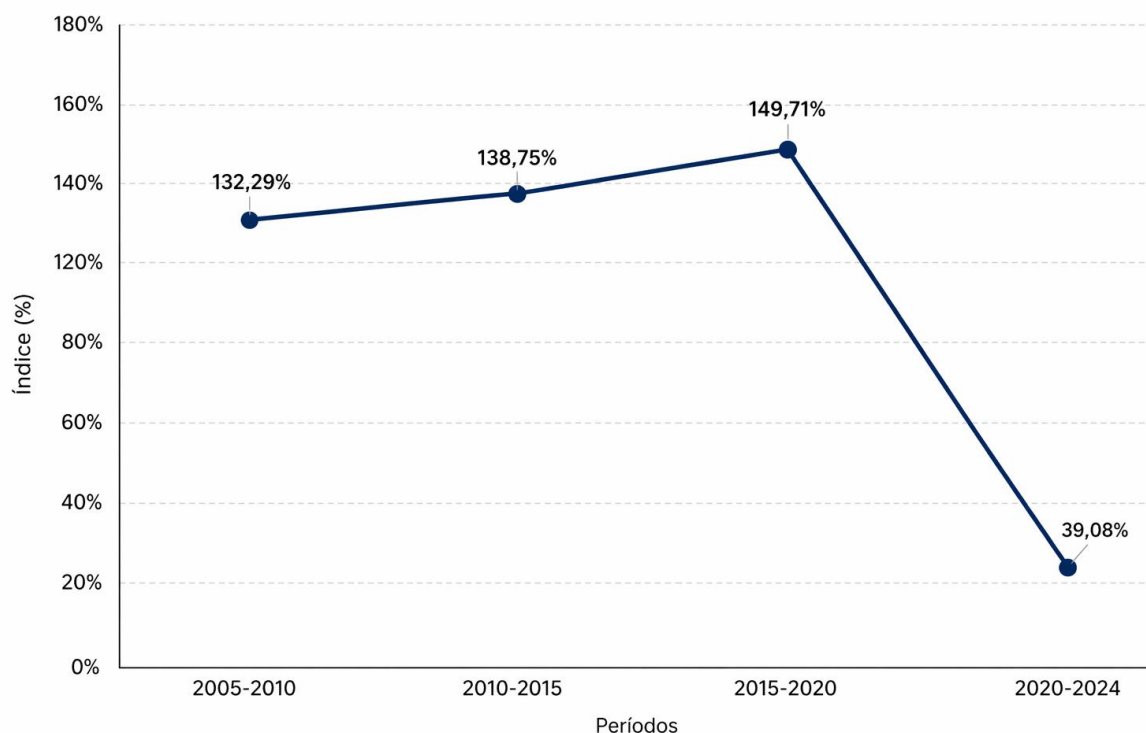
O gráfico apresenta a evolução de um indicador percentual ao longo de três períodos, evidenciando relativa estabilidade seguida de forte queda. Entre 2010 e 2015, o índice situa-se em torno de 88%, mantendo-se praticamente no mesmo nível, próximo de 90%, no período de 2015 a 2020. No entanto, entre 2020 e 2024, observa-se uma queda acentuada para cerca de 9%, indicando uma ruptura significativa na tendência anterior e sugerindo uma forte retração após um período de estabilidade.

5 RESULTADOS

A análise horizontal das Demonstrações Contábeis, ao evidenciar as variações ocorridas ao longo do tempo nas contas do ativo, transcende sua função meramente técnica quando interpretada à luz da memória social. Nesse sentido, os dados não representam apenas oscilações quantitativas, mas constituem registros materiais de decisões, estratégias e processos institucionais que, acumulados, conformam a trajetória histórica da organização.

A evolução patrimonial observada permite identificar diferentes momentos no desenvolvimento institucional, os quais podem ser compreendidos como camadas de memória organizacional. Os períodos de crescimento mais expressivo do ativo sugerem fases de expansão, possivelmente associadas a decisões estratégicas voltadas à ampliação da capacidade produtiva, entrada em novos mercados ou fortalecimento estrutural. Tais movimentos indicam não apenas uma dinâmica econômica, mas também a construção de uma identidade institucional orientada ao crescimento e à consolidação. Podemos observar esse movimento na figura 36, isolando a análise de 2020-2024 temos o seguinte gráfico:

Figura 36 - Evolução do Ativo total em períodos quinquenais (2005-2024).



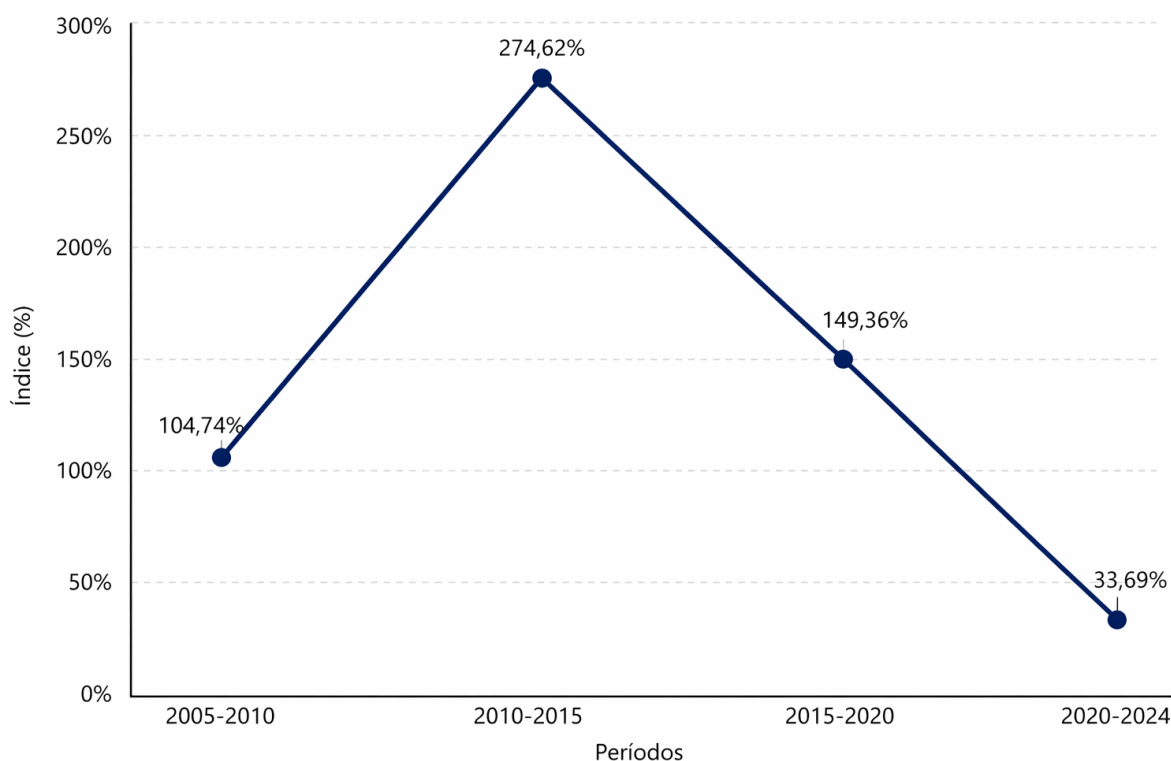
Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Ao isolar a análise 2020-2024 temos uma aceleração de crescimento constante, próximo de 10% nos quinquênios, Por outro lado, eventuais desacelerações ou retrações no crescimento patrimonial podem ser interpretadas como reflexos de tensões internas ou externas, podemos observar isso de melhor forma na figura 37, pois o período de análise 2020-2024 pega parte do período da COVID-19 (2020-2023), apresentando, por esse motivo, uma desaceleração expressiva na composição do ativo. Esses momentos de inflexão são particularmente relevantes para a memória social, pois evidenciam rupturas, adaptações e reconfigurações que marcam a trajetória da organização, contribuindo para a formação de uma memória institucional.

A composição do ativo, quando analisada ao longo do tempo, também revela aspectos importantes da materialidade da Memória institucional. O aumento de ativos não circulantes, por exemplo, pode indicar investimentos em infraestrutura, tecnologia ou expansão física, configurando evidências concretas de decisões de longo prazo. Esses investimentos materializam também o patrimônio industrial no espaço físico e

nos processos produtivos, tornando visíveis as estratégias adotadas em diferentes momentos históricos. Como mostra a figura 37:

Figura 37 - Evolução do Imobilizado em períodos quinquenais (2005-2024).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Na figura 37 observamos que o quinquênio 2010-2015 apresentou um salto em investimentos em infraestrutura em relação aos outros quinquênios, e, por causa da COVID-19, o quinquênio de 2020-2024 teve a menor evolução do período.

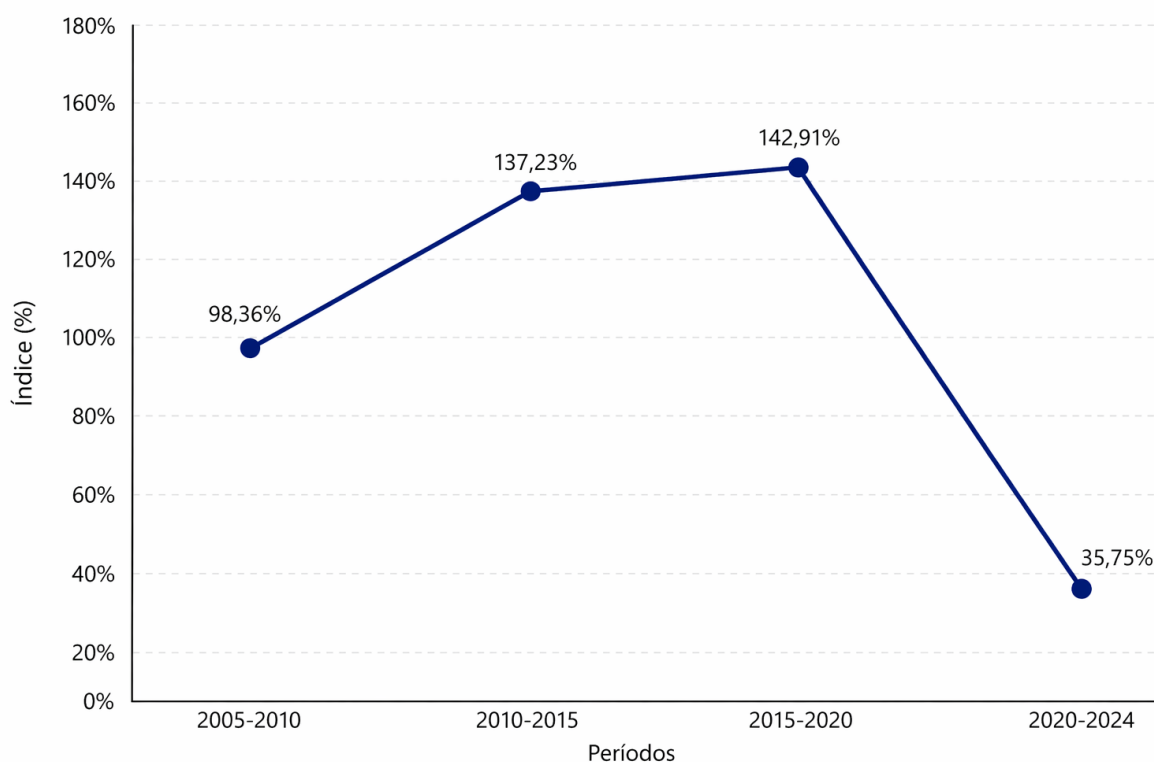
Em contrapartida, a dinâmica do ativo circulante permite inferir sobre a gestão do capital de giro e a capacidade de resposta da organização a demandas de curto prazo. Períodos de maior liquidez podem refletir estratégias mais conservadoras, enquanto momentos de restrição podem indicar desafios operacionais ou escolhas estratégicas voltadas à priorização de investimentos estruturais. Dessa forma, a gestão financeira também se inscreve como elemento constitutivo da memória institucional, revelando padrões de comportamento ao longo do tempo. Se o pesquisador achar pertinente observar os movimentos de gestão financeira de forma

separada da estrutura patrimonial, é possível aplicar a análise horizontal na Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC).

A evolução das contas do passivo, especialmente quando observada longitudinalmente, permite identificar mudanças significativas na forma como a organização financia suas atividades. O aumento de passivos pode indicar momentos de expansão, nos quais a organização recorre a capital de terceiros para viabilizar investimentos e crescimento. Por outro lado, reduções podem sinalizar processos de amortização de dívidas, reestruturação financeira ou estratégias de desalavancagem. Essas variações não são neutras, mas refletem decisões estratégicas que envolvem diferentes níveis de risco, confiança no mercado e expectativas em relação ao futuro.

A distinção entre passivo circulante e não circulante é particularmente relevante nesse contexto, pois permite compreender a temporalidade das obrigações assumidas. Um aumento no passivo circulante pode indicar maior pressão de curto prazo sobre o fluxo de caixa, sugerindo momentos de maior vulnerabilidade financeira ou necessidade de liquidez. Podemos identificar na figura 38 que o Passivo Circulante da Empresa x tem um salto no quinquênio 2010-2015, acelera um pouco no quinquênio seguinte e apresenta queda em 2020-2024

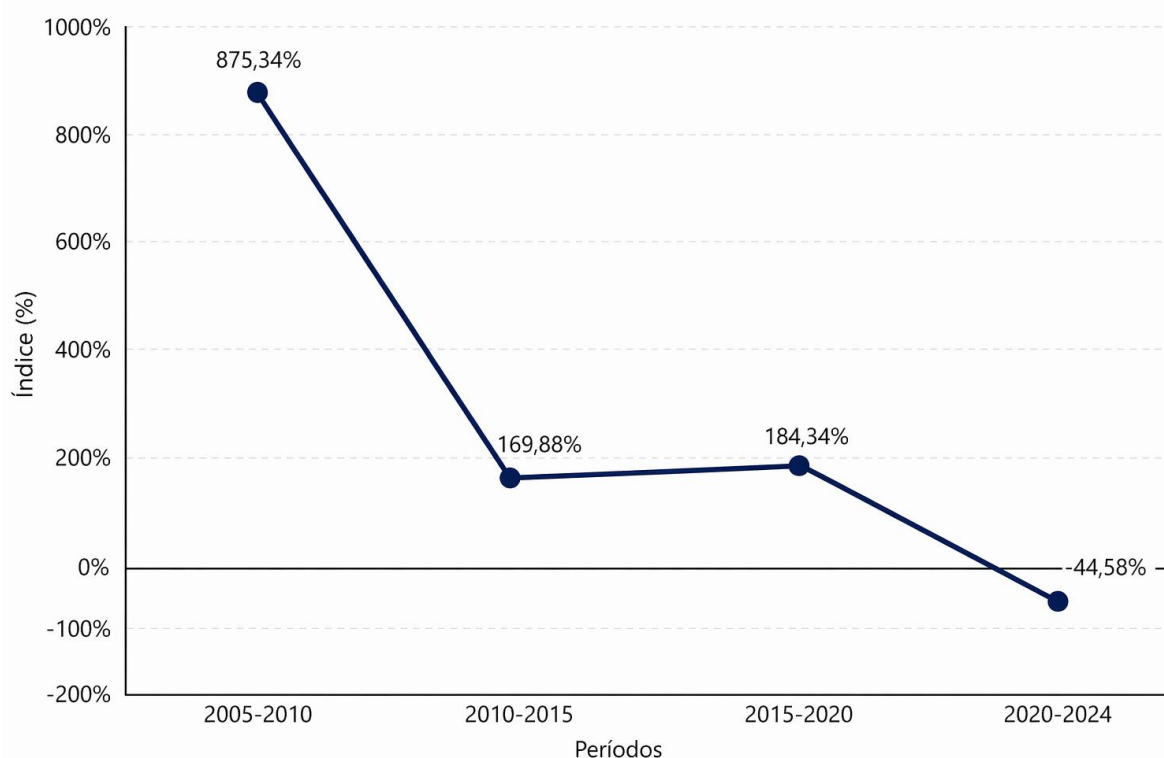
Figura 38 - Evolução do Passivo Circulante em períodos quinquenais (2005-2024).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Já o crescimento do passivo não circulante pode estar associado a estratégias de financiamento de longo prazo, frequentemente relacionadas a investimentos estruturais ou expansão das operações. A transição entre essas categorias ao longo do tempo revela, portanto, mudanças na gestão financeira e nas prioridades institucionais. Como podemos identificar na figura 39, o passivo não circulante apresenta um grande aumento no quinquênio 2005-2010, queda brusca no quinquênio seguinte, aceleração baixa no período 2015-2020 e involução no período seguinte. Esses movimentos mostram uma mudança na relação da empresa com o financiamento com capitais de terceiros, mostrando que a empresa consegue financiar os investimentos estruturais, mas se a involução persistir, pode gerar problemas no fluxo de caixa da empresa.

Figura 39 - Evolução do Passivo Não Circulante em períodos quinquenais (2005-2024).



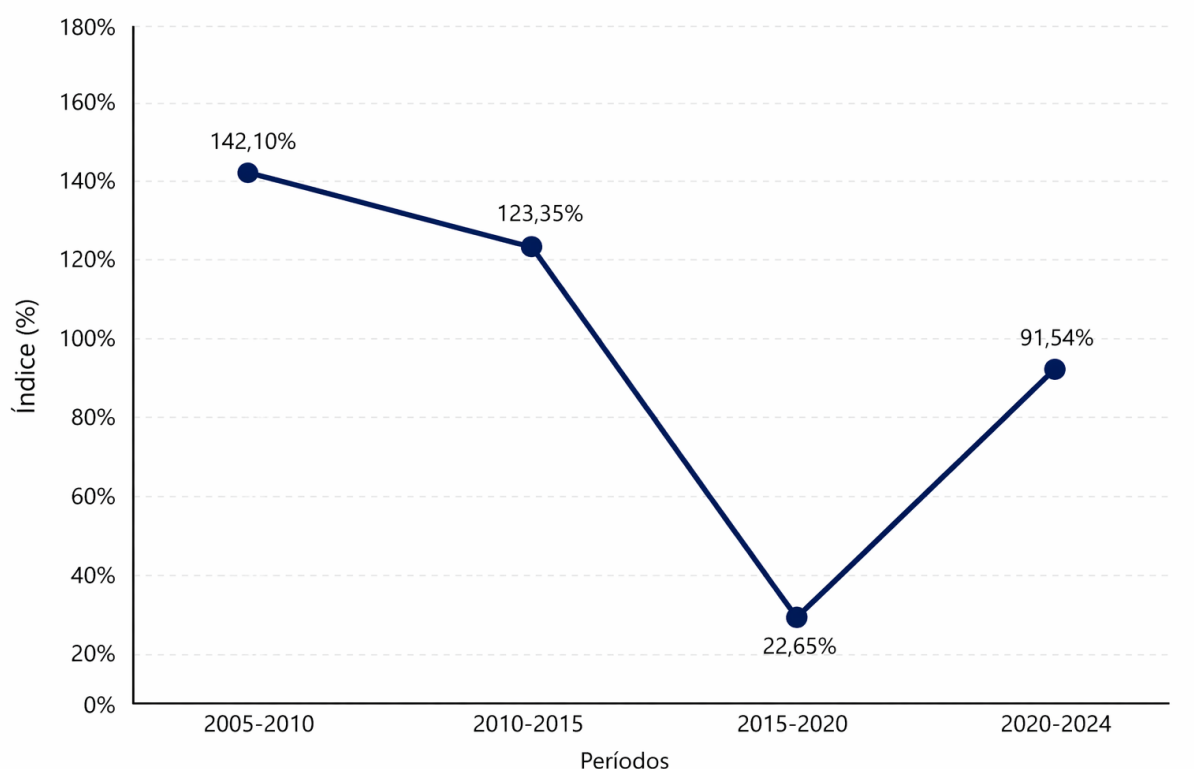
Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Além disso, a composição do passivo oferece indícios importantes sobre as relações da organização com diferentes *stakeholders*, como instituições financeiras, fornecedores e o próprio Estado. O aumento de obrigações financeiras pode indicar maior dependência de crédito, enquanto variações em contas relacionadas a tributos e encargos sociais podem refletir mudanças no ambiente regulatório ou na gestão fiscal. Dessa forma, o passivo não apenas evidencia a estrutura de financiamento, mas também as interações da organização com o seu entorno institucional, contribuindo para a construção de sua memória social.

A evolução das receitas ao longo dos períodos analisados representa um dos principais indicadores da trajetória institucional, na medida em que reflete a capacidade da organização de manter, ampliar ou perder sua inserção no mercado. Crescimentos consistentes podem indicar expansão das atividades, consolidação de posicionamento ou aproveitamento de oportunidades econômicas, enquanto retrações podem revelar crises, perda de competitividade ou mudanças estruturais no

setor de atuação. Esses movimentos, quando analisados longitudinalmente, permitem identificar ciclos econômicos internos que se relacionam com eventos mais amplos, contribuindo para a construção de uma narrativa histórica da organização.

Figura 40 - Evolução da Receita de venda em períodos quinquenais (2005-2024).



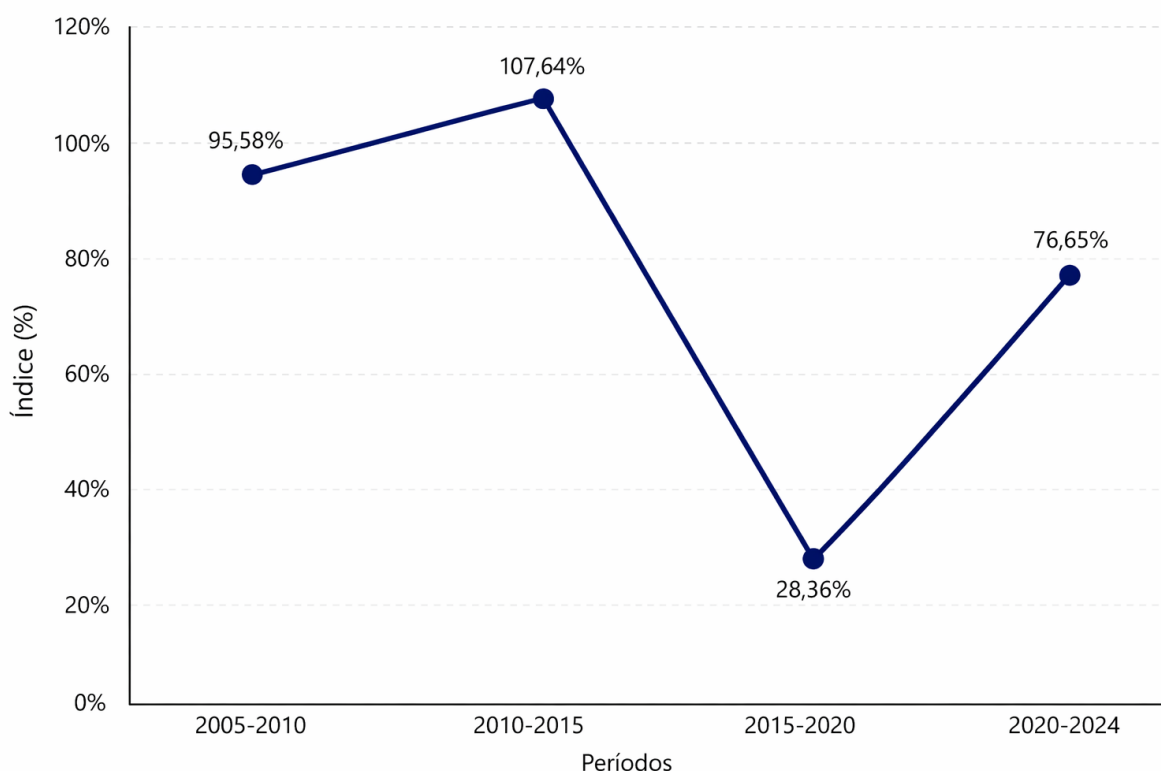
Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Podemos observar no gráfico uma queda justamente no ano de 2020, início da pandemia de COVID-19, que teve medidas para controle de transmissão mais duras, como o *lockdown*, mas em 2024, primeiro exercício completo pós-pandemia, podemos ver uma alta das receitas.

Paralelamente, a análise dos custos e despesas operacionais revela aspectos fundamentais da estrutura produtiva e das estratégias de gestão. Variações significativas nesses elementos podem indicar mudanças na eficiência operacional, na estrutura de produção ou nas políticas de controle de gastos. Reduções de custos, por exemplo, podem estar associadas a processos de reestruturação, adoção de novas tecnologias ou estratégias de racionalização, enquanto aumentos podem refletir expansão das operações ou elevação dos insumos. Dessa forma, os custos e

despesas não apenas afetam o resultado, mas também funcionam como indicadores das transformações internas da organização ao longo do tempo.

Figura 41 - Evolução do Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos em períodos quinquenais (2005-2024).

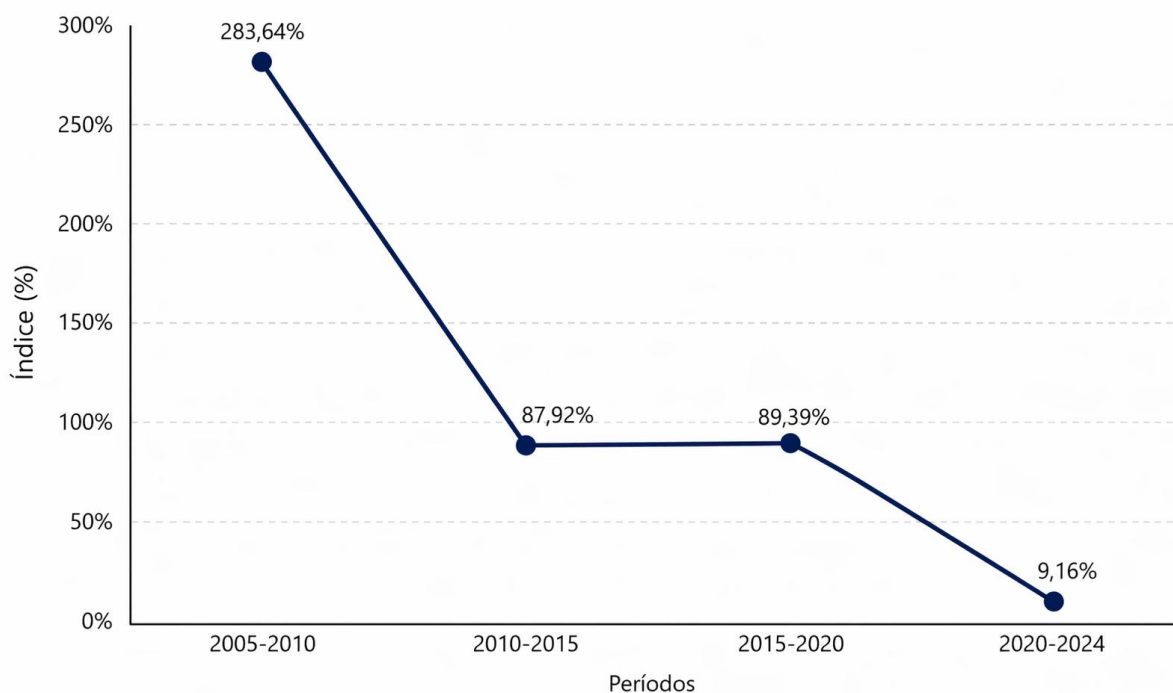


Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Podemos observar no gráfico que os custos caíram no ano de 2020, acompanhando a tendência de queda observada no período em que ocorreu a pandemia, porém, após a pandemia, em 2024 os custos não acompanharam a tendência de crescimento dos dois primeiros períodos, indicando que o processo produtivo ficou menos oneroso para a organização.

O resultado operacional e o lucro líquido, por sua vez, sintetizam os efeitos dessas dinâmicas e permitem identificar períodos de maior ou menor desempenho econômico. Oscilações nesses resultados podem ser interpretadas como reflexo de decisões estratégicas, mudanças no ambiente competitivo ou eventos extraordinários.

Figura 42 - Evolução do Lucro/Prejuízo Consolidado do Período em períodos quinquenais (2005-2024).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Entretanto, no quinquênio 2015-2020 o lucro não sintetiza os movimentos entre receitas de venda e custos por dois motivos: resultado financeiro foi positivo, como evidenciado na tabela 9.

Tabela 9 - Resultado Financeiro nos períodos quinquenais (2005-2024).

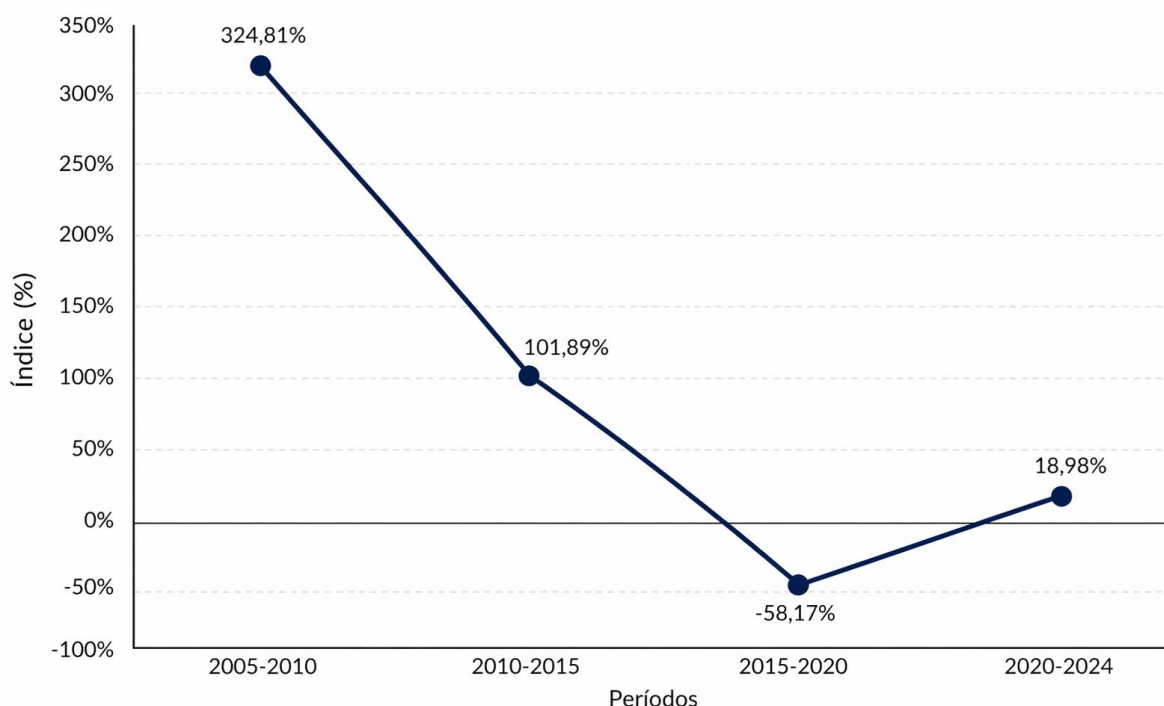
Conta	2024	2020	2015	2010	2005
Resultado Financeiro	61.654	343.882	-104.586	27.297	-593

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Nota: Os anos apresentados na tabela estão dispostos, da esquerda para a direita, em ordem decrescente.

O segundo motivo foi uma decisão judicial favorável que diminuiu a alíquota efetiva de IRPJ e CSLL, causando uma involução na tributação.

Figura 43 - Evolução do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro em períodos quinquenais (2005-2024).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Por causa desses dois movimentos, o Lucro teve uma aceleração no quinquênio 2015-2020 como observamos na figura 42. Assim, por um resultado financeiro positivo e uma decisão judicial, a empresa reverteu um cenário econômico ruim.

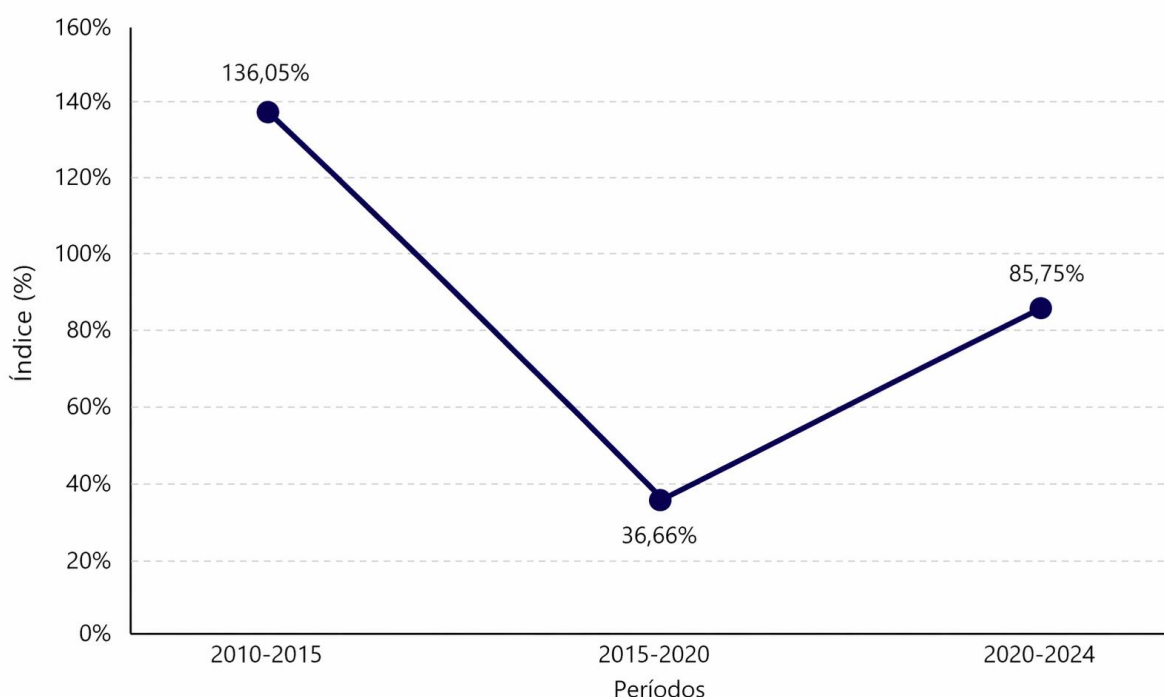
É importante salientar que, mais do que números finais, esses resultados representam a materialização de processos históricos que envolvem escolhas, adaptações e, por vezes, tensões institucionais. Assim, a análise horizontal da DRE possibilita compreender não apenas “quanto” a organização lucrou ou perdeu, mas “como” esses resultados foram construídos ao longo do tempo.

A inclusão da DVA aprofunda ainda mais essa leitura, ao evidenciar como a riqueza gerada pela organização é distribuída entre diferentes agentes sociais, como empregados, governo, financiadores e acionistas. A análise horizontal dessa demonstração permite identificar mudanças na forma como o valor é apropriado e distribuído ao longo do tempo, revelando dimensões importantes da relação da organização com a sociedade. Variações na participação dos diferentes grupos podem indicar transformações nas políticas de remuneração, na carga tributária, no

nível de endividamento ou na estratégia de retenção de lucros, elementos que também compõem a memória social da instituição.

Nesse sentido, os dados da DVA são particularmente relevantes para compreender a organização não apenas como unidade econômica, mas como agente social inserido em uma rede de relações. A forma como a riqueza é distribuída ao longo do tempo reflete valores, prioridades e compromissos institucionais, permitindo identificar, por exemplo, momentos de maior valorização do trabalho, maior dependência de capital de terceiros ou maior contribuição ao setor público. Essas informações ampliam a análise da memória social ao incorporar dimensões que vão além da estrutura patrimonial e do desempenho econômico, alcançando a esfera das relações sociais e institucionais. Na figura 44 podemos identificar a distribuição do valor adicionado com pessoal.

Figura 44 - Evolução do Valor Distribuído com Pessoal em períodos quinquenais (2005-2024).

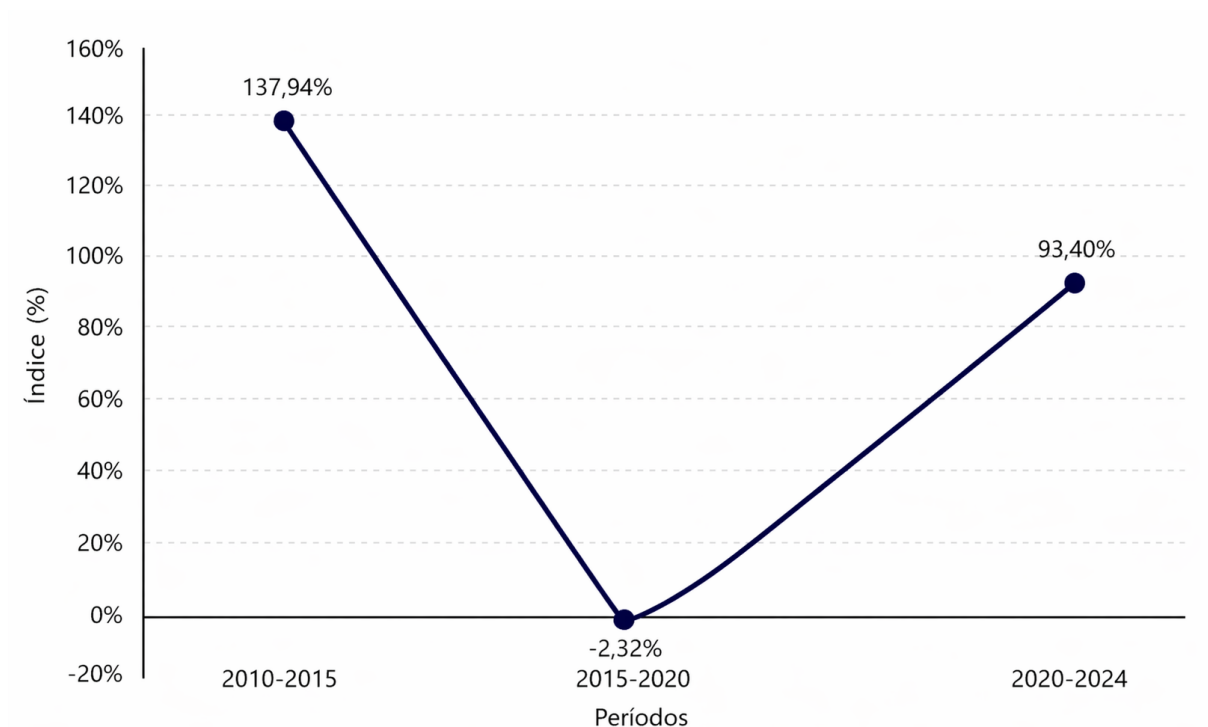


Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Podemos observar no gráfico a queda do Valor Distribuído com Pessoal em 2020, isso se deve ao Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), instituído pela Medida Provisória nº 936/2020 durante a pandemia de Covid-19. Essa medida permitiu acordos para suspensão temporária de contratos ou

redução proporcional de jornada e salário. Já na figura 45 podemos identificar a distribuição do Valor Adicionado com Impostos, Taxas e Contribuições.

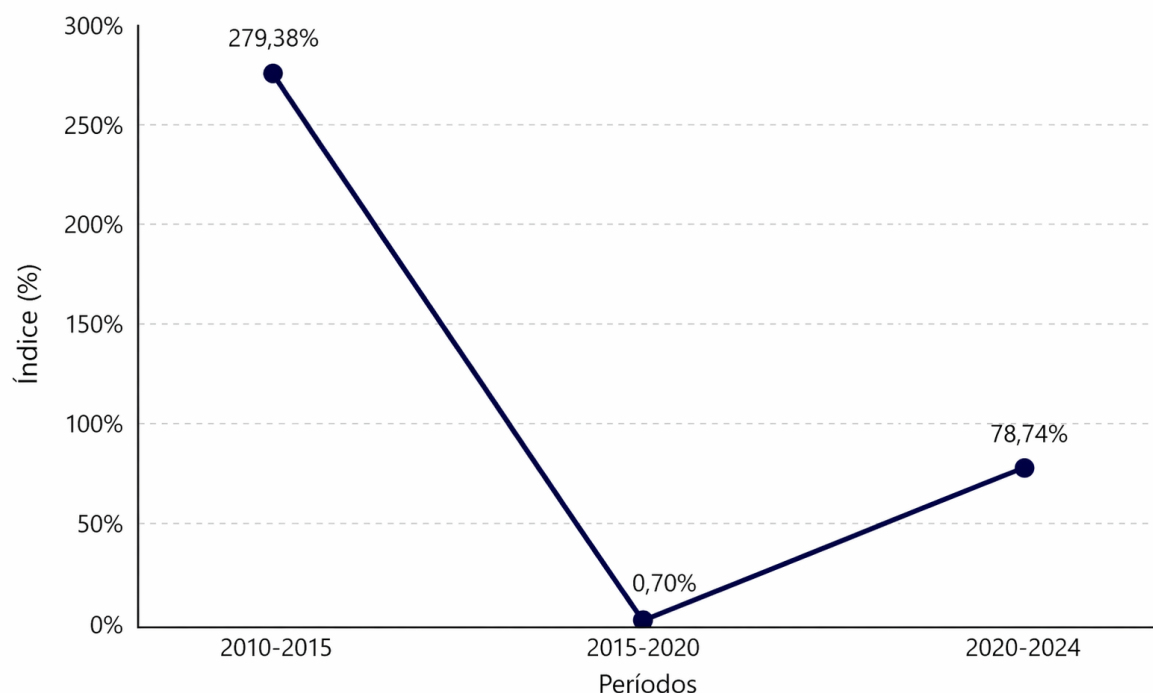
Figura 45 - Evolução do Valor Distribuído com Impostos, Taxas e Contribuições em períodos quinquenais (2005-2024).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Como citado anteriormente, uma decisão judicial favorável diminuiu a alíquota efetiva de IRPJ e CSLL, sendo o principal fator para a involução no Valor Distribuído com Impostos, Taxas e Contribuições. Já na figura 46 podemos identificar a distribuição do valor adicionado com remuneração de capital de terceiros.

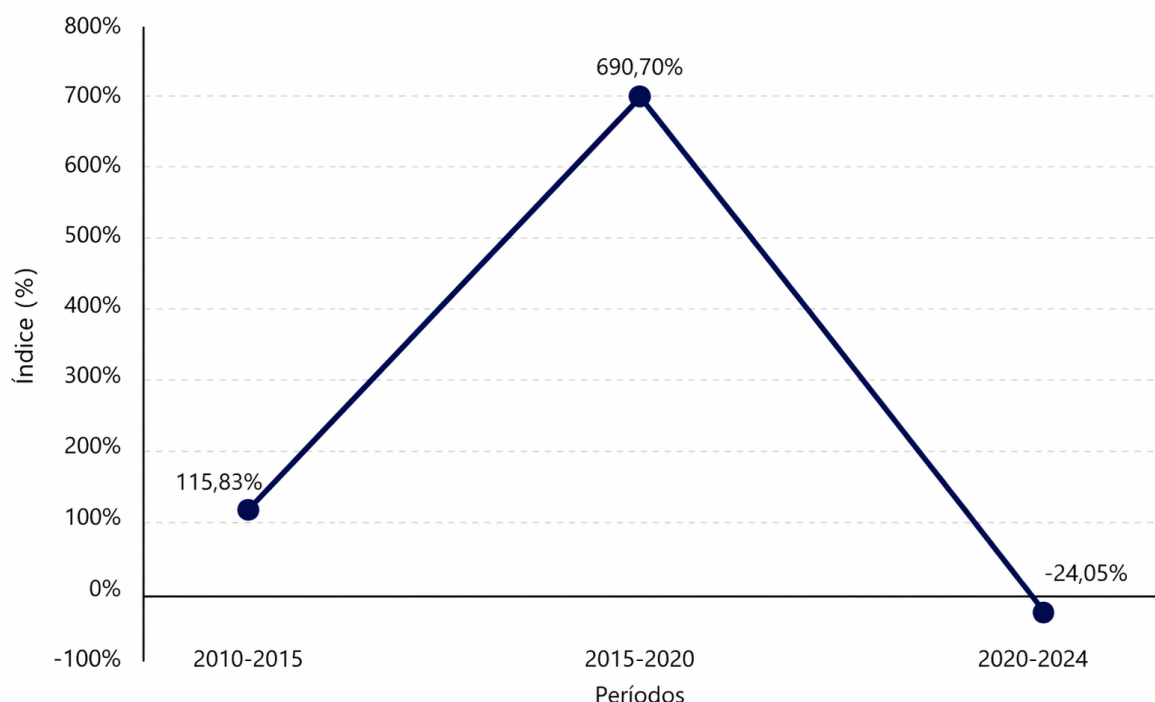
Figura 46 - Evolução do Valor Distribuído com Remuneração de Capital de Terceiros em períodos quinquenais (2005-2024).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Podemos observar que a remuneração de capital de terceiros não evoluiu em 2020, isso se deve ao fato da empresa conseguir financiar suas atividades com capital próprio, mas também um menor investimento por já ter investido bastante em infraestrutura no quinquênio passado, o que também explica o valor elevado distribuído em 2015. E na figura 47 podemos identificar a distribuição do valor adicionado com remuneração de capital próprio que em 2020 apresentou aumento que se deve aos fatores de queda já comentados anteriormente e também ao Lucro do Exercício.

Figura 47 - Evolução do Valor Distribuído com Remuneração de Capital Próprio em períodos quinquenais (2005-2024).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Outro aspecto relevante diz respeito à identificação de ciclos ao longo da série histórica. A observação de padrões recorrentes, especialmente em períodos de médio prazo, pode indicar a existência de lógicas institucionais consolidadas, que orientam o comportamento organizacional independentemente de mudanças conjunturais. Esses ciclos configuram estruturas de longa duração na memória institucional, contribuindo para a estabilidade ou, em alguns casos, para a repetição de determinadas dinâmicas.

Embora o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício tenham possibilitado identificar as transformações econômicas e patrimoniais da organização ao longo do período analisado, foi a Demonstração do Valor Adicionado que permitiu visualizar de forma mais evidente a dimensão social presente nos registros contábeis. Ao evidenciar a riqueza produzida pela instituição e sua distribuição entre trabalhadores, governo, financiadores e acionistas, a DVA revelou aspectos das relações sociais estabelecidas pela organização que não seriam plenamente perceptíveis em outras demonstrações financeiras. Nesse sentido, o

documento mostra-se particularmente relevante para uma investigação fundamentada no campo da memória social.

A análise da DVA permitiu compreender que a trajetória institucional não se expressa apenas por meio da acumulação de ativos, da geração de resultados ou da expansão patrimonial, mas também pelas formas como a riqueza produzida foi compartilhada entre os diferentes grupos que participaram da construção da organização. Sob essa perspectiva, os valores registrados na demonstração podem ser interpretados como vestígios das relações econômicas e sociais que marcaram determinado contexto histórico, constituindo evidências documentais capazes de auxiliar na reconstrução da memória institucional.

Além disso, observa-se que as alterações na distribuição do valor adicionado ao longo dos períodos analisados refletem mudanças nas prioridades organizacionais, nas condições econômicas e nas relações estabelecidas com seus diversos públicos. Essas transformações registradas contabilmente permitem identificar permanências e rupturas na trajetória da instituição, elementos fundamentais para os estudos de memória social. Assim, a DVA demonstra que os documentos contábeis não apenas registram fatos econômicos, mas também preservam marcas das relações sociais, dos valores institucionais e das dinâmicas históricas que contribuíram para a constituição da identidade organizacional.

Dessa forma, salienta-se que o potencial da Demonstração do Valor Adicionado como fonte para investigações em memória social e patrimônio industrial. Ao tornar visível a dimensão social da atividade econômica, a DVA amplia as possibilidades interpretativas dos documentos contábeis e evidencia que a memória das organizações também se encontra registrada nos fluxos de geração e distribuição da riqueza. Mais do que um instrumento de evidenciação financeira, a demonstração constitui um importante suporte documental para compreender como as instituições participam da construção das relações sociais e econômicas que permanecem inscritas em sua trajetória histórica.

Por fim, a análise horizontal permite compreender a trajetória patrimonial, financeira, econômica e social como um processo contínuo de construção e reconstrução da memória institucional. Cada variação registrada nas demonstrações contábeis representa uma decisão, um contexto e uma resposta organizacional específica, que, ao serem analisados em conjunto, revelam a complexidade da história

da organização. Assim, a contabilidade deixa de ser apenas um instrumento de registro para se tornar um meio privilegiado de acesso à memória social, possibilitando a reconstrução de narrativas que articulam economia, gestão e identidade institucional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo central analisar de que maneira os dados contábeis, em especial as demonstrações financeiras, podem contribuir para a investigação da memória social e do patrimônio industrial. Partiu-se do entendimento de que os registros contábeis, tradicionalmente associados a uma função técnica e normativa, também podem ser interpretados como fontes documentais capazes de revelar dinâmicas históricas, organizacionais e sociais ao longo do tempo.

A partir da aplicação da análise horizontal às demonstrações financeiras, foi possível identificar padrões de crescimento, retração, reorganização patrimonial e mudanças nas estratégias de gestão. Esses movimentos, quando observados de forma longitudinal, evidenciam não apenas transformações econômicas, mas também processos estruturais que dialogam diretamente com a trajetória histórica da organização analisada. Assim, verificou-se que variações em contas específicas podem sinalizar momentos de investimento, crise, expansão ou reestruturação, contribuindo para a reconstrução de eventos e decisões que compõem a memória institucional.

Nesse sentido, a questão de pesquisa que orientou este estudo pode ser respondida ao se constatar que a linguagem contábil, especialmente quando analisada sob uma perspectiva interpretativa, transcende sua função operacional e assume papel relevante na produção de conhecimento sobre o passado organizacional. As demonstrações financeiras, portanto, não devem ser compreendidas apenas como instrumentos de prestação de contas, mas também como registros que integram o patrimônio documental das organizações, sendo capazes de subsidiar análises no campo da memória social e do patrimônio industrial.

Do ponto de vista teórico, esta pesquisa contribui ao estabelecer um diálogo interdisciplinar entre a contabilidade e os estudos de memória social, ampliando a compreensão sobre o potencial dos registros contábeis como fontes de investigação histórica. Ao aproximar esses campos, reforça-se a ideia de que a memória institucional é construída a partir de múltiplos suportes documentais, entre os quais os registros financeiros ocupam posição relevante, ainda que frequentemente não sejam explorados na literatura tanto da memória social quanto do patrimônio industrial.

Em termos metodológicos, o estudo demonstrou a aplicabilidade da análise horizontal como ferramenta de investigação para além de seu uso tradicional. Ao ser utilizada como instrumento interpretativo, essa técnica possibilitou a identificação de tendências e rupturas ao longo do tempo, funcionando como um ponto de partida para a formulação de questões de pesquisa no campo da memória social. Dessa forma, a análise contábil passa a ser compreendida não apenas como um fim em si mesma, mas como um meio para a construção de narrativas sobre o passado organizacional.

No âmbito prático, os resultados desta pesquisa indicam que empresas, pesquisadores e instituições de preservação do patrimônio podem se beneficiar da incorporação de dados contábeis em seus processos de análise e documentação. A utilização desses registros contribui para uma compreensão mais ampla e fundamentada das transformações organizacionais, possibilitando a construção de narrativas mais consistentes sobre o desenvolvimento de organizações inseridas em contextos industriais.

Entretanto, é importante reconhecer as limitações deste estudo. A análise concentrou-se em um conjunto específico de demonstrações financeiras e em um recorte temporal delimitado, o que restringe a generalização dos resultados. Além disso, a utilização exclusiva de dados quantitativos contábeis pode não capturar, de forma integral, dimensões subjetivas e simbólicas da memória institucional, as quais demandam a articulação com outras fontes, como documentos históricos, relatos orais e registros administrativos.

Diante dessas limitações, sugere-se que pesquisas futuras explorem a integração entre dados contábeis e fontes qualitativas, ampliando a capacidade interpretativa dos estudos sobre memória social. Também se recomenda a realização de análises comparativas entre diferentes organizações ou setores industriais, com o objetivo de aprofundar a compreensão das dinâmicas organizacionais ao longo do tempo.

Por fim, reafirma-se que a contabilidade, para além de seu caráter técnico e instrumental, pode ser compreendida como um importante dispositivo de registro e interpretação da realidade organizacional. Ao revelar padrões, mudanças e permanências, os dados contábeis contribuem para a construção da memória institucional e para a valorização do patrimônio industrial, evidenciando seu potencial

como fonte relevante para a pesquisa acadêmica e para a preservação da história das organizações.

REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: Um Enfoque Econômico-Financeiro**, 11ª edição. Barueri: Grupo GEN; 2015.
- BRASIL, Conselho Federal de Contabilidade. **Nova Estrutura do Balanço**. 2021. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/perguntas-frequentes/nova-estrutura-do-balanco/>. Acesso em: 21 jun. 2024.
- BRASIL. **Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007**. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2007.
- BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as sociedades por ações. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 1976.
- BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/1976 e da Lei nº 6.385/1976. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2007.
- BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas: O que falar quer dizer**, 2ª edição. São Paulo: EDUSP, 2018.
- _____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- CANDAU, Joel; FERREIRA, Maria Letícia. **M. Mémoire et patrimoine: des récits et des affordances du patrimoine**. Educar em Revista, n. 58, 11 out. 2015.
- CHELA, M.; SERPE, R. **A evolução da contabilidade e seus reflexos no profissional contábil**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, 2014.
- COLIATH, Gleubert Carlos. **Contabilidade e capitalismo: um diálogo transdisciplinar**. 2014. 152 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.
- COSTA, Icléia. **Memória Institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. Tese doutorado – UFRJ, 1997.
- CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis, **CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**, 2024. Disponível em: https://s3.sa-east-1.amazonaws.com/static.cpc.aatb.com.br/Documentos/632_CPC%2009%20R1.pdf. Acesso em: 18 ago. 2025.

- CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis, **CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis**, 2011. Disponível em: [https://s3.sa-east-1.amazonaws.com/static.cpc.aatb.com.br/Documentos/312 CPC 26 R1 rev%2023.pdf](https://s3.sa-east-1.amazonaws.com/static.cpc.aatb.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2023.pdf). Acesso em: 05 jul. 2024
- DE ROCCHI, D. de O.; DE ROCCHI, C. A. **Teoria GERAL da Informação Contábil: um estudo sobre suas origens e A ulterior evolução histórica**. Contaduría Universidad de Antioquia, [S. l.], n. 67, p. 207–231, 2016. DOI: 10.17533/udea.rc.325314. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/cont/article/view/325314>. Acesso em: 21 jun. 2024.
- FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. **Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória**. Revista Museologia & Patrimônio, v. 2, n. 1, jan./jun. 2009, p. 22-35. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/43/23>. Acesso em: 05 jul. 2024.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.
- KÜHL, B. M.. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2018.
- MAGALHÃES, A. **E Triunfo? A Questão dos Bens Culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.
- MENEGUELLO, Cristina. **Patrimônio industrial como tema de pesquisa**. I Seminário Internacional de História do Tempo Presente - UDESC. Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/313/234>. Acesso em: 06 jul. 2024.
- MENEGUELLO, Cristina; RUBINO, Silvana B. **Preservação do patrimônio industrial no Brasil**. Oculum Ensaios, v. 1, p. 125-132, 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3517/351732195010.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.
- PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. ? 2. ed. ? Novo Hamburgo: Feevale,**

2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>.

Acesso em: 21 jun. 2024

RIBEIRO, Osni M. **Estrutura e análise de balanços fácil**. 9. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

_____. **Contabilidade básica**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SCARTEZINI, Natalia. **Introdução ao método de Pierre Bourdieu**. Cadernos de Campo, Araraquara: Unesp – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Programa de Pós-graduação em Sociologia, p. 25-37.

SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SILVA, Sabrina Eterna de Sousa Prudente; COSTA, Suelem Thainara Ferreira;

SILVA, Clesiomar Rezende. **A evolução da escrituração contábil à era digital, com foco na escrituração contábil digital e escrituração contábil fiscal**. Revista Saber Eletrônico On-line, Jussara, v. 1, n. 3, 2017.

SOBRINO SIMAL, Julián; SANZ CARLOS, Marina. **Carta de Sevilla de Patrimonio Industrial 2018: los retos del siglo XXI**. Sevilla: Centro de Estudios Andaluces, 2019.

UNIVERSIDADE LA SALLE. **Manual para apresentação de Trabalhos Acadêmicos da Universidade La Salle**. 4. ed. Canoas, 2023.